



**A Epistemologia Antisorte como resposta
epistemológica ao problema de Gettier**

Guilherme dos Santos Cascalheira Nunes Varela

Dissertação de Mestrado em Filosofia

Especialidade em Filosofia Geral

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Filosofia, especialidade em Filosofia Geral, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Nuno Venturinha.

Agradecimentos

Antes de iniciar a apresentação da minha dissertação, gostaria de mostrar a minha gratidão às pessoas que mais me ajudaram a alcançar esta etapa no meu percurso académico.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Nuno Venturinha, por se ter sempre mostrado disponível para acompanhar de uma forma prestável e constante todo o processo da elaboração deste projeto. Foi graças à sua ajuda que consegui organizar eficazmente as ideias-chave da dissertação, bem como estruturá-las na sua componente escrita segundo um molde formal coerente e com um sentido lógico evidente e perceptível a qualquer leitor.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer aos meus colegas de curso (alguns dos quais ficaram meus amigos), tanto os da Licenciatura em Filosofia como os do Mestrado em Filosofia Geral, por terem partilhado comigo os seus apontamentos e os seus conselhos pessoais sempre que eu me via perdido e com dificuldades em acompanhar a matéria de certas cadeiras do meu percurso académico nesta área de estudos.

Depois, gostaria de agradecer igualmente aos meus dois melhores amigos, por terem sempre mostrado interesse no meu percurso académico e terem tentado compreender de uma forma mais ativa as ideias principais abordadas na minha tese, bem como por me terem incentivado a manter a grande maioria do meu foco orientado na elaboração escrita deste projeto, em vez de me focar excessivamente em outros projetos pessoais que posso concretizar mais tarde durante o meu tempo de vida.

Por último, não me posso esquecer de agradecer aos meus familiares mais próximos, especialmente à minha mãe e aos meus avós, por terem sempre acreditado que eu possuía as competências necessárias para seguir a via da investigação académica, por terem acompanhado o máximo possível o percurso dos meus estudos, e por nunca terem desistido de me orientar no caminho mais acertado. Sem eles, nunca teria tido nem a confiança nem o apoio suficiente para trabalhar no mundo académico e para levar o projeto da dissertação até ao fim.

Aproveito de igual modo este espaço para deixar uma dedicatória especial a uma pessoa da minha vida que me viu a entrar na Licenciatura em Filosofia, a concluí-la e a entrar no Mestrado em Filosofia Geral, mas que não viveu o tempo suficiente para me ver

concluir a componente não-letiva: o meu avô paterno. Embora ele não tivesse tido um nível de instrução particularmente elevado, nem compreendesse na totalidade a natureza dos objetos de investigação da Filosofia, ele sempre mostrou da melhor maneira que lhe era possível o quanto desejava que eu levasse a minha educação académica até ao fim, e o quanto ele esperava que eu tivesse sucesso no caminho que eu escolhi. Espero que o meu avô esteja a descansar em paz e que, onde quer que esteja, se sinta orgulhoso por o seu neto estar finalmente a cumprir os objetivos propostos a si próprio desde o início dos seus estudos, e que saiba que eu estou no bom caminho no meio académico.

A Epistemologia Antisorte como resposta epistemológica ao problema de Gettier

Guilherme dos Santos Cascalheira Nunes Varela

Resumo

O problema de Gettier destaca-se por ser um dos problemas epistemológicos mais abordados e discutidos nos projetos de investigação pertinentes à área das teorias do conhecimento. Esta dissertação pretende, em primeiro lugar, expor e explicar alguns dos motivos principais pelos quais a fórmula relativamente simples da conclusão de Edmund Gettier “Uma crença verdadeira e justificada não é necessariamente uma forma de conhecimento” ainda desperta nos dias de hoje, e volvidos mais de 60 anos após a publicação do artigo original no qual o problema de Gettier foi apresentado, várias questões e debates acerca da natureza das componentes que são necessárias para uma crença ser considerada uma forma de conhecimento legítima. Em segundo lugar, esta dissertação pretende, de igual modo, analisar criticamente uma corrente epistemológica em específico, a epistemologia antisorte, e propô-la como a resposta mais sólida e bem fundamentada, senão como a candidata mais adequada como potencial solução, às implicações epistemológicas problematizadas por Gettier no seu artigo. Para essa finalidade, irei passar em revista e fazer os meus próprios comentários dos artigos principais de alguns dos autores que trataram da leitura dos momentos-chave mais críticos nas diferentes etapas da concepção e do desenvolvimento da epistemologia antisorte. Nesse sentido, irei realizar várias observações críticas dos contributos de Linda Zagzebski, Mark Heller, Duncan Pritchard e Nathan Ballantyne para a fundação e elaboração dos conceitos mais fundamentais integrados na corrente da epistemologia antisorte.

Palavras-chave: Crença Verdadeira Justificada, Epistemologia Antisorte, Epistemologia das Virtudes, Problema de Gettier, Sorte Epistémica, Sucesso Cognitivo.

Abstract

The Gettier problem stands out as being one of the most approached and discussed epistemological problems in the investigation projects pertinent to the area of the theories of knowledge. This dissertation intends, firstly, to expose and explain some of the main motives on account of which the relatively simple formula of Edmund Gettier's conclusion "A justified true belief isn't necessarily knowledge" still sparks nowadays, and more than 60 years after the publishing of the original article in which the Gettier problem was introduced, multiple questions and debates about the nature of the components that are necessary for a belief to be considered a legitimate form of knowledge. Secondly, this dissertation intends, in an equal manner, to critically analyze one specific epistemological movement, the anti-luck epistemology, and propose it as the most solid and well-founded response, if not the most adequate candidate as a potential solution, to the epistemological implications problematized by Gettier in his article. For that end, I will review and make my own comments on the main articles of some of the authors who took care of the reading of the most critical key-moments in the different stages of the conception and of the development of anti-luck epistemology. Following that direction, I will make several critical observations about the contributions of Linda Zagzebski, Mark Heller, Duncan Pritchard and Nathan Ballantyne concerning the foundation and elaboration of the most fundamental concepts included in the anti-luck epistemology movement.

Key-words: Anti-Luck Epistemology, Cognitive Success, Epistemic Luck, Gettier Problem, Justified True Belief, Virtue Epistemology.

Índice

Introdução: Apresentação da problemática central da dissertação e das motivações para a escolha do tema principal	1
1. O Problema de Gettier e os primeiros passos da conceção da Epistemologia Antisorte	6
1.1 Apresentação e leitura dos traços gerais do Problema de Gettier e posterior análise das suas implicações epistemológicas	6
1.1.1 Os elementos-condição do Problema de Gettier	6
<i>a) Os elementos-condição como constituintes da estrutura formal do Problema de Gettier</i>	<i>6</i>
<i>b) O nascimento oficial do Problema de Gettier: a objeção de Gettier contra a suficiência do modelo da Crença Verdadeira Justificada (Justified True Belief)</i>	<i>8</i>
1.1.2 As implicações epistemológicas do Problema de Gettier e a sugestão de uma linha de raciocínio antisorte como resposta à gettierização do conhecimento	12
1.2 Leitura crítica das reações mais relevantes ao Problema de Gettier e análise compreensiva dos passos fundamentais da fundação inicial da Epistemologia Antisorte	17
1.2.1 A resposta de Chisholm à gettierização do conhecimento: reforço da condição da justificação	17
1.2.2 O paradigma dualista de má sorte/boa sorte como definidor dos casos exemplares do Problema de Gettier	23
1.2.3 A relevância do contextualismo epistemológico para a configuração de uma teoria antisorte	30
2. Uma teoria atual da Epistemologia Antisorte: a versão modalizada de Duncan Pritchard; primeira fase do seu pensamento	36
2.1 A construção da versão modalizada da Epistemologia Antisorte e o princípio da segurança epistémica	36
2.1.1 Especificação da noção de sorte epistémica	36
<i>a) Definição precisada do conceito de sorte</i>	<i>36</i>

b) <i>Definição modal da noção de sorte epistémica e a formulação de uma intuição antisorte nos seus traços mais gerais</i>	42
2.1.2 A condição da segurança como o modelo epistemológico mais apropriado para combater os casos Gettier	45
a) <i>Definição da condição da segurança epistémica</i>	45
b) <i>Segurança epistémica versus Sensibilidade epistémica</i>	50
2.2 Separação entre a Epistemologia Antisorte e a Epistemologia das Virtudes	60
2.2.1 Fiabilismo do agente: Uma tentativa de complementar a Epistemologia Antisorte com uma versão externista da Epistemologia das Virtudes	60
2.2.2 Refutação de Pritchard da Epistemologia das Virtudes como uma abordagem necessária para atribuir conhecimento a alguém	67
2.3 A intrusão pragmática e o construtivismo epistemológico: complementos à Epistemologia Antisorte ou obstáculos para a sua construção?	72
3. Segunda fase do pensamento de Pritchard: Compatibilização da Epistemologia Antisorte com a Epistemologia das Virtudes	85
3.1 Tentativa de elaboração de uma explicação da transição de Pritchard da primeira para a segunda fase do seu pensamento: introdução da Epistemologia das Virtudes Antisorte	85
3.1.1 Leitura da Epistemologia das Virtudes Antisorte como constituindo uma tentativa de estabelecer uma ligação entre o sucesso cognitivo seguro do agente conhecedor e a sua agência cognitiva	85
3.1.2 A sorte epistémica reflexiva e como a sua eliminação fundamenta uma responsabilidade cognitiva robusta	95
3.2 A Epistemologia das Virtudes Modesta contra a Epistemologia das Virtudes Robusta	104
Conclusão: Resumo das temáticas principais da dissertação e considerações finais	122
Referências bibliográficas	128

Introdução: Apresentação da problemática central da dissertação e das motivações para a escolha do tema principal

Uma pergunta que tem sido colocada com bastante frequência desde a fundação da Epistemologia como uma disciplina filosófica consiste na seguinte formulação: “O que é o conhecimento?”. Aliás, na realidade, esta é a pergunta fundacional que orienta todos os projetos de investigação realizados no âmbito da Epistemologia, conferindo-lhe, por conseguinte, o estatuto da questão mais importante a ser respondida nesta área de estudo.

Ora, uma das principais motivações que me influenciou a escolher a temática principal desta dissertação (resumida pelo próprio título deste trabalho) consiste precisamente na necessidade intelectual, bem como num desejo a nível pessoal, de responder à pergunta-chave acerca do que é que constitui ao certo o conhecimento.

Os leitores da dissertação poderão estar a questionar-se a si próprios em que sentido é que o Problema de Gettier e a Epistemologia Antisorte, no seu estatuto de solução teórica proposta para as problemáticas associadas ao Problema de Gettier, se relacionam com a elaboração da resposta a esta questão fundamental.

A fim de esclarecer esta dúvida, gostaria de expor aos leitores de que modo as três componentes epistemológicas pertencentes ao modelo tripartido clássico do conhecimento, utilizado desde os tempos da Grécia Antiga para explicar a natureza dos elementos que compõem um conhecimento epistemicamente válido, têm sido postuladas como constituindo a principal resposta para a pergunta acerca do que é o conhecimento e como, por outro lado, originaram a premissa nuclear do Problema de Gettier (levando, por conseguinte, à infeliz consequência do anulamento do estatuto epistémico positivo das proposições que, em circunstâncias normais, constituíram formas de conhecimento legítimas) – que se apresenta como um dos problemas epistemológicos mais relevantes e mais abordados da literatura epistemológica contemporânea.

Em primeiro lugar, relativamente ao modelo tripartido clássico do conhecimento, a teoria do conhecimento correspondente a esta perspetiva epistemológica é constituída por três elementos-chave: por um lado, é fundamental que as proposições que se candidatam a constituírem conhecimento (estando-me a referir, especificamente, às formulações proposicionais que descrevem estados de coisas no mundo) estejam formatadas de tal maneira que possam ser expressas sob a forma de uma crença

proposicional; depois, o segundo elemento-chave estipula que a crença proposicional tem de ser verdadeira para o seu estatuto epistémico poder ser positivo e esta poder entrar para o mercado do conhecimento; por último, a crença-alvo verdadeira em questão precisa de estar devidamente justificada com bases epistémicas cuja força epistémica seja robusta o suficiente para explicar o motivo principal pelo qual a crença-alvo é verdadeira. Em suma, tomando em consideração tudo o que expus no parágrafo anterior, os três elementos epistemológicos constituintes da teoria tripartida clássica do conhecimento podem ser resumidos segundo o modelo de que as proposições-alvo candidatas a conhecimento devem seguir a estrutura de uma Crença Verdadeira Justificada (ou CVJ).

No que diz respeito a este tópico de discussão, a vasta maioria dos epistemólogos aceitou, durante vários séculos e de modo unânime, este modelo epistemológico como sendo a teoria central da área de estudos da Epistemologia que fundamenta tudo o que podemos saber sobre o que constitui um conhecimento legítimo. Este estatuto pode ser explicado pelo simples facto de o modelo da Crença Verdadeira Justificada satisfazer os critérios epistémicos objetivos e subjetivos que necessitam de ser cumpridos, a fim de uma proposição-alvo candidata a conhecimento poder ser capaz de descrever a realidade factual de um dado estado de coisas do mundo da maneira mais exata e fidedigna possível. Pois, para todos os efeitos, o cumprimento do critério da verdade, por um lado, assegura que uma crença-alvo consiga descrever a realidade objetiva do estado de coisas visado pelos seus conteúdos proposicionais; e, por seu turno, o cumprimento do critério da justificação garante que o agente conhecedor que formou a crença-alvo candidata a conhecimento tenha um acesso subjetivo direto às bases epistémicas que explicam a lógica sustentadora do valor de verdade da crença.

Porém, especialmente desde meados do século XX até ao presente, começaram a surgir na literatura epistemológica atual casos de estudo que colocam em causa a legitimidade da aplicação do modelo clássico do conhecimento da Crença Verdadeira Justificada para explicar o que é o conhecimento. Esse grupo de casos de estudo pertence ao designado Problema de Gettier, um dos problemas epistemológicos mais presentes e com maior conotação de urgência de resolução na Epistemologia contemporânea.

Essencialmente, os casos-exemplo característicos do Problema de Gettier não podem constituir casos de um conhecimento válido por uma razão fundamental: nestes casos epistemológicos, embora as crenças-alvo formadas no contexto do Problema de Gettier cumpram os três requisitos epistémicos do modelo tripartido da Crença Verdadeira

Justificada, as próprias crenças não produzem um conhecimento legítimo devido à intervenção de um fator externo ao agente conhecedor que forma as crenças-alvo, sendo que o fator externo em questão constitui um aniquilador da possibilidade de o agente conhecer genuinamente o valor de verdade da sua crença candidata a conhecimento (nestas situações, esta ocorrência corresponde à designada “gettierização” de uma crença-alvo).

Ora, tudo o que explicitarei nestes últimos parágrafos conduz a mais duas das minhas motivações pelas quais decidi trabalhar no tema central desta dissertação. Por um lado, pretendo investigar e descobrir a essência do fator gettierizador do conhecimento, bem como tenciono realizar uma leitura compreensiva da maneira segundo a qual o Problema de Gettier anula o conhecimento obtido de acordo com o molde da teoria do conhecimento clássica da Crença Verdadeira Justificada. Em segundo lugar, estando diretamente relacionada com a motivação anterior, pretendo de igual maneira elaborar uma solução para o Problema de Gettier que seja robusta o suficiente, tanto em termos teóricos como em termos pragmáticos, para proteger os sujeitos conhecedores da aniquilação da possibilidade de conhecerem o valor de verdade das suas crenças-alvo candidatas a conhecimento, com isto a acontecer mediante a intervenção do fator antiepistémico gettierizador do conhecimento nos processos de formação de crenças do próprio agente conhecedor.

Continuando ainda neste tópico de discussão, esta dissertação será dedicada, nas seções principais do seu corpo textual, à realização de uma tentativa de procura pela melhor solução contra a gettierização do conhecimento nos casos-exemplo do Problema de Gettier, bem como irá subseqüentemente proceder à caracterização da solução epistemológica em questão nos seus traços gerais e nos seus traços particulares.

Para esse efeito, pretendo explorar as diferentes fases do desenvolvimento da solução epistemológica anti-Gettier, começando pela análise da postulação da sugestão de Roderick Chisholm de reforçar a força epistémica da condição da justificação no interior do modelo tripartido clássico da Crença Verdadeira Justificada, passando posteriormente pela leitura crítica das formulações de Linda Zagzebski e de Mark Heller que propõem a criação de uma quarta condição a ser acrescentada ao modelo tripartido clássico do conhecimento, e que é a condição-chave para combater o fator antiepistemológico anulador de conhecimento introduzido pelo Problema de Gettier.

É precisamente a teoria da quarta condição que constituirá o primeiro passo para a formulação da condição epistemológica mais fundamental para combater a gettierização do conhecimento e que dominará os restantes subtemas desenvolvidos na dissertação: refiro-me, para esse efeito, à condição antisorte. Ora, esta condição epistemológica foi apresentada e tem sido explorada nos seus pormenores específicos na literatura epistemológica contemporânea, bem como tem sido proposta como a solução epistemológica mais adequada e robusta para o Problema de Gettier. Ora, isso sucede porque uma porção significativa dos epistemólogos contemporâneos tem apontado para o facto de que a gettierização do conhecimento é uma consequência direta da intervenção de um fator de sorte nos processos de formação das crenças-alvo candidatas a conhecimento: neste caso, trata-se de uma sorte que age de tal forma que nos leva a afirmar que, nos casos tipo Gettier, é uma questão de sorte que a crença-alvo formada seja verdadeira. Esta afirmação, por seu turno, corresponde à descrição do fator antiepistemológico que anula o conhecimento nos casos do Problema de Gettier, i.e., à designada sorte epistémica.

Neste sentido, o processo de aniquilação do conhecimento sob análise leva-me a divulgar aos leitores a última motivação que me impeliu a escrever esta dissertação: tenciono formular e desenvolver uma teoria do conhecimento que se mostre capaz de acomodar a condição antisorte epistémica na sua estrutural formal mais essencial e que, por conseguinte, seja capaz de combater devidamente a gettierização do conhecimento verificada nos casos-exemplo do Problema de Gettier, respondendo em última instância à pergunta-chave da Epistemologia acerca do que constitui um conhecimento genuíno.

Para cumprir essa finalidade, optei por percorrer o mesmo caminho de investigação que muitos epistemólogos atuais, como Duncan Pritchard e Ernest Sosa, que escolheram como ponto de partida da sua jornada teórica para responder à pergunta do que é o conhecimento anti-Gettier legítimo: neste caso, refiro-me à elaboração e fundamentação de uma teoria do conhecimento conhecida como a Epistemologia Antisorte, sendo que esta teoria epistemológica é proposta como sendo a que está mais habilitada a eliminar a sorte epistémica anuladora do conhecimento que se encontra presente nos casos Gettier e que, consequentemente, impede a gettierização do conhecimento ao assegurar que a formação de uma crença-alvo verdadeira não se trata de uma questão de sorte.

Nesse âmbito, irei levar a cabo uma análise compreensiva da Epistemologia Antisorte em duas vertentes: na primeira, irei analisar como a Epistemologia Antisorte lida com o Problema de Gettier sem acomodar no seu quadro referencial uma condição teórica das virtudes, i.e., uma condição epistemológica pertencente à Epistemologia das Virtudes; enquanto que, na segunda vertente, irei analisar o modo como a Epistemologia Antisorte lida com o Problema de Gettier quando integra no seu quadro referencial uma condição teórica das virtudes, conhecida como a intuição da habilidade. Nos comentários finais da dissertação, irei redigir as minhas próprias conclusões sobre qual destas duas linhas de raciocínio é a melhor alternativa: se é melhor não integrar uma condição teórica das virtudes na Epistemologia Antisorte ou se é melhor acomodar uma condição teórica das virtudes na Epistemologia Antisorte.

Estando agora postulada a fórmula essencial do Problema de Gettier, é possível observarmos que este tem uma estrutura tripartida (i.e., a estrutura formal do Problema de Gettier possui três elementos-condição). Nesta estrutura tripartida, o primeiro elemento-condição mencionado pelo autor consiste na condição da verdade (P é verdadeira), seguido pela condição da crença (S acredita que P) e, para finalizar, a condição da justificação (S está justificado em acreditar que P).

Todavia, ao contrário do ordenamento dos elementos-condição inicialmente proposto no artigo de Gettier, não pretendo defender, durante o decurso da escrita desta dissertação, que a condição da verdade seja obrigatoriamente o antecedente epistémico que se necessita de satisfazer em primeiro lugar para as condições da crença e da justificação terem, por assim dizer, a “autorização” para serem as consequentes epistémicas satisfeitas imediatamente a seguir. Ou seja, por outras palavras, não defendo a ideia de que, no processo de avaliação da legitimidade epistémica de uma dada proposição (com a finalidade de verificarmos se pode ser ou não contada como um conhecimento válido), um determinado sujeito avaliador S precisa de saber com um grau de certeza total que a proposição em avaliação é verdadeira para que este possa acreditar justificadamente no seu valor de verdade, bem como na sua validade epistémica¹.

Porém, uma realidade da qual é nosso dever recordar-nos, não obstante tudo o que foi dito até ao momento, é a de que Gettier não é o primeiro pensador nem a conceber nem a tratar diretamente este modelo tripartido como o modelo-padrão do conhecimento epistemologicamente legítimo. Pois, na verdade, o modelo da Crença Verdadeira Justificada (Justified True Belief, ou JTB) tem sido tradicionalmente, desde há bastantes séculos na história da Epistemologia, o mais geralmente aceite pelos membros das diferentes comunidades epistemológicas como o modelo mais autêntico para descrever as condições *necessárias* e, inclusive, as *suficientes* para uma proposição contar como uma forma de conhecimento válida.

Continuando ainda nesta linha de raciocínio, podemos observar que esta tradição epistemológica existe, ou pelo menos foi registada por escrito pela primeira vez, desde a

¹ Através desta posição, pretendo contrapor-me a uma teoria do conhecimento em particular que surgiu alguns anos após esta versão prototípica apresentada por Gettier: refiro-me, neste caso, à teoria do conhecimento do rastreamento (*tracking theory of knowledge*), desenvolvida pelo filósofo norte-americano Robert Nozick na sua obra *Philosophical Explanations*. A premissa essencial desta teoria do conhecimento pode ser resumida em duas condições pela seguinte frase: “Se a proposição P for verdadeira, então o sujeito S acreditará em P. Mas, se P for falsa, então S não acreditará em P.”. Para mais acerca desta teoria do conhecimento, *vide* Nozick 1981.

época dos filósofos da Grécia Antiga; mas foi Platão quem se atreveu a discutir esse modelo pela primeira vez num dos seus diálogos mais conhecidos, o *Teeteto*, através dos diálogos entre Sócrates e um dos seus discípulos, Teeteto, a personagem principal desta obra platónica.

No contexto do *Teeteto*, merece especial destaque a segunda resposta dada por Teeteto a Sócrates sobre o que é o saber “[...] Contudo, parece que a opinião (*doxa*) verdadeira é saber; essa é a minha resposta.” (Platão 2015; 187b, p. 272); bem como também se revela ser de grande relevância ao nosso projeto a sua terceira resposta “[...] que o saber é opinião verdadeira acompanhada de explicação (*logos*) e que a opinião carente de explicação se encontra à margem do saber.” (*Ibidem*; 201d, p. 302).

Com estas duas respostas em consideração, podemos fazer uma correspondência entre as condições enunciadas por Teeteto no diálogo platónico homónimo e os elementos-condição do Problema de Gettier: em primeiro lugar, a *doxa* de Teeteto é equivalente à condição da crença em Gettier (neste caso, a *doxa* passa a ser traduzida pelo termo inglês *belief*); depois, Teeteto define de um modo explícito a condição da verdade ao mencionar que uma opinião precisa de ser verdadeira para contar como saber; e, por último, o *logos* de Teeteto pode ser correspondido à condição da justificação em Gettier (portanto, num certo sentido, podemos afirmar que a justificação tem um carácter explicativo/descritivo do motivo pelo qual uma crença é verdadeira).

b) *O nascimento oficial do Problema de Gettier: a objeção de Gettier contra a suficiência do modelo da Crença Verdadeira Justificada (Justified True Belief)*

Estando neste momento definidos os elementos-condição constituintes do modelo do Problema de Gettier, irei a partir de agora, nesta subsecção, esclarecer aos leitores da dissertação o que é que está propriamente a ser questionado através do levantamento deste problema epistemológico. Irei de igual modo expor posteriormente um exemplo, criado por Gettier, que ilustra na perfeição os dois argumentos mais imediatamente perceptíveis (e apontados diretamente pelo próprio autor) durante a primeira leitura do artigo que apresenta o Problema de Gettier.

Relativamente ao que se encontra em questão no Problema de Gettier, o primeiro ponto que precisamos de ter em mente, acima de tudo, é o de que Gettier não coloca em causa o facto de os três elementos-condição do modelo tripartido clássico do conhecimento (crença, verdade e justificação) serem, efetivamente, requisitos

epistémicos *necessários* para que uma declaração proposicional possa ser tratada como um conhecimento válido. Na realidade, aquilo que Gettier acaba por afirmar no seu artigo é que estas três condições, por mais necessárias que sejam, *não são*, contudo, *suficientes* para podermos admitir que adquirimos um conhecimento genuíno acerca do estatuto epistémico de uma determinada proposição (ou, em certos casos, de um determinado conjunto de proposições conectadas logicamente umas com as outras):

Eu irei argumentar que (a) é falsa na medida em que as condições aí asseveradas não constituem uma condição suficiente para a verdade da proposição de que S sabe que P. (Gettier 1963, p. 121)

Ou seja, aquilo que Gettier quer essencialmente dizer é que um sujeito S pode, de facto, ter na sua posse uma crença verdadeira justificada que lhe permita validar o valor epistémico da proposição P (sendo que P representa um enunciado proposicional acerca de um dado estado de coisas do mundo). Mas que, não obstante esses critérios epistémicos estarem a ser cumpridos, não se pode afirmar de um modo seguro que o sujeito S possua um conhecimento legítimo e comprovado da proposição P. Isto deve-se, nomeadamente, à possibilidade de haver pelo menos um, ou mais, elemento-condição adicional que esteja em falta no quadro conceptual das condições *necessárias e suficientes* para podermos possuir um conhecimento legítimo do valor de verdade de uma proposição².

Para além desta objecção, existe uma segunda problemática associada à adoção do modelo da Crença Verdadeira Justificada como o modelo mais autêntico do conhecimento válido. Pois, aparentemente, ao contrário do que normalmente se supõe relativamente aos nossos conhecimentos quotidianos, é possível que a condição da justificação seja compatível com uma crença falsa: i.e., existem casos nos quais é possível acreditarmos justificadamente numa crença falsa, muito embora a justificação, na grande maioria desses casos, se apoie em bases epistémicas bastante fortes a indicar o valor lógico oposto (ou seja, que a crença seja verdadeira). O próprio Gettier fez questão de mencionar este problema no seu artigo:

² A tentativa de acrescentar uma quarta condição às condições necessárias e fundamentais para a aquisição de um conhecimento legítimo é uma das três abordagens principais adotadas pelos epistemólogos contemporâneos na tarefa da resolução do Problema de Gettier. Ora, é precisamente esta linha de raciocínio que constituirá o foco principal do desenvolvimento do argumento central desta dissertação, visto que a epistemologia antisorte é construída a partir de uma leitura mais aprofundada deste tratamento do Problema de Gettier. Nas subsecções subsequentes, iremos explorar em concreto as outras duas abordagens principais ao Problema de Gettier, estudadas particularmente em Chisholm 1977 e em Zagzebski 1994.

[...] é possível para uma pessoa estar justificada em acreditar numa proposição que é de facto falsa.³ (*Ibidem*, p. 121)

Tomando em consideração a argumentação discutida no parágrafo anterior, creio que os leitores devem estar a colocar a si próprios a pergunta: “Mas como é possível podermos acreditar justificadamente numa crença falsa, quando a tendência natural do ser humano é a de acreditar justificadamente apenas em crenças verdadeiras?”.

Ora, essa pergunta será respondida mais adiante com todo o devido cuidado. Mas, por enquanto, gostaria de chamar a atenção para o primeiro caso-exemplo proposto por Gettier que ilustra a aplicação prática dos seus dois contra-argumentos principais contra a suficiência do modelo Crença Verdadeira Justificada para a explicação do conhecimento:

Caso I:

Vamos supor que Smith e Jones se candidataram a um determinado emprego. E vamos supor que Smith tem evidências fortes para a seguinte proposição conjuntiva:

(d) Jones é o homem que será aceite para o emprego, e Jones tem dez moedas no seu bolso.

A evidência de Smith para (d) pode ser a de que o presidente da companhia lhe assegurou que Jones seria selecionado no fim, e de que ele, Smith, tinha contado as moedas no bolso de Jones há dez minutos.

A proposição (d) implica:

(e): O homem que será aceite no emprego tem dez moedas no seu bolso.

Vamos supor que Smith vê a implicação de (d) para (e), e aceita (e) sob a fundamentação de (d), para a qual ele tem evidências fortes. Neste caso, Smith está claramente justificado em acreditar que (e) é verdadeira.

Mas vamos imaginar, para além disso, que para o desconhecimento de Smith, ele próprio, e não Jones, é que será aceite para o emprego. E, também, para o desconhecimento de

³ Pode-se admitir que esta observação levantada por Gettier constitui uma espécie de rejeição bastante antecipada da teoria de rastreamento do conhecimento de Nozick, na medida em que rejeita a premissa de que um sujeito S não formará uma crença justificada de uma proposição P no caso de esta ser falsa. Embora esta rejeição seja um anacronismo (visto que Nozick só sugeriu esta teoria do conhecimento quase vinte anos após a publicação do artigo de Gettier), não deixa de ser relevante para a compreensão das consequências epistemológicas resultantes da aplicação do Problema de Gettier às nossas análises do conhecimento.

Smith, ele próprio tem dez moedas no seu bolso. A proposição (e) é então verdadeira, embora a proposição (d), da qual Smith inferiu (e), seja falsa. (*Ibidem*, p. 122)

Partindo do caso-exemplo que acabámos de ler, podemos de facto observar que todas as condições epistémicas do modelo tripartido clássico da Crença Verdadeira Justificada são devidamente cumpridas: porquanto, em primeiro lugar, Smith formou uma crença acerca da verdade da proposição (e); depois, Smith está legitimamente justificado em acreditar na verdade de (e), mediante um recurso a evidências⁴ fortes e sólidas a comprovarem a verdade da proposição (d), a partir da qual será posteriormente inferida (e); e, por fim, a proposição (e) acaba, no final de contas, por ser verdadeira, tal como o próprio Gettier confirma na sua descrição do caso em análise.

Porém, como se pode verificar pouco depois da enunciação das premissas do caso-exemplo, depressa se mostra como o cumprimento dos critérios do modelo epistemológico da Crença Verdadeira Justificada não é uma condição suficiente para se alegar que Smith tem um conhecimento genuíno da verdade da proposição (e).

Isto sucede porque, apesar de (e) ser realmente verdadeira, não podemos dizer que Smith tinha qualquer hipótese de saber que os conteúdos situacionais de (e) se aplicavam a ele próprio. Porquanto, tal como foi explicado posteriormente por Gettier, Smith foi induzido pelo presidente da companhia à qual ele e Jones se estavam a candidatar a pensar que, de entre eles os dois, quem seria aceite para o emprego seria Jones, quando, na realidade, Smith foi induzido em erro pelo próprio presidente e, ao contrário do que julgava, era ele que seria colocado na vaga de emprego e não Jones. Para além disso, embora Smith tenha contado a existência de dez moedas no bolso de Jones com os seus próprios olhos, ele também tinha dez moedas no seu bolso, mas não tinha qualquer conhecimento desse facto.

Portanto, e recorrendo igualmente ao que aprendemos acerca dos motivos pelos quais Smith não tinha conhecimento da verdade da proposição (e), creio que estamos em condições de responder à pergunta hipotética assumidamente colocada pelos leitores

⁴ Com isto, Gettier pretende sublinhar a importância do evidencialismo na fortificação da validade epistémica da condição da justificação para a legitimação do conhecimento da verdade de uma dada proposição. No capítulo seguinte (2), iremos analisar o enquadramento do evidencialismo no externismo epistemológico, tal como se irá compreender mais adiante na dissertação em que sentido uma interpretação externista da justificação poderá ser complementada por uma interpretação internista do seu estatuto epistémico, de modo que os sujeitos consigam reforçar a força epistémica das suas crenças-alvo candidatas a conhecimento.

desta dissertação. Ou seja, contra a inclinação cognitiva natural do ser humano, é possível acreditarmos justificadamente em proposições falsas e não apenas em proposições verdadeiras.

Com base no que sucedeu no caso-exemplo ilustrador de um típico caso Gettier, podemos assumir que, por um lado, uma crença justificada numa proposição falsa é possibilitada através da utilização de evidências falsas como as bases epistémicas que apoiam a justificação do sujeito avaliador na crença em questão (sendo que o avaliador não tem qualquer conhecimento nem da falsidade das evidências nas quais se apoia para a sua justificação, nem da falsidade da proposição na qual acredita, levando a que o próprio avaliador seja induzido em erro a acreditar que a proposição falsa seja verdadeira).

E, por outro lado, uma crença justificada numa proposição falsa pode igualmente ser sustentada por as evidências verdadeiras que conduzem à verdade da proposição-alvo, neste caso-exemplo, se encontrarem inacessíveis ao mundo cognitivo do sujeito avaliador. Neste contexto, devido ao facto de o sujeito não ter qualquer conhecimento das evidências verdadeiras em causa, torna-se impossível ao avaliador recorrer às suas faculdades de raciocínio e aos seus processos cognitivos para alcançar a proposição-alvo verdadeira como a conclusão mais lógica de uma análise completa da ligação das evidências corretas à verdade da proposição.

1.1.2 As implicações epistemológicas do Problema de Gettier e a sugestão de uma linha de raciocínio antisorte como resposta à gettierização do conhecimento

Passando agora à finalização da secção de apresentação ao Problema de Gettier, resta-nos apenas mencionar os problemas epistemológicos principais produzidos pela gettierização do conhecimento, bem como também falta explicar em que medida é possível o Problema de Gettier expor-nos casos nos quais, apesar de o sujeito avaliador estar na posse das bases epistémicas mais adequadas e relevantes para o reconhecimento da verdade de uma proposição sobre a qual forma uma crença justificada, a proposição-alvo em análise acaba por não fazer parte dos seus conhecimentos legítimos. Na mesma linha de investigação, iremos observar, de igual forma, como a resposta a esta última problemática acabará por cumprir o papel de base fundacional da corrente epistemológica

mais sólida e bem-fundamentada contra o Problema de Gettier: a Epistemologia Antisorte.

O primeiro problema epistemológico originado pela gettierização do conhecimento prende-se, antes de mais nada, com o facto de, pelo motivo de os elementos-condição da conceção tripartida clássica do conhecimento não serem suficientes (embora sejam necessários) para reconhecer uma proposição verdadeira como um conhecimento epistemologicamente válido que esteja na posse cognitiva de um sujeito, ficarmos com uma definição analítica e descritiva do conhecimento incompleta.

Esta conclusão destaca-se ainda mais ao entendimento dos leitores se seguirmos o raciocínio de que, devido à insuficiência das três condições do modelo tripartido clássico do conhecimento para a resolução de casos Gettier, deve haver pelo menos uma quarta condição em falta que solucione de uma forma mais completa os casos exemplares tipicamente associados ao Problema de Gettier.

No entanto, a incompletude de uma definição analítica e descritiva do conhecimento agrava-se mais do que o inicialmente antecipado se tivermos em consideração que, apesar de Gettier apontar no seu artigo que a insuficiência das três condições do modelo clássico do conhecimento é o problema que mais contribui para a falta de conhecimento de um sujeito relativamente ao valor de verdade de uma proposição, o próprio autor do Problema nunca tentou formular explicitamente uma definição satisfatória para a quarta condição em falta que, supostamente, será responsável por conferir ao sujeito avaliador o conhecimento acerca de uma dada proposição-alvo. Isso, conseqüentemente, cria uma lacuna explicativa que deixa a impressão de que os intérpretes do Problema de Gettier terão de ser os principais responsáveis por formular uma definição completa e satisfatória que impeça a gettierização do conhecimento.

A segunda implicação epistemológica principal resultante da gettierização do conhecimento abre caminho para a introdução da possibilidade de a aplicação prática do Problema de Gettier permitir que a interpretação de todo o conhecimento humano à luz do ceticismo radical comece a ser levada a sério.

Porquanto, para todos os efeitos, a ideia de que, por um lado, é possível formarmos uma crença verdadeira justificada (utilizando as melhores bases epistémicas à nossa disposição, e segundo as necessidades epistémicas da nossa crença) que, contra todas as expectativas, não conta como um conhecimento genuíno, bem como, por outro lado, a

noção de que é possível haver uma justificação válida para uma crença falsa (devendo-se isto, sobretudo, ao facto de sermos induzidos em erro a julgar que a crença-alvo é verdadeira, tal como julgamos que estamos na posse das bases epistémicas mais sólidas, adequadas e relevantes para a fundamentação da “verdade” da nossa crença, quando na realidade não cumprimos nenhum destes dois requisitos) faz com que comecemos a duvidar se alguma das crenças que formulamos acerca do mundo poderá alguma vez contar como um conhecimento autêntico.

O surgimento desta dúvida cética radical encontra-se associado à implicação de que a componente da justificação não é o critério epistémico mais adequado para comprovar logicamente quais das nossas crenças contam como conhecimento, bem como quais delas não podem contar como conhecimento. A dúvida cética radical resultante da gettierização do conhecimento pode ser resumida pela seguinte expressão: “Uma vez que a justificação de uma proposição não é suficiente para dissipar qualquer hipótese de esta poder ser falsa, nem a justificação é suficiente para afirmarmos com toda a certeza que conhecemos uma proposição verdadeira e a reconhecemos como tal, então como é que pode ser possível chegarmos alguma vez a possuir um conhecimento autêntico acerca da verdade das nossas crenças formadas sobre os estados de coisas do mundo?”

Para além destas duas consequências epistemológicas, e passando ao ponto seguinte, podemos verificar de igual modo que o próprio Gettier nunca especificou nem explorou no seu artigo o principal fator responsável pela gettierização do conhecimento de determinadas proposições formuladas acerca dos estados de coisas do mundo. No que diz respeito a este tópico de discussão, proponho a exposição e a realização de uma leitura ligeiramente mais aprofundada do segundo caso-exemplo ilustrador do Problema de Gettier, a fim de compreendermos aquilo que se encontra em jogo na gettierização do conhecimento humano. O segundo caso-exemplo encontra-se enunciado pelos seguintes termos:

Caso II:

Vamos supor que Smith tem evidências fortes para a seguinte proposição:

(f) Jones é dono de um Ford.

[...]

Vamos imaginar, agora, que Smith tem outro amigo, Brown, de cujo paradeiro está completamente ignorante. Smith seleciona três locais de uma forma bastante aleatória, e constrói as três proposições seguintes:

(g) Ou Jones é dono de um Ford ou Brown está em Boston;

(h) Ou Jones é dono de um Ford ou Brown está em Barcelona;

(i) Ou Jones é dono de um Ford ou Brown está em Brest-Litovsk.

Cada uma destas proposições é implicada por (f). Imaginem que Smith se apercebe da implicação de cada uma destas proposições que ele construiu por (f), e prossegue para aceitar (g), (h) e (i) sob a fundamentação de (f). Smith inferiu corretamente (g), (h) e (i) de uma proposição para a qual ele tem evidências fortes. Smith está portanto completamente justificado em acreditar em cada uma destas três proposições. Smith, claro, não faz ideia onde está Brown.

Mas imaginem agora que mais duas condições se mantinham. Primeiro, Jones *não* é dono de um Ford, mas antes está atualmente a conduzir um carro alugado. E em segundo lugar, pela mais pura coincidência, e inteiramente para o desconhecimento de Smith, o lugar mencionado na proposição (h) é realmente o lugar onde Brown está. Se estas duas condições se mantiverem então Smith *não* sabe que (h) é verdadeira, apesar de (i) (h) ser verdadeira, (ii) Smith acreditar que (h) é verdadeira, e (iii) Smith estar justificado em acreditar que (h) é verdadeira. (*Ibidem*, pp. 122-123)

Ora, tomando em consideração as condições enunciadas neste caso-exemplo, podemos finalmente avançar para o cumprimento da tarefa de compreensão do fator principal por detrás da gettierização do conhecimento de determinadas proposições verdadeiras. Neste exemplo particular, podemos observar com toda a clareza que, embora Smith esteja a satisfazer todos os três elementos-condição pertencentes ao modelo tripartido clássico do conhecimento (i.e., Smith acredita que a proposição (h) é verdadeira, Smith está justificado em acreditar que (h) é verdadeira com base em evidências epistemicamente sólidas e relevantes, e (h) é verdadeira), a realidade é que não podemos afirmar que Smith tenha um conhecimento genuíno acerca de verdade da proposição (h).

Relativamente a esse contratempo epistemológico, esta dissertação pretende asseverar e seguir a linha de investigação de que esta gettierização do conhecimento se deve, nomeadamente, ao facto de a aquisição de uma crença verdadeira por parte de um

sujeito suceder por causa da influência de um fator de sorte nos processos de formação das crenças-alvo em análise, bem como na aquisição da sua verdade. De acordo com esta ideia, o facto de um determinado sujeito estar na posse de uma crença verdadeira pode dever-se a esta ter sido formada e obtida por acidente, por uma coincidência ou por outro meio qualquer de formação e aquisição de crenças que envolva uma participação ativa do elemento do acaso⁵.

Ora, o maior problema com a interferência da sorte no processo da obtenção de conhecimento acerca da verdade de uma crença está relacionado, principalmente, com a simples razão de que nós, neste contexto epistemológico, não formamos na maior parte das vezes as nossas crenças nem alcançamos o seu valor de verdade através de uma utilização cuidada e responsável⁶ das nossas faculdades e processos de raciocínio.

E é precisamente por causa disso que o nosso conhecimento sobre a verdade de certas proposições é gettierizado: pois, como resultado de não atingirmos a verdade de algumas das nossas proposições mediante as nossas faculdades e processos de raciocínio, acabamos por perder o direito de reivindicar a posse cognitiva (e, conseqüentemente, perdemos o direito de podermos dizer que conhecemos uma determinada proposição) do estatuto epistémico das nossas crenças-alvo.

Daí que o objetivo principal desta dissertação consista numa tentativa de exploração, reconhecimento e afirmação da chamada Epistemologia Antisorte como a corrente epistemológica que mais hipóteses apresenta de responder adequadamente aos desafios gerados pelo Problema de Gettier e pela gettierização do conhecimento.

As restantes seções irão focar-se, sobretudo, em reconstruir a história do desenvolvimento da Epistemologia Antisorte, desde as suas fases de construção iniciais (incluindo até os momentos-chave antes da cunhagem oficial do nome desta corrente epistemológica) até às fases de desenvolvimento mais contemporâneas (de entre as quais se contam uma primeira fase, na qual se refuta a conjunção da epistemologia antisorte

⁵ O tipo de sorte em jogo na gettierização do conhecimento é designado pelo conceito de sorte epistémica. Este conceito epistemológico é explorado e definido com maior precisão na obra de Duncan Pritchard *Epistemic Luck*, que será analisada com maior atenção no capítulo seguinte (2) desta dissertação.

⁶ A metodologia de formação e aquisição de crenças sublinhada por estas palavras pode ser resumida pelo termo “responsabilidade epistémica”. Iremos aprender mais sobre a natureza deste termo em Pritchard 2003.

com a epistemologia das virtudes, seguida de uma segunda fase, na qual se compatibiliza a epistemologia antisorte com a epistemologia das virtudes⁷).

Para além disso, esta dissertação irá igualmente enumerar os elementos mais fundamentais da constituição estrutural da Epistemologia Antisorte e explicar o papel de cada um deles nas objeções formuladas contra as implicações epistemológicas anticonhecimento do Problema de Gettier, com a expectativa adicional de se poder solucionar, pelo menos parcialmente, este problema epistemológico e combater a gettierização do conhecimento humano.

1.2 Leitura crítica das reações mais relevantes ao Problema de Gettier e análise compreensiva dos passos fundamentais da fundação inicial da Epistemologia Antisorte

1.2.1 A resposta de Chisholm à gettierização do conhecimento: reforço da condição da justificação

Agora que o Problema de Gettier se encontra devidamente estabelecido nos seus traços essenciais, e as suas consequências epistemológicas para o conhecimento humano foram explicitamente problematizadas, convém, a partir deste momento, prosseguirmos para a apresentação e análise crítica das respostas mais relevantes à gettierização do conhecimento que surgiram durante a fase do desenvolvimento das versões prototípicas das teorias antisorte.

Para iniciar este ponto da ordem de trabalhos, gostaria de abordar, em primeiro lugar, a tentativa de resposta à gettierização do conhecimento avançada por Roderick Chisholm no seu livro *Theory of Knowledge, 2nd edition* (mais concretamente o sexto capítulo desta obra). Pois, tal como Gettier fez no seu artigo, Chisholm defende de igual modo a perspetiva de que a definição tradicional do conhecimento (Crença Verdadeira

⁷ A rejeição da conjunção da epistemologia antisorte com a epistemologia das virtudes, bem como a consequente aceitação da compatibilização destas duas correntes epistemológicas uma com a outra, constituem as duas fases centrais do pensamento de Pritchard na sua conceção dos elementos que devem constituir a epistemologia antisorte mais adequada a ser utilizada contra a gettierização do conhecimento.

Justificada)⁸ é insuficiente para poder cumprir a função de uma explicação completa e adequada do que se pode considerar como um conhecimento genuíno.

Ora, segundo a tese de Chisholm, o motivo principal pelo qual o nosso conhecimento acaba por ser gettierizado, embora cumpramos todos os requisitos epistémicos da concepção clássica do conhecimento, deve-se ao facto de a condição da justificação (ou da evidência) não ser robusta o suficiente para excluir casos nos quais o valor de verdade de uma proposição-alvo que pretende ser conhecimento é tornado evidente para um sujeito avaliador *S* mediante a utilização de evidências com uma força epistémica demasiado fraca para poderem ser as bases epistémicas mais sólidas e adequadas para a confirmação da verdade da proposição em análise. Chisholm designa este género de proposições como proposições defeituosamente evidentes.

Porém, antes de podermos compreender em que é que consistem ao certo as proposições defeituosamente evidentes que anulam a legitimidade epistémica do nosso conhecimento, afigura-se como fundamental sabermos em primeiro lugar o que são as proposições não-defeituosamente evidentes. Este tipo de proposições encontra-se definido no livro de Chisholm através dos seguintes termos:

Se uma proposição for portanto não-defeituosamente evidente para o nosso sujeito *S*, então tem uma base auto-apresentativa⁹ que não torna nenhuma falsidade evidente para *S*. Vamos dizer, de um modo mais exato:

D6.3 *h* é não-defeituosamente evidente para *S* = Df Se *h* for certa para *S*, ou *h* for evidente para *S* e for implicada por um conjunto de proposições com cada uma a ter para *S* uma base que não é uma base de qualquer proposição falsa para *S*.¹⁰ (Chisholm 1977, p. 109)

⁸ Chisholm não emprega a mesma terminologia de Gettier na definição de duas das três condições que compõem o modelo clássico tripartido do conhecimento. Embora a condição da verdade mantenha o nome intacto na sua teoria, Chisholm criou uma correspondência da condição da crença à condição da aceitação e da condição da justificação à condição da evidência: “According to the traditional or classical conception of knowledge, three conditions must obtain if a man knows a proposition to be true. First, the proposition must be true; second, the man must accept it; and third, the proposition must be one which, for him, is evident.” (Chisholm 1977, p. 102)

⁹ O facto de Chisholm indicar diretamente que uma proposição não-defeituosamente evidente deve estar fundamentada numa base proposicional que se autoapresente (i.e., que seja autoevidente) ao entendimento do sujeito conhecedor *S* mostra uma clara influência do fundacionalismo epistemológico na elaboração da sua teoria do conhecimento. Porquanto, de um modo bastante claro e evidente, o autor demonstra que todas as proposições-alvo candidatas a conhecimento, tal como as proposições que lhe conferem evidência, devem ter o seu valor de verdade explicado por bases proposicionais fundacionais autossuficientes, cuja força epistémica não seja derivada (e, portanto, justificada) de outras proposições mais primitivas.

¹⁰ Na terceira edição desta obra, Chisholm define certas proposições como sendo simplesmente evidentes no caso de proposições verdadeiras que constituem conhecimento, não havendo a necessidade de caracterizá-las com a epígrafe de não-defeituosamente evidentes. As proposições evidentes encontram-se

Portanto, segundo a definição proposta por Chisholm na sua obra, verificamos que são necessárias duas condições essenciais para uma proposição poder ser não-defeituosamente evidente para um sujeito S. Primeiro, é essencial que a proposição-alvo (*h*) seja tornada evidente para S mediante processos de raciocínio cujo resultado final consista em a própria proposição-alvo ser tratada como a conclusão logicamente implicada (*entailed*)¹¹ pelo conjunto de proposições (*e*) que conferem evidência ao valor de verdade de *h*¹² (nestes processos de raciocínio, o conjunto de proposições *e* são as premissas das quais a proposição *h* é derivada como a conclusão mais lógica da consideração conjunta da força argumentativa de cada uma das proposições singulares de *e*). Neste caso, não importa se a proposição-alvo *h* é tornada evidente para S por processos de raciocínio demonstrativos (dedutivos) ou não-demonstrativos (indutivos), desde que *h* seja logicamente implicada de um modo *necessário* pelo conjunto de proposições *e*¹³.

Depois, em segundo lugar, averigua-se como condição necessária que, para cada uma das bases (*b*)¹⁴ das proposições singulares integrantes do conjunto proposicional *e* que confere evidência à proposição *h*, uma base *b* tem de estar constituída de tal modo que não possa servir como base de uma proposição falsa. Ou seja, de acordo com esta condição, para que uma proposição-alvo com pretensões de ser uma forma de conhecimento válido possa ser não-defeituosamente evidente, é fundamental que nenhuma das proposições que lhe confere evidência seja falsa (cumprindo-se, deste modo, a condição epistémica da não-falsidade).¹⁵

definidas segundo as seguintes condições: “An evident proposition, like one that is beyond reasonable doubt, is a proposition which is such that one has more justification for believing it than for withholding it. (...) D4 *p* is evident for S = Df For every proposition *q*, believing *p* is at least as justified for S as is withholding *q*” (Chisholm 1989, p. 11)

¹¹ Eis a definição fornecida por Chisholm de uma implicatura lógica: “One proposition may be said to entail another provided only that accepting the first includes accepting the second. (...) D1 *e* entails *h* = Df *e* is necessarily such that whoever accepts it accepts *h*” (*Ibidem*, p. 51)

¹² “D6.2 *e* confers evidence upon *h* for S = Df *e* is evident for S; and every *b* such that *b* is a basis of *e* for S is a basis of *h* for S.” (Chisholm 1977, p. 107)

¹³ Isto corresponde ao fenómeno de uma dada proposição, ou conjunto de proposições, tornar evidente uma proposição-alvo verdadeira candidata a conhecimento. Chisholm descreve este fenómeno na sua obra pela seguinte frase: “D4 *e* makes *h* evident for S = Df (1) *e* is evident for S; (2) *e* tends to make whatever *h* entails evident; and (3) nothing that is evident for S defeats *e*'s tendency to make *h* evident” (Chisholm 1989, p. 53)

¹⁴ “D6.1 *e* is a basis of *h* for S = Df *e* is self-presenting for S; and necessarily, if *e* is self-presenting for S, then *h* is evident for S.” (Chisholm 1977, p. 106)

¹⁵ Esta descrição das proposições não-defeituosamente evidentes aponta para o enquadramento da teoria do conhecimento de Chisholm no contexto do infalibilismo epistemológico. Pois, com todo o efeito, o autor, mediante o reforço da condição da justificação, defende o princípio de que, não só a proposição-alvo candidata a conhecimento não pode ser falsa, como também as proposições que lhe conferem evidência

Agora que as proposições não-defeituosamente evidentes se encontram definidas nesta dissertação, podemos prosseguir para a clarificação daquilo que torna certas proposições defeituosamente evidentes: sendo que estas últimas, segundo a argumentação de Chisholm, correspondem à natureza epistemológica de algumas das proposições gettierizantes do conhecimento.

Ora, tomando em consideração os dois requisitos enunciados anteriormente na definição das proposições não-defeituosamente evidentes, e aplicando o modelo clássico tripartido do conhecimento, podemos defender com algum grau de segurança que a verdade de uma proposição-alvo h não se torna evidente para um sujeito S de uma forma defeituosa por esta nunca ser logicamente derivada de um conjunto de proposições e que confirmam evidência ao seu valor lógico.

Porquanto o simples facto de a condição da justificação ser um dos requisitos epistémicos necessários para uma proposição poder ser contabilizada como uma forma de conhecimento válida implica como sendo obrigatório que a verdade de uma proposição-alvo seja fundamentada (i.e., justificada) mediante a derivação lógica direta do seu conteúdo proposicional do conteúdo proposicional de outras proposições; proposições estas que, devido ao seu estatuto de servirem como as evidências que sustentam o valor de verdade da proposição principal, devem ser igualmente interpretadas como as bases sustentadoras dos processos de raciocínio conducentes à formulação da proposição-alvo, sendo esta última a conclusão lógica derivada da força justificativa das proposições que conferem evidência à sua verdade.

Portanto, isto força-nos a chegar à conclusão de que aquilo que torna uma proposição defeituosamente evidente para um sujeito S será uma situação na qual a verdade da proposição-alvo é tornada evidente para S através de evidências que não cumpram a condição da não-falsidade (i.e., através de proposições que conferem evidência para a verdade da proposição-alvo, mas que são falsas). Por conseguinte, as proposições defeituosamente evidentes serão aquelas que tiverem como bases justificativas para o seu valor de verdade evidências que sejam falsas.

(bem como as suas bases fundacionais) não podem ser falsas nem ser adquiridas de uma forma epistemicamente insatisfatória (i.e., de uma forma não-metódica).

Tal é o que parece acontecer no primeiro caso-exemplo apresentado por Gettier no seu artigo¹⁶. Pois neste cenário hipotético, tal como tivemos a oportunidade de verificar, uma das duas evidências que sustentam a verdade da proposição-alvo que apresenta a pretensão de se constituir como um conhecimento legítimo (ou seja, o enunciado proposicional de que, entre Smith e Jones, o homem que será escolhido para o emprego a que se candidatam tem dez moedas no seu bolso) é falsa, e a sua base fundamentadora é igualmente falsa. Nesta situação refiro-me, naturalmente, à proposição de que será Jones, e não Smith, que será selecionado para o emprego em questão, sendo esta evidência apoiada pela base testemunhal do empregador de que ele próprio escolheu Jones para ocupar a vaga de emprego, embora se trate de uma testemunha falsa por o empregador estar a enganar Smith e a induzi-lo em erro. Segundo estas condições não nos resta outra escolha senão classificar a proposição-alvo como uma proposição verdadeira defeituosamente evidente e, por conseguinte, gettierizada.

Contudo, se aplicarmos um reforço da condição da justificação tal como se encontra defendida por Chisholm, podemos alterar as premissas principais deste caso-exemplo de forma a não produzirem uma proposição defeituosamente evidente.

Neste exemplo concreto, o caminho mais aconselhável a seguir consistirá, primeiramente, em alterar o conteúdo proposicional da proposição-alvo candidata a conhecimento; ou seja, ao invés de enunciar que o homem que será selecionado para o emprego será o que tiver dez moedas no seu bolso, podemos enunciar, no lugar desta proposição, a conclusão mais simples e certa de que Smith é o homem que será selecionado para o emprego em questão, em vez de ser o seu amigo Jones.

De seguida, a fim de compreendermos que proposição, ou que conjunto de proposições, conferiu evidência a esta nova proposição-alvo, podemos apontar para o facto de a evidência-chave para a verdade desta proposição consistir em o empregador, responsável pela contratação de novos funcionários para a sua empresa, ter dito pessoalmente e diretamente a Smith, no final do processo da análise de todas as candidaturas e da seleção do candidato, que o próprio foi escolhido como o melhor candidato a ocupar a vaga de emprego na empresa.

¹⁶ Cf. secção 1.1.1 *b*) desta dissertação.

E, por fim, resta esclarecer o tipo de base fundamentadora utilizada para explicar a legitimidade epistémica da proposição que confere evidência à proposição-alvo. Neste caso, podemos admitir que o tipo de base em causa se trata do enunciado proposicional de que o empregador não tem a intenção de enganar Smith e induzi-lo em erro relativamente a quem será selecionado para ocupar o cargo na empresa.

Antes, o próprio empregador escolheu Smith, em vez de Jones, mediante um processo de comparação das habilitações profissionais entre todos os potenciais candidatos ao emprego (não se excluindo esta operação, por conseguinte, à comparação das habilitações de Smith com as de Jones), bem como da verificação da legitimidade das capacidades profissionais de todos os candidatos. E, no final deste processo, o empregador concluiu que Smith era o candidato que possuía as habilitações profissionais mais adequadas e mais legítimas para exercer a profissão à qual se candidatou, ultrapassando as qualificações dos restantes candidatos. Portanto, segundo estes termos, podemos afirmar com toda a certeza que nos encontramos perante um caso de uma proposição que constitui um conhecimento genuíno, visto tratar-se de uma proposição verdadeira não-defeituosamente evidente que se mostra não ser passível de ser gettierizada.

Ora, refletindo em tudo o que se aprendeu nesta subsecção acerca das proposições verdadeiras defeituosamente evidentes e não-defeituosamente evidentes, bem como sobre a maneira pela qual cada um dos dois géneros de proposições determina se uma proposição candidata a conhecimento será ou não será gettierizada, posso asseverar com convicção que defendo a perspetiva de que a proposta de Chisholm do reforço da condição da justificação constitui uma abordagem válida para combater a gettierização do conhecimento humano.

Relativamente a isto, eu justifico a minha posição pelo simples motivo de que a noção de uma proposição verdadeira não-defeituosamente evidente apresentada por Chisholm parece impedir a gettierização do conhecimento, por a mesma satisfazer as exigências-base de duas das correntes epistemológicas mais utilizadas na tarefa da resolução do problema de Gettier: refiro-me, evidentemente, ao externismo epistemológico e ao internismo epistemológico. Pois, se os leitores prestaram a devida atenção a este tópico, o fortalecimento da força justificativa/explicativa das bases epistémicas (internismo) da proposição não-defeituosamente evidente apenas foi tornado exequível através de um reforço dos modos como adquirimos e consolidamos as

evidências (externismo) que suportam o valor epistémico da justificação em causa (bem como tomámos as devidas precauções para seleccionar cuidadosamente o tipo de evidências mais adequadas para fundamentar a proposição em análise), a fim de os transformarmos em processos especificamente metódicos que produzem como resultado final uma proposição verdadeira não-gettierizada.

Porém, embora a proposta de Chisholm seja uma candidata bastante forte para a eliminação da gettierização do conhecimento humano, o reforço da condição da justificação ainda se mostra como sendo insuficiente para o cumprimento do objetivo principal desta dissertação: i.e., a eliminação do fator de sorte aniquilador do conhecimento, responsável pela gettierização de todas as proposições verdadeiras candidatas a constituírem um conhecimento legítimo.

Isto sucede porque, efetivamente, a teoria de Chisholm do reforço da condição da justificação nunca indicou explicitamente, muito menos abordou a questão, que a influência de um fator de sorte na formação de crenças verdadeiras e justificadas era a razão principal pela qual as crenças-alvo em questão eram gettierizadas e, por conseguinte, eram excluídas de constituírem formas de conhecimento epistemicamente legítimas. Esta posição é tornada ainda mais evidente pelo facto de o próprio Chisholm não apresentar a sua proposta de resolução do problema de Gettier sob a forma de uma quarta condição epistémica antisorte que deva ser acrescentada ao modelo tripartido clássico da Crença Verdadeira Justificada.

Portanto, como consequência de Chisholm não referir diretamente nem reconhecer a influência do fator de sorte na formação de crenças verdadeiras e justificadas candidatas a conhecimento, torna-se necessário seguir um percurso teórico diferente se quisermos responder ao problema de Gettier mediante a formulação de uma quarta condição antisorte que seja robusta o suficiente para anular a sorte aniquiladora de conhecimento.

1.2.2 O paradigma dualista de má sorte/boa sorte como definidor dos casos exemplares do Problema de Gettier

Estando nesta altura finalizada a análise da proposta de Chisholm das proposições não-defeituosamente evidentes como contrarresposta às implicações do Problema de Gettier, podemos finalmente passar para o estudo dos modelos explicativos do

conhecimento que reconheçam a existência e a influência do fator de sorte na destruição (gettierização) do nosso conhecimento.

Entre esses modelos epistemológicos, aquele que será o principal objeto de estudo nesta subsecção da presente dissertação (constituindo, por conseguinte, o primeiro modelo anti-Gettier a ser abordado que faz uma tentativa mais ativa de desenvolver o conceito de sorte epistémica) consiste no modelo paradigmático da má sorte/boa sorte, elaborado pela primeira vez por Linda Zagzebski no seu artigo “The Inescapability of Gettier Problems”.

Tal como se encontra implicado no título do artigo em questão, a autora assevera a sua própria posição de que, por mais que a literatura epistemológica pós-Gettier tente reformular a estrutura do modelo da Crença Verdadeira Justificada (mediante o reforço da condição da justificação deste modelo, tal como vimos Chisholm tentar levar a cabo, ou mediante o acrescento de uma quarta condição aos três requisitos principais do modelo clássico do conhecimento), com a finalidade de evitar os constrangimentos epistemológicos causados pelo Problema de Gettier, a realidade é que não conseguimos evitar cair em situações cognitivas do tipo Gettier se nos cingirmos unicamente a resolver este problema epistemológico através de modificações incompletas e inadequadas do modelo tripartido clássico do conhecimento.

Ora, relativamente a esta questão, podemos verificar que Zagzebski é efetivamente uma das primeiras autoras na área de estudos da Epistemologia a declarar abertamente que a sorte é o principal elemento responsável pela gettierização do estatuto epistémico de algumas das proposições que formulamos acerca de determinados estados de coisas no mundo. A própria autora afirma, no início do seu artigo, que é somente por uma questão de sorte, ou acaso, que as crenças verdadeiras e justificadas nos casos Gettier são verdadeiras:

Os problemas de Gettier surgem na teoria do conhecimento quando é apenas por acaso que uma crença verdadeira justificada é verdadeira. Uma vez que a crença podia facilmente ter sido falsa nestes casos¹⁷, conclui-se normalmente que não são instâncias de

¹⁷ Com estas palavras, podemos começar a ter uma noção inicial da essência de um dos blocos de construção conceituais que servirá de alicerce para o desenvolvimento da Epistemologia Antisorte que combaterá os casos Gettier. Pois, efetivamente, Zagzebski insinua que a aniquilação do conhecimento, característica dos casos Gettier, se deve, sobretudo, ao facto de as proposições formuladas nestas situações não cumprirem os requisitos epistémicos do princípio da segurança (embora a autora não tenha oficialmente empregado este conceito no seu artigo, uma vez que ainda não existia sob esta designação). Os capítulos 2 e 3 desta

conhecimento. A moral retirada nos trinta anos desde que Gettier publicou o seu famoso artigo é que ou a crença verdadeira justificada (CVJ) não é suficiente para conhecimento, em cujo caso o conhecimento deve ter uma componente “extra” em adição à CVJ, ou caso contrário a justificação deve ser reformulada a fim de *torná-la* suficiente para conhecimento. (Zagzebski 1994, p. 65)

No entanto, Zagzebski não se limita a interpretar a natureza do Problema de Gettier unicamente sob a ótica simplista de que é apenas por uma questão de sorte que uma crença verdadeira justificada é verdadeira. Antes, esta pensadora apresenta no seu artigo uma visão mais progressista e complexa do assunto sob análise ao realizar uma leitura dos casos Gettier sob a perspectiva de que se tratam de situações epistémicas nas quais a crença-alvo, embora esteja devidamente justificada com boas bases epistémicas, acaba por ser falsa devido à intervenção de um acidente de má sorte que anula a sua veracidade; sucedendo que, contra todas as expectativas factuais formadas sobre o caso em questão, a crença-alvo tem a sua validade epistémica posteriormente recuperada através da intervenção de um acidente de boa sorte que produz, como resultado final, o acontecimento de que a crença-alvo, originalmente falsa, se torna verdadeira¹⁸.

No que diz respeito a esta interpretação do Problema de Gettier, poderão existir certos intérpretes (sobretudo os que desconhecem os inconvenientes epistemológicos associados às premissas principais desta problemática) que estejam tentados a atribuir conhecimento aos sujeitos conhecedores que protagonizam os casos Gettier, muito embora a grande maioria dos epistemólogos não concorde com esta posição pelos motivos que já conhecemos. Isto pode acontecer se, para todos os efeitos, adotarmos uma versão epistemológica da postura utilitarista relativamente ao valor epistémico da crença-alvo candidata a conhecimento.

Ora, segundo este assim designado “utilitarismo epistemológico”, e tomando em consideração a leitura de Zagzebski do Problema de Gettier sobre o dualismo má sorte/boa sorte, podemos inferir que, apesar de estarmos perante uma conclusão altamente contraintuitiva, uma crença proposicional gettierizada pode realmente constituir um

dissertação irão ser dedicados à exploração concetual deste modelo teórico, uma vez que é sob a tutela do princípio da segurança que será desenvolvida a versão da Epistemologia Antisorte que apresenta as melhores hipóteses de solucionar o Problema de Gettier.

¹⁸ Esta descrição do paradigma má sorte/boa sorte, explicador dos casos-exemplo do Problema de Gettier, encontra-se sintetizada na perfeição pela própria Zagzebski no seu artigo, de uma forma bastante clara e sucinta “What generates the problem for JTB, then, is that an accident of bad luck is cancelled out by an accident of good luck. The right goal is reached, but only by chance.” (*Ibidem*, p. 66)

conhecimento legítimo. Porquanto uma visão utilitarista, neste contexto, não olha nem para os meios cognitivos utilizados nos processos de formação de crenças nem para quaisquer fatores externos ao sujeito avaliador que possam interferir nestes mesmos processos. Desde que se cumpra o objetivo epistemológico fundamental de se alcançar e obter uma crença verdadeira, todos os meios interferentes na tarefa do cumprimento desse fim são admissíveis.

Esta conclusão torna-se ainda mais proeminente sob o ponto de vista utilitarista quando nos recordamos de que a má sorte que torna uma crença-alvo falsa num caso Gettier (e, portanto, inadequada para constituir conhecimento) é conseqüentemente anulada pela influência do fator da boa sorte que transforma a crença-alvo numa crença verdadeira. E é precisamente pelo facto de a boa sorte em causa ser o elemento principal que conduz a crença-alvo de um caso Gettier à verdade que esta adquire um estatuto epistémico válido que permite a sua entrada para o mercado dos conhecimentos reconhecidos como genuínos.

Contudo, tal como Zagzebski defende no seu trabalho (bem como em coincidência com a finalidade central desta dissertação de combater a gettierização do conhecimento através da eliminação da influência da sorte nos processos de formação de crenças verdadeiras justificadas), e contrariando a interpretação utilitarista exposta nos parágrafos anteriores, os membros das comunidades epistemológicas devem continuar a insistir na ideia de que, não obstante a boa sorte que assegura a verdade de uma crença-alvo contrabalançar a má sorte responsável pela falsidade inicial da crença em questão, as situações epistémicas estruturalmente determinadas pelo paradigma má sorte/boa sorte não podem ser contadas como casos nos quais um sujeito avaliador S tenha um conhecimento legítimo acerca do valor de verdade das crenças formadas nestes contextos situacionais.

O primeiro caso-exemplo tipo Gettier formulado originalmente por Zagzebski demonstra precisamente em que sentido a boa sorte que torna uma crença-alvo inicialmente falsa numa crença verdadeira, em vez de conduzir a um conhecimento legítimo, gettieriza o seu valor de verdade e impede que a crença em questão possa entrar para o mercado do conhecimento:

Vamos supor que Mary tem uma visão muito boa, mas não é perfeita. É boa o suficiente para permitir que ela identifique o seu marido sentado na sua cadeira do costume na sala

de estar a partir de uma distância de quinze pés sob uma luz algo ofuscada [...] As suas faculdades podem não estar a funcionar na perfeição, mas estão a funcionar suficientemente bem¹⁹, de modo que se ela for formar a crença “O meu marido está sentado na sala de estar”, essa crença tem uma garantia²⁰ suficiente para constituir conhecimento quando é verdadeira e nós podemos assumir que é quase sempre verdadeira. [...] Vamos supor que Mary simplesmente identifica incorretamente quem está sentado na cadeira que é, vamos supor, o irmão do seu marido. [...] Agora podemos facilmente emendar o caso como um exemplo Gettier. O marido da Mary pode estar sentado no outro lado da sala, não estando a ser visto por ela. Nesse caso a sua crença “O meu marido está sentado na sala de estar” é verdadeira e tem uma garantia suficiente para conhecimento na explicação de Plantinga, mas ela não tem conhecimento. (*Ibidem*, pp. 67-68)

No que diz respeito ao caso-exemplo tipo Gettier que acabou de ser citado, o motivo principal, apontado pela própria Zagzebski, pelo qual a boa sorte interveniente neste caso Gettier não leva Mary a ter um conhecimento válido da proposição-alvo “O meu marido está sentado na sala de estar” prende-se pelo facto de que, embora a sorte em causa transforme a crença-alvo inicialmente falsa numa crença verdadeira, estamos a lidar com uma situação epistemologicamente problemática nos momentos em que analisamos o estatuto epistémico que a crença-alvo possui no mundo real em conjugação com o valor de verdade que a mesma crença possuiria nos cenários contra factuais modalmente próximos do seu contexto efetivo²¹, nos quais a boa sorte não é interveniente na formação da crença-alvo em causa.

¹⁹ No contexto das premissas do caso Gettier originalmente proposto por Zagzebski, nota-se uma evidente contraposição entre a posição teórica da autora e a posição teórica de Chisholm: porquanto, de uma maneira bastante notável, Zagzebski defende uma tese falibilista relativamente à formação das crenças-alvo que se propõem a entrar no mercado do conhecimento. Ocorrendo isto porque, tal como a autora aponta explicitamente no seu artigo, não é necessário que as faculdades perceptuais e cognitivas responsáveis pelos processos de formação de crenças estejam funcionais na perfeição, mas unicamente que sejam funcionais o suficiente para formarem crenças com uma força epistémica robusta o suficiente para poderem constituir formas de conhecimento epistemicamente legítimas. Admite-se, portanto, um certo grau de falibilidade tanto nos mecanismos por detrás dos processos de formação de crenças como na força justificativa das bases epistémicas que sustentam o valor de verdade das crenças-alvo em questão.

²⁰ Zagzebski apropria-se do termo “garantia” (*warrant*) tal como se encontra formulado na teoria do conhecimento de Alvin Plantinga. O conceito de garantia é utilizado como um substituto equivalente do conceito de justificação, a fim de a própria autora demonstrar aos seus leitores as diferentes designações nominais atribuídas às bases epistémicas que fundamentam o valor de verdade das nossas crenças. Sendo que, com isto, Zagzebski pretende igualmente demonstrar como essas diferentes designações também não escapam ao efeito destrutivo do Problema de Gettier quanto ao estatuto epistémico das bases justificativas de uma crença-alvo.

²¹ No seu artigo, Zagzebski faz uso de uma das variantes interpretativas principais do modelo do princípio da segurança, a teoria dos mundos contra factuais, com o intuito de explicar o modo como o Problema de Gettier atua na aniquilação do conhecimento, bem como para explicar o tipo de raciocínio que os intérpretes

Para podermos compreender o significado exato desta afirmação, basta observarmos que, neste caso Gettier concreto, embora Mary tenha formado uma crença verdadeira no mundo real (a de que o seu marido está sentado na sala de estar) e essa crença esteja devidamente justificada (garantida) através de uma utilização relevante e adequada das suas faculdades percetuais (visão) e cognitivas (sendo que todas estas faculdades são fiáveis o suficiente para assegurar a verdade desta crença em circunstâncias normais) nos processos da sua formação, a realidade é que esta situação é completamente diferente nos cenários contra factuais nos quais a boa sorte, que até ao momento assegurava a verdade da crença-alvo, não existe. Porquanto, na maioria das situações contrafactuais modalmente próximas do mundo real (ou seja, cenários hipotéticos cuja composição estrutural é suficientemente semelhante à do mundo real, em circunstâncias normais), e nas quais são empregues os mesmos métodos de formação de crenças que se utilizam sob as mesmas circunstâncias no mundo real (neste caso, referimo-nos às faculdades percetuais e cognitivas utilizadas por Mary na formação da crença-alvo), Mary terá a tendência de formar uma crença falsa sobre a presença do seu marido na sala de estar: sucedendo isto porque, na maioria dos cenários contrafactuais próximos do mundo real, nos quais a boa sorte não exerce a sua influência, o marido de Mary não vai estar presente na sala de estar (nem sequer fora do campo de visão dela) e, ao invés dele, Mary irá ver o irmão do seu marido sentado na sala de estar, sendo que Mary irá identificá-lo incorretamente como sendo o seu marido devido ao facto de os dois irmãos serem muito semelhantes entre si no aspeto físico, especialmente à distância mencionada anteriormente de quinze pés.

Com estas consequências estipuladas, só nos resta concordar com a perspetiva de Zagzebski de que crenças Gettier deste género não constituem conhecimento. Sucederem precisamente porque as crenças em questão não são formadas de um modo suficientemente seguro e fiável que consiga evitar a sua falsidade nas circunstâncias contra factuais próximas das circunstâncias em que são formadas no mundo real.

contemporâneos devem seguir para criar uma Epistemologia Antisorte robusta o suficiente para combater a gettierização do conhecimento. De acordo com esta teoria, embora os mundos contra factuais não correspondam à realidade factual vivenciada pelo sujeito conhecedor, estes cenários alternativos à realidade devem ser utilizados em conjunção com esta para se realizar a avaliação de se o sujeito conhecedor possui conhecimento acerca da verdade de uma dada crença-alvo: pois, tal como irá ser consistentemente asseverado ao longo desta dissertação, os mundos contra factuais em questão têm uma constituição estrutural modal bastante semelhante à constituição estrutural efetiva da realidade factual. Sendo que este facto torna os mundos contra factuais elegíveis como casos nos quais o sujeito conhecedor poderia ser avaliado como possuindo, ou não possuindo, conhecimento caso estivesse inserido nos seus contextos.

Uma segunda interpretação possível que possa explicar a ausência de conhecimento nestes casos Gettier está relacionada com o facto de o sucesso epistemológico de se alcançar uma crença verdadeira não constituir um sucesso cognitivo por parte do agente conhecedor que forma as crenças-alvo em questão. Porque, efetivamente, no caso-exemplo apresentado no artigo de Zagzebski, o facto de Mary ter alcançado a crença verdadeira “O meu marido está sentado na sala de estar” não foi, de maneira nenhuma, o produto de um exercício relevante e apropriado das faculdades perceptuais e cognitivas de Mary que, em circunstâncias normais, teriam levado à formação de uma crença verdadeira que constituiria um conhecimento genuíno²².

Mas, voltando agora à explicação inicial do motivo pelo qual Zagzebski não trata situações influenciadas pelo paradigma má sorte/ boa sorte como casos de conhecimento, podemos verificar que a autora parece sugerir, muito implicitamente, que uma solução válida para a gettierização do conhecimento passa pela criação de uma condição antisorte de cariz epistemologicamente externista. Pois, efetivamente, podemos observar que, partindo das premissas e do resultado do caso-exemplo apresentado no trabalho de Zagzebski, o fator de boa sorte gettierizante do conhecimento exerce o seu poder epistemicamente destrutivo nas condições que compõem a estrutura do ambiente externo no qual o agente forma a sua crença-alvo: no caso Gettier estudado nos parágrafos anteriores é possível notar que, a fim de evitar a formação de uma crença-alvo falsa, a interferência da boa sorte nos processos de formação da crença de Mary efetuou-se de tal modo que houve uma modificação significativa na disposição estrutural dos elementos constituintes do ambiente externo no qual Mary formou a sua crença inicial; manifestando-se essa modificação no facto de a boa sorte ter colocado o marido de Mary na sala de estar, fora do campo de visão da sua mulher, quando na maioria dos cenários situacionais alternativos cujas circunstâncias são bastante semelhantes às circunstâncias do mundo real o marido de Mary não estaria presente na sala de estar.

Perante esta explicação, só podemos reforçar a conclusão de que, pelo menos numa fase de desenvolvimento inicial, será necessário formular uma condição epistémica antisorte externista, por esta última ser a única solução capaz de colmatar a falha

²² Esta leitura da gettierização do conhecimento enquadra-se no contexto referencial geral da Epistemologia das Virtudes. Esta corrente epistemológica será vital no decurso da elaboração desta dissertação para compreendermos o tipo de percurso que as versões mais recentes da Epistemologia Antisorte poderão seguir para assegurar uma maior eficácia no cumprimento da tarefa da resolução do Problema de Gettier. A Epistemologia das Virtudes será explorada com maior profundidade no capítulo 3.

epistemológica caracterizante de casos Gettier deste género, nos quais existe uma notável desconexão entre as componentes da crença e da justificação e a componente da verdade das crenças-alvo²³. Os próximos capítulos da dissertação irão ser dedicados ao cumprimento deste objetivo, mediante a exploração conceptual das etapas da elaboração de uma condição antisorte externista que cumpra as exigências epistemológicas em causa.

1.2.3 A relevância do contextualismo epistemológico para a configuração de uma teoria antisorte

No que ainda diz respeito à discussão prévia sobre as fases iniciais do desenvolvimento das teorias epistemológicas antisorte, esta subsecção irá focar-se em continuar a seguir a interpretação externista da configuração da condição antisorte, necessária para contrariar a tendência de aniquilação do conhecimento humano caracterizante dos casos do Problema de Gettier.

Nesse sentido, o epistemólogo Mark Heller, no seu artigo “The Proper Role for Contextualism in an Anti-Luck Epistemology”, sugere uma formulação externista da condição antisorte de modo a inseri-la no quadro referencial do contextualismo epistemológico. Por outras palavras, segundo esta teoria do conhecimento, o conhecimento que um sujeito S possui, ou não possui, sobre a verdade de uma dada proposição acerca de um estado de coisas do mundo dependerá, quase na sua totalidade, do contexto epistemológico no qual S se encontra inserido e no qual formula a sua crença candidata a conhecimento. Ora, é precisamente esta linha de raciocínio que Heller pretende seguir no seu artigo.

Mas, antes de avançarmos no estudo deste tópico, devemos colocar a seguinte pergunta: que tipo de elementos epistémicos compõem a estrutura do contexto no qual o sujeito avaliador forma a sua crença-alvo? Relativamente a esta questão, a resposta mais direta e linear afirma que o contexto epistemológico de um sujeito avaliador é demasiado complexo a nível estrutural para podermos discernir na totalidade a quantidade numérica dos elementos epistémicos que determinam a sua organização estrutural mais fundamental.

²³ “It appears, then, that no account of knowledge as true belief plus something else can withstand Gettier objections as long as there is a small degree of independence between truth and the other conditions of knowledge.” (*Ibidem*, p. 72)

Não obstante, podemos agrupar os elementos de um contexto epistemológico em diferentes categorias segundo a sua influência nos processos de atribuição de conhecimento ao sujeito avaliador: tais categorias incluem, por exemplo, os interesses epistémicos do avaliador principal e os dos seus parceiros conversacionais²⁴, os critérios de avaliação que determinam quais são as propriedades epistémicas mais relevantes para a aquisição de conhecimento, saber se o sujeito avaliador se encontra situado num ambiente epistemicamente amigável ou hostil (i.e., se o ambiente externo do avaliador está configurado de modo a assegurar que o sujeito forma uma crença verdadeira, se amigável, ou se forma uma crença falsa, se hostil), entre outros diferentes fatores.

No entanto, ao contrário do que se pode julgar à primeira vista, o contexto do sujeito avaliador não se cinge somente ao seu posicionamento epistémico no mundo real, sendo a sua estrutura formal mais complexa do que isso. Porque, efetivamente, Heller segue, num certo sentido, as pisadas teóricas de Zagzebski ao sustentar a ideia de que, para além do mundo efetivo do sujeito, também é necessário considerar a posição epistémica do sujeito avaliador no conjunto dos mundos alternativos mais relevantes para o cumprimento dos objetivos epistemológicos exigidos pela formulação da crença-alvo principal²⁵. Com base nestas condições, podemos verificar, então, que o contextualismo proposto por Heller para a fundamentação da sua teoria antisorte tem um carácter modal, muito semelhante ao carácter da teoria das situações contrafactuais explorada no artigo de Zagzebski.

²⁴ Pode-se argumentar que os interesses epistémicos do sujeito avaliador e os dos seus parceiros conversacionais constituem uma componente do internismo epistemológico, e que, por conseguinte, não são relevantes para a análise do conhecimento externista que se está atualmente a tentar levar a termo nas fases iniciais da Epistemologia Antisorte. No entanto, essa interpretação é enganadora porque, tal como o próprio Heller tenciona insinuar, os interesses epistémicos das pessoas inseridas numa dada situação conversacional irão eventualmente ser postos em confronto uns com os outros: e, após esse momento de confrontação (bem como posteriormente à determinação de quais deles são compatíveis uns com os outros, e da exclusão dos interesses incompatíveis), os interesses compatíveis irão ter um impacto direto na configuração final da estrutura do contexto epistemológico no qual todos os sujeitos estão enquadrados. Daí que, no final de contas, os interesses epistémicos dos sujeitos conhecedores acabam por mostrar que possuem um cariz externista, e não meramente um cariz internista.

²⁵ A postura teórica de Heller corresponde a uma teoria do conhecimento pós-Gettier designada pelo nome de teoria das alternativas relevantes. Ora, esta teoria apresenta uma configuração formal praticamente idêntica à da teoria dos mundos contrafactuais de Zagzebski, no sentido em que, tal como sucede na teoria avançada por Zagzebski, a posição de Heller sustenta que existem mundos hipotéticos (os chamados mundos alternativos) a coexistirem modalmente com o mundo real: e nesta coexistência modal, há uma diferenciação de estatuto entre os mundos alternativos, efetuando-se esse processo através da distinção entre os mundos mais relevantes e os menos relevantes para a determinação do estatuto epistémico de uma crença-alvo candidata a conhecimento. Irei explicar mais adiante neste subcapítulo os critérios que são utilizados para a realização da diferenciação dos graus de relevância dos mundos alternativos.

Contudo, no que diz respeito aos contraexemplos Gettier que contrastam com casos epistemicamente bem sucedidos, Heller não recorre ao paradigma da má sorte/boa sorte de Zagzebski para explicar a natureza das crenças gettierizadas, afastando-se desse modelo explicativo a fim de criar uma teoria do conhecimento antisorte que inclua apenas a sorte que torna a crença-alvo verdadeira (mas não uma forma de conhecimento legítimo), excluindo a má sorte responsável pela falsidade inicial das crenças dos exemplos Gettier.

Ora, permanecendo ainda no presente tópico de discussão, notamos com toda a clareza que a caracterização modal do contextualismo apresentado por Heller no seu trabalho defende a aplicabilidade da condição da segurança epistémica como um dos principais elementos constituintes da teoria antisorte deste autor. Porquanto, tal como sucede na teoria das situações contrafactuais de Zagzebski, a teoria das alternativas relevantes apoia a noção de que, para uma crença-alvo verdadeira poder contar como um conhecimento genuíno, o contexto epistemológico de um sujeito avaliador S necessita de estar formatado de tal maneira que, não só a crença-alvo formada é verdadeira no mundo real, como também a crença-alvo é verdadeira nos mundos alternativos próximos do mundo real e mais relevantes ao cumprimento dos objetivos epistemológicos conducentes ao conhecimento não-gettierizado, sendo que a crença-alvo não poderia facilmente ser falsa nos mundos alternativos em questão. Para além destes factos, devemos recordar-nos que os processos de formação de crenças utilizados para a formulação da crença-alvo nos mundos alternativos relevantes correspondem aos processos de formação de crenças utilizados no mundo real e nas mesmas circunstâncias contextuais para a formulação da mesma crença-alvo.

No entanto, torna-se imediatamente aparente no início do artigo que o seu autor não fica satisfeito com a leitura demasiado simplificada da sua teoria do conhecimento antisorte apenas sob a ótica da condição da segurança epistémica. Neste aspeto, Heller dá um passo teórico para a frente, comparativamente às ideias apresentadas por Zagzebski, ao propor uma segunda condição caracterizante da sua teoria antisorte, reforçando ao mesmo tempo o carácter externista e modal da mesma:

A minha teoria do conhecimento preferida é aquela que eu chamo de teoria “antisorte”. A componente que torna a crença verdadeira em conhecimento tem de ser externista e modal. [...] Quando uma crença verdadeira é conhecimento é porque não é apenas por sorte que a crença é verdadeira. O conhecedor não poderia estar errado. Não há nenhuma

situação possível, dentro de um conjunto selecionado de situações possíveis, na qual S possua a crença sem esta ser verdadeira:

A crença verdadeira de S de que p é conhecimento se e só se S não acreditar em p em qualquer um dos mundos não-p selecionados. (Heller 1999, pp. 115-116)

Tomando em consideração o conteúdo desta citação, é possível observar que Heller, de um modo implícito, sugere que, em adição à condição de segurança estipulada anteriormente, é necessário o cumprimento de um segundo requisito epistêmico para uma crença-alvo “p” poder entrar no mercado para o conhecimento: neste caso, é essencial que a crença “p” deva ser sensível ao seu valor de verdade e deva ser igualmente capaz de o rastrear, não só no mundo real como também nos mundos alternativos mais relevantes para as circunstâncias epistêmicas efetivas do sujeito avaliador S.²⁶

Portanto, procedendo agora à realização de uma síntese de ambas as características da teoria antisorte apresentada por Heller, tudo indica que é inevitável chegarmos à conclusão de que, de acordo com a posição deste autor, para uma crença-alvo verdadeira poder constituir um conhecimento legítimo, combatendo a gettierização do conhecimento que ocorre nos casos-exemplo do Problema de Gettier, é obrigatório que a crença seja formada mediante processos de formação de crenças que sejam seguros e fiáveis, tanto no mundo real como nos mundos alternativos mais relevantes à situação epistêmica atual do sujeito conhecedor; bem como se revela ser fundamental que a crença-alvo segura e fiável seja igualmente sensível à sua verdade ou falsidade e seja capaz de a rastrear no mundo real e em todos os mundos possíveis²⁷.

²⁶ Este princípio epistemológico apresentado por Heller no seu artigo corresponde a uma das condições epistêmicas mais abordadas na interpretação modal do conhecimento humano: refiro-me, para todos os efeitos, à condição da sensibilidade epistêmica. Recordando-nos do que foi estipulado acerca desta condição na nota de rodapé nº 1 (esta comparação é essencial, pois o princípio da sensibilidade, tal como iremos confirmar mais adiante no capítulo 2 da dissertação, é o princípio nuclear fundamentador da teoria do rastreamento de Nozick), e fazendo as adaptações necessárias consoante a descrição da teoria das alternativas relevantes proposta por Heller, chegamos à observação de que este autor defende a ideia de que um sujeito avaliador, quando forma uma crença-alvo candidata a conhecimento, deve ser capaz de rastrear (i.e., ser epistemicamente sensível) o seu valor de verdade não só no mundo real, como igualmente no conjunto de mundos alternativos mais próximos do mundo real e mais relevantes ao seu contexto epistemológico. Isto traduz-se no simples acontecimento de que um sujeito S, quando forma uma crença-alvo verdadeira, acredita justificadamente na sua correspondente proposição-alvo no mundo real e no conjunto de mundos alternativos mais próximos do mundo real e mais relevantes ao seu contexto epistemológico; enquanto que, por outro lado, se S formar uma crença-alvo falsa, então não acreditará justificadamente na sua correspondente proposição-alvo tanto no mundo real como nos mundos alternativos mais próximos do mundo real e mais relevantes ao seu contexto epistemológico.

²⁷ Apesar de Heller sustentar fortemente a noção de que deve existir uma compatibilização entre a condição da segurança epistêmica e a condição da sensibilidade epistêmica, pretendo desviar-me deste caminho durante o decurso da escrita desta dissertação e sugerir que devemos optar pela condição da segurança como

Contudo, até agora tenho estado a colocar de lado uma pergunta-chave à qual ainda não tive o espaço nem a oportunidade de responder: afinal de contas, qual é o papel específico desempenhado pelo contexto epistemológico de um sujeito na elaboração da condição antisorte que pretende combater os problemas epistemológicos gerados pelo Problema de Gettier? A resposta a esta questão é oferecida pelo próprio Heller no seu artigo, segundo as seguintes condições:

Existem dois papéis para o contexto desempenhar. Em primeiro lugar, aspetos de similaridade diferentes contam para mais ou para menos em contextos diferentes. Portanto o ordenamento de mundos à volta do mundo real, muda com o contexto. Em segundo lugar, o posicionamento da fronteira entre estar perto o suficiente e demasiado distante, a fronteira entre semelhante o suficiente e demasiado dissimilar, é também sensível ao contexto. (*Ibidem*, p. 116)

O que é que o autor quer dizer ao certo com estas palavras sobre o papel desempenhado pelo contexto na determinação da constituição da condição antisorte, essencial para o desenvolvimento da teoria antisorte contra a gettierização do conhecimento? Ora, relativamente a este tópico da discussão, as duas funções desempenhadas pelo contexto, tal como se encontram descritas por Heller, convergem na conclusão mais direta de que o contexto epistemológico no qual um sujeito S se encontra inserido é o principal responsável pela determinação dos critérios de relevância que necessitam de ser cumpridos para um determinado conjunto de mundos alternativos poder ser selecionado como o mais adequado para se realizar a avaliação do estatuto epistémico da condição epistémica de S (i.e., avaliarmos se a condição epistémica de S é robusta o suficiente para podermos reconhecer que S possui conhecimento sobre a veracidade de uma dada crença-alvo, formada no contexto em questão).

Neste âmbito, podemos verificar que, na teoria do conhecimento antisorte de Heller, o contexto epistemológico divide a relevância dos mundos alternativos em diferentes graus (ou seja, um conjunto de mundos alternativos pode ser mais relevante do que um outro conjunto de mundos alternativos) segundo a sua semelhança ou dissemelhança (i.e., segundo a sua proximidade ou distância modal) às circunstâncias do

alicerce fundacional central da Epistemologia Antisorte, ao invés de escolhermos a condição da sensibilidade para desempenhar esse papel epistemológico. As razões que justificam essa preferência serão analisadas e clarificadas no capítulo 2 da dissertação.

mundo real, havendo um posterior ordenamento modal dos conjuntos de mundos alternativos ao redor do mundo real segundo este critério de semelhança/não-semelhança.

E, para além disso, a segunda condição enunciada por Heller dita que o contexto epistemológico do sujeito avaliador é igualmente responsável pela realização da tarefa de inclusão e exclusão de conjuntos de mundos alternativos segundo a condição de cumprirem ou não cumprirem os critérios de relevância mencionados anteriormente (sucendo isto, mais uma vez, de acordo com o critério de semelhança/não-semelhança). Neste caso, se um determinado conjunto de mundos alternativos for semelhante o suficiente (estiver próximo o suficiente) ao mundo real, então esses mundos serão considerados relevantes o suficiente para se enquadrarem na avaliação do estatuto da posição epistémica de um sujeito avaliador S, sendo estes mundos igualmente incluídos no contexto do combate contra a gettierização do conhecimento. Enquanto que, em contrapartida, se um determinado conjunto de mundos alternativos for demasiado dissimilar (estiver demasiado distante) do mundo real, então esses mundos serão tratados como irrelevantes e não serão incluídos na avaliação do estatuto da posição epistémica de S, tendo como consequência principal a sua exclusão do contexto do combate contra a gettierização do conhecimento.

Em última análise, o contextualismo defendido por Heller afirma que o contexto epistemológico de um sujeito avaliador é o elemento que desempenha o papel mais fundamental na escolha dos mundos alternativos relevantes abrangidos pela condição antisorte: pois o contexto de um sujeito avaliador mostra-se capaz de selecionar os mundos alternativos mais relevantes que são imunes à influência do fator de sorte nos processos de formação de uma crença-alvo verdadeira candidata a conhecimento (sucendo isto devido à ação dos dois papéis essenciais desempenhados pelo contexto que abordámos nos parágrafos anteriores).

Para além desta conclusão, e seguindo a mesma lógica, podemos asseverar de igual maneira que o contexto epistemológico de um sujeito avaliador seleciona os mundos alternativos relevantes nos quais se verifique a aplicação dos métodos de formação de crenças mais seguros e fiáveis, bem como seleciona os mundos alternativos relevantes cujas crenças sejam capazes de formar uma conexão próxima com o seu valor de verdade e o consigam rastrear por todos os cenários possíveis nos quais a crença é formada mediante os mesmos processos de formação de crenças utilizados no mundo real e sob as mesmas circunstâncias.

Nesta altura da dissertação, já foram apresentadas todas as bases interpretativas mais importantes para os leitores poderem adquirir uma compreensão fundacional das componentes constituintes das versões prototípicas das teorias antisorte atuais. No capítulo seguinte, irei apresentar e explorar os conceitos pertencentes à primeira fase dos desenvolvimentos mais recentes na elaboração das teorias antisorte contemporâneas. Para esse efeito, irei analisar a obra do epistemólogo Duncan Pritchard associada à primeira fase do seu pensamento, na qual o próprio dissociava a Epistemologia Antisorte da Epistemologia das Virtudes, tratando ambas as teorias como fundamentalmente incompatíveis uma com a outra.

2. Uma teoria atual da Epistemologia Antisorte: a versão modalizada de Duncan Pritchard; primeira fase do seu pensamento

2.1 A construção da versão modalizada da Epistemologia Antisorte e o princípio da segurança epistémica

2.1.1 Especificação da noção de sorte epistémica

a) Definição precisada do conceito de sorte

Estando agora encerrada a discussão sobre a exposição e análise das interpretações prototípicas e, por assim dizer, primitivas da constituição de uma Epistemologia Antisorte no seu sentido lato e numa versão bruta, iremos transitar neste capítulo para a realização de uma leitura crítica de uma versão mais refinada e evoluída da Epistemologia Antisorte: sendo que esta versão abrange uma parte significativa das teorias do conhecimento antisorte apresentadas na literatura epistemológica atual.

Para a concretização deste objetivo, irei estudar cuidadosamente a obra do epistemólogo Duncan Pritchard, visto que ele é um dos poucos pensadores na atualidade que tem abordado continuamente o tópico da influência da sorte epistémica na gettierização do conhecimento, bem como tem igualmente feito esforços contínuos na direção de formular uma Epistemologia Antisorte robusta o suficiente para resolver as problemáticas epistemológicas provocadas pelos casos Gettier.

Contudo, antes de apresentarmos os resultados teóricos de Pritchard nesse âmbito, precisamos de estipular uma definição da noção de sorte epistémica na sua aceção

mais relevante. E, ainda antes dessa tarefa, afigura-se necessário precisarmos a perspectiva pela qual Pritchard compreende o conceito de sorte na sua constituição mais elementar.

No que diz respeito ao modo como devemos compreender este conceito na Epistemologia Antisorte, já elucidei anteriormente que a sorte, pelo menos no seu significado mais comum e banal, é entendida como um fator que se encontra frequentemente associado a acontecimentos controlados pela coincidência, pelo acaso ou pela acidentalidade²⁸. Adiciona-se ainda a estas condições a declaração de Pritchard de que a sorte também tem uma relação concetual próxima com a ideia de que um acontecimento-chave influenciado pela sorte está fora do controlo direto do sujeito conhecedor inserido no seu contexto²⁹.

Contudo, parece que esta interpretação do conceito da sorte levanta um problema incontornável na tarefa da definição dos contornos essenciais da Epistemologia Antisorte: pois, embora haja uma correlação intuitivamente defensável entre a noção de sorte e as noções de acidentalidade, acaso e coincidência, a realidade é que essa conexão nunca foi exposta nem demonstrada de uma forma muito clara e direta na literatura epistemológica escrita até ao momento presente, havendo uma certa indefinibilidade nos acontecimentos que consideramos estarem abrangidos por estes três termos³⁰.

Por conseguinte, parece ser fundamental concentrarmos os nossos esforços em formular uma definição mais concreta e apropriada do significado do conceito de sorte que seja capaz de contornar o problema da vagueza da descrição da sorte segundo as noções anteriormente expostas, mas que, não obstante essa dificuldade, seja igualmente capaz de as abranger no seu quadro referencial. Ora, a fim de se cumprir essa exigência teórica, Pritchard define a noção de sorte em termos de uma explicação modal dos

²⁸ Cf. secção 1.1.2 desta dissertação.

²⁹ “Another common way of characterizing luck is in terms of control, or rather the absence of it. If one were to say that, for example, ‘I discovered the buried treasure by luck’, one would be naturally understood as implying that one did nothing to ensure that one discovered what one did – that the discovery itself was out of one’s control in some way.” (Pritchard 2005; 5.1., p. 127)

³⁰ Esta também é a posição de Pritchard enunciada na sua obra, acrescentando ao mesmo tempo que, no seu entendimento, um segundo problema pertencente à explicação do conceito de sorte consistia no facto de que nenhuma teoria do conhecimento desenvolvida até àquele momento tinha tentado fornecer uma definição mais elaborada e satisfatória do conceito de sorte que pudesse ultrapassar a vagueza natural inerente aos conceitos de acidentalidade, acaso, coincidência e falta de controlo. “So although there is clearly something intuitive about thinking of luck in terms of the notions of accidentality, chance, or the absence of control, there is no straightforward way available of accounting for luck in these terms. Unfortunately, the philosophical literature does not go further to offer any deeper analysis of the concept of luck that goes beyond these suggestive equivalences.” (*Ibidem*; 5.1., pp. 127-128)

acontecimentos influenciados pela sorte. A dimensão modal da sorte é captada no trabalho de Pritchard segundo a seguinte definição:

(L1) Se um acontecimento for sortudo, então é um acontecimento que ocorre no mundo real mas que não ocorre num grupo abrangente dos mundos possíveis mais próximos³¹ nos quais as condições iniciais relevantes para esse acontecimento são as mesmas que as no mundo real.³² (*Ibidem*; 5.1., p. 128)

Regressando ao foco principal deste trabalho, podemos comprovar que, com todo o efeito, Pritchard parece ter acabado de formular uma explicação que consegue descrever, pelo menos parcialmente, aquilo que sucede nos acontecimentos estilo Gettier: pois, efetivamente, os casos-exemplo do Problema de Gettier consistem em acontecimentos que, embora ocorram no contexto efetivo do mundo real, não ocorrem num grupo abrangente dos mundos possíveis mais próximos do mundo real, nos quais as condições iniciais relevantes para a ocorrência do caso Gettier são as mesmas que as que se verificam no mundo real e no mesmo contexto situacional.

Tal parece ser o que acontece no primeiro acontecimento Gettier paradigmático apresentado por Pritchard na sua obra de referência *Epistemic Luck*: refiro-me, para todos os efeitos, ao caso-exemplo de uma pessoa ganhar o sorteio semanal da lotaria nacional. Neste exemplo, um sujeito S decide tentar a sua sorte ao participar na lotaria nacional da semana atual, fazendo isto com a esperança de poder ganhar o primeiro prémio no valor monetário atribuído pelos responsáveis da realização deste jogo de sorte. Para isso, S decide comprar deliberadamente um bilhete da lotaria, escolher os números que acredita que serão sorteados como os números vencedores do jogo e, posteriormente, aguardar

³¹ Nesta definição de um acontecimento sortudo, Pritchard apresenta a teoria do conhecimento que é atualmente mais comumente utilizada para realizar a interpretação modal da natureza da condição antisorte da Epistemologia Antisorte: refiro-me, neste caso, à teoria epistemológica dos mundos possíveis mais próximos. Neste sentido, esta teoria do conhecimento inspira-se na teoria dos mundos contrafactuais de Zagzebski e na teoria das alternativas relevantes de Heller. Todavia, a teoria de Pritchard coloca uma maior ênfase no carácter modal das crenças-alvo do que as teorias originais de Zagzebski e Heller: neste aspeto, o estatuto epistémico das crenças-alvo é determinado pelo grau de semelhança do perfil modal dos mundos possíveis ao perfil efetivo do mundo real, bem como se a configuração estrutural do ambiente modal dos mundos possíveis é igual, nas circunstâncias epistémicas iniciais mais relevantes para a formação da crença-alvo candidata a conhecimento, à configuração estrutural dos elementos que compõem o contexto efetivo atual do agente conhecedor no mundo real. A teoria epistemológica dos mundos possíveis mais próximos será a teoria antisorte que iremos tomar como ponto de partida para a formulação da Epistemologia Antisorte que irá combater a gettierização do conhecimento.

³² Pritchard reforça esta definição modal do conceito de sorte num dos seus artigos posteriores, utilizando os mesmos termos para definir o carácter modal dos acontecimentos sortudos “(LE) An event is lucky *iff* it obtains in the actual world but does not obtain in a wide class of near-by possible worlds in which the relevant initial conditions for that event are the same as in the actual world.” (Pritchard 2007; 2., p. 279)

pela publicação do resultado da lotaria no jornal do dia seguinte. No dia seguinte, S compra e lê o jornal onde se encontra publicado o resultado da lotaria e, para seu grande espanto e contentamento, S acaba de ver que os números vencedores sorteados são, de facto, os números que escolheu para figurarem no seu bilhete e que, portanto, se consagrou o vencedor da lotaria³³.

Ora, se analisarmos este acontecimento Gettier sob a ótica modal proposta por Pritchard, podemos confirmar que, de facto, o sujeito S ter ganho a lotaria nacional trata-se de um acontecimento influenciado pela sorte: isto porque, embora S tenha ganho a lotaria semanal no mundo real, existe um grupo abrangente de mundos possíveis próximos do mundo real nos quais S não escolhe os números vencedores e perde a lotaria, apesar de as condições iniciais relevantes para a obtenção deste acontecimento nos mundos possíveis serem as mesmas que determinam a obtenção deste acontecimento-chave no mundo real (por exemplo, S continuar a comprar o bilhete da lotaria, o jogo continuar a ser livre e justo para todos os seus participantes, as combinações das bolas numéricas com os números vencedores continuarem a ser sorteadas de um modo aleatório, o resultado da lotaria continuar a ser publicado no jornal do dia seguinte, etc.).³⁴

E é precisamente esta a configuração do fator de sorte que está em jogo na formatação dos acontecimentos estilo Gettier: tanto nos acontecimentos diretamente relacionados com as noções de acidentalidade, acaso, coincidência e ausência de controlo, como nos acontecimentos que não mostram nenhuma relação clara e direta com estes conceitos.

Contudo, o processo da proposta de uma definição mais precisa do conceito de sorte não termina por aqui pois, na verdade, ainda existe uma segunda condição, apresentada por Pritchard, a caracterizar a estrutura formal da noção de sorte. Enquanto que a primeira condição, definidora da dimensão modal da sorte, pode ser lida como o

³³ O enunciado e as implicações epistemológicas do caso da lotaria encontram-se expostos em Pritchard 2005; 5.1. Para além desta obra, o problema da lotaria encontra-se igualmente exposto e é abordado em Pritchard 2003, Pritchard 2007, Pritchard 2012, Pritchard 2015 e Pritchard 2019.

³⁴ “With (L1) in mind, consider how it captures two of the paradigm cases of luck mentioned above, the lottery win and the lucky discovery of treasure. In the former case, we have a lucky event which, true to (L1), occurs in the actual world but which – so long as, of course, the lottery was both fair and sufficiently demanding – does not occur in a wide class of the nearby possible worlds where the relevant initial conditions for that event are the same (i.e. where the agent continues to buy a lottery ticket, where the lottery is still free and fair, and so on). Although the agent has a winning ticket in the actual world, in most (if not all) of the nearest possible worlds at issue she will be in possession of a losing ticket.” (Pritchard 2005; 5.1., p. 128)

elemento “objetivo” da sorte, a segunda condição deverá ser lida como sendo o elemento “subjetivo” da noção de sorte. A segunda condição da sorte encontra-se estipulada na obra de Pritchard segundo os seguintes termos:

Nós precisamos portanto de uma segunda condição que capte o elemento de ‘significância’ da sorte. Aqui está uma formulação possível:

(L2) Se um acontecimento for sortudo, então é um acontecimento que é significativo para o agente em questão (ou seria significativo, se o agente fosse informado dos factos relevantes).

Embora vaga, esta condição deve ser suficiente para captar os contornos básicos do elemento ‘subjetivo’ da sorte, e portanto também captar o sentido pelo qual a sorte pode ser boa ou má. (*Ibidem*; 5.1., p. 132)

Logo, segundo a definição formulada por Pritchard, para um acontecimento ser considerado sortudo é necessário não só que a condição modal de (L1) seja cumprida, como também se afigura igualmente necessário que o acontecimento-alvo possua um significado importante para o agente conhecedor inserido no seu contexto.

Ora, para um dado acontecimento sortudo ser significativo para um agente conhecedor, é essencial que o acontecimento-chave tenha um impacto direto sobre a configuração estrutural do contexto situacional do agente, bem como também é fundamental que o acontecimento sortudo esteja alinhado com os interesses epistémicos do agente, no sentido em que o acontecimento-alvo sortudo precisa de contribuir para a satisfação dos interesses epistémicos mais relevantes para a compreensão da situação atual do agente conhecedor (quer se trate de um caso de boa sorte ou de um caso de má sorte).

Com a finalidade de compreendermos o sentido desta interpretação daquilo que deve ser tratado como um acontecimento significativo, tomemos um caso-exemplo fornecido por Pritchard no seu trabalho: neste exemplo, refiro-me ao caso da ocorrência de um deslizamento de terra e ao tipo de impacto que surtiu no contexto situacional do agente envolvido neste acontecimento. Ora, dependendo do impacto que o deslizamento de terra tem no contexto do agente conhecedor, este acontecimento pode tratar-se de um caso de má sorte ou de um caso de boa sorte. Pritchard expõe na perfeição dois cenários possíveis que ilustram cada um destes dois tipos de sorte envolvidos no caso do deslizamento de terra:

Para além do mais, a maneira pela qual o acontecimento afeta a agente irá determinar o tipo de sorte que está envolvido. Por exemplo, se o deslizamento de terra tiver efeitos adversos na agente (como seria de se esperar) – de tal forma que destrísse a sua casa – então esperaríamos que esta agente considerasse este acontecimento como sendo não-sortudo. De modo inverso, porém, se o deslizamento de terra tiver efeitos positivos –se, por exemplo, nivelou a encosta que ela iria nivelar artificialmente ao pagar uma pequena fortuna – então esperaríamos que a agente considerasse este acontecimento como sortudo. O tipo de sorte, e a sua existência do ponto de vista dessa agente, depende do significado que a agente atribui ao acontecimento em questão. (*Ibidem*; 5.1., p. 133)

Ora, tomando em consideração os exemplos de má sorte e de boa sorte que se encontram envolvidas no cenário do deslizamento de terra, bem como tendo igualmente em mente a definição (L1) da sorte, podemos concluir que estamos perante um acontecimento que é sortudo em dois aspetos que estão presentes em simultâneo no acontecimento-alvo em questão.

Pois, por um lado, apesar de tanto o cenário de má sorte como o cenário de boa sorte em causa ocorrerem no mundo real, dentro dos seus respetivos contextos (e, evidentemente, separados um do outro), estes dois cenários do deslizamento de terra não ocorrem num grupo abrangente dos mundos possíveis mais próximos do mundo real e com as mesmas condições iniciais relevantes para a ocorrência do acontecimento-chave em questão: porquanto, pensando em termos realistas, o deslizamento de terra nem sequer ocorre nos mundos possíveis sob análise, não afetando ninguém nem positivamente nem negativamente.

E, por outro lado, ambos os cenários podem ser considerados como acontecimentos sortudos pelo simples motivo de estes dois acontecimentos, nos seus respetivos contextos, serem de algum modo significativos para a agente envolvida no cenário do deslizamento de terra (satisfazendo, desta maneira, a condição (L2) estipulada na obra de Pritchard). Sendo que a significância destes acontecimentos-chave reside no facto de, tanto um como o outro, afetarem diretamente a configuração do contexto situacional da agente protagonista (sucendo isto porque o deslizamento de terra afeta a integridade infraestrutural da casa e do terreno que são a propriedade privada da agente, tanto no caso da má sorte como no da boa sorte).

Bem como também se dá o caso de que ambos os cenários do deslizamento de terra contribuem de uma forma notável para a satisfação dos interesses epistémicos da

agente: no cenário da má sorte, o acontecimento-chave satisfaz o interesse da agente querer saber se o deslizamento de terra não afetou a sua propriedade e a deixou intacta ou, no caso de ter afetado, a agente quererá saber a extensão dos danos provocados pelo desastre natural à sua propriedade; enquanto que, no caso da boa sorte, o acontecimento-alvo satisfaz o interesse da agente querer saber se o deslizamento de terra afetou a encosta perigosa situada nas redondezas da sua propriedade ou, no caso de ter afetado, a agente passa a querer saber se a encosta ficou nivelada naturalmente pelo deslizamento de terra e se já não terá de pagar o serviço de a nivelar artificialmente a fim de evitar o potencial perigo de a encosta desabar sobre a sua propriedade e destruir o terreno exterior anexado à casa.

Portanto, resumindo aquilo que estudámos até agora sobre a definição mais precisada do conceito de sorte, podemos concluir esta secção ao asseverarmos com uma maior sensação de segurança que a sorte aniquiladora do conhecimento nos casos Gettier precisa de estar constituída de tal forma que cumpra a condição da sua definição modal de (L1), bem como precisa igualmente de ser uma sorte significativa para o sujeito envolvido num caso Gettier de acordo com os termos expostos na definição (L2).

b) Definição modal da noção de sorte epistémica e a formulação de uma intuição antisorte nos seus traços mais gerais

Agora que se encontram definidos com maior clareza os fatores principais que compõem a estrutura formal do conceito de sorte, torna-se imperativo prosseguirmos na direção de formularmos uma definição satisfatória do conceito de sorte epistémica, uma vez que este é o tipo de sorte que provoca a gettierização do nosso conhecimento da verdade de algumas das proposições formadas sobre um determinado estado de coisas do mundo. E, após a estipulação da definição da sorte epistémica, torna-se praticamente obrigatório formularmos uma definição aceitável da intuição antisorte que se contrapõe à influência epistemicamente destrutiva exercida pela sorte epistémica nos casos Gettier.

Relativamente àquilo que é passível de ser compreendido acerca da sorte epistémica, afigura-se como sendo uma tarefa fundamental salientar em que medida é que a sorte epistémica se diferencia da noção de sorte abordada na secção anterior desta dissertação. Ora, no que diz respeito a este assunto, a diferença mais significativa e inegável entre a sorte epistémica e a sorte na sua aceção mais geral consiste em que, ao contrário do que sucede na sorte mais geral, a sorte epistémica não incide na ocorrência

de acontecimentos, agindo antes na relação existente entre as crenças formadas pelos agentes conhecedores e o seu valor de verdade: por outras palavras, a sorte epistémica afeta diretamente a nossa posse cognitiva da verdade das crenças que nós formulamos acerca dos factos mais relevantes para a satisfação dos nossos interesses epistémicos mais importantes num dado contexto epistemológico³⁵.

Logo, pelo que podemos deduzir a partir do que se encontra exposto, a sorte epistémica que age sobre os casos epistemicamente problemáticos do Problema de Gettier aniquila a possibilidade de possuímos conhecimento sobre os factos-alvo pertencentes a estes casos epistemológicos porque este tipo de sorte impede que os sujeitos conhecedores tenham uma posse cognitiva direta e segura da verdade das proposições-alvo formuladas nos contextos Gettier. Isto representa, por assim dizer, um “corte” significativo na relação entre o sujeito conhecedor e a proposição do estilo Gettier.

A sorte epistémica que destrói o conhecimento nos casos Gettier recebe a designação de sorte epistémica verídica, e encontra-se definida por Pritchard no seu trabalho pelas seguintes palavras:

Sorte epistémica verídica

É uma questão de sorte que a crença do agente é verdadeira. (Pritchard 2005; 6.1., p. 146)

De resto, estando agora esta diferença fundamental esclarecida aos leitores, a configuração da estrutura formal da sorte epistémica é praticamente idêntica à configuração formal da sorte na sua aceção geral: uma vez que a sorte epistémica está estruturada em conformidade com a definição modal tal como está dada na condição (L1), bem como também cumpre o requisito da significância da condição (L2) (sendo que o significado da sorte epistémica reside na simples razão de esta sorte incidir na aquisição cognitiva dos factos que se alinham com a satisfação dos interesses epistémicos mais relevantes numa dada situação epistémica, embora seja um significado que nos afete

³⁵ Pritchard resume a definição da noção de sorte epistémica de um modo mais simplificado em duas instâncias diferentes: “As we saw Peter Unger putting the point in the last chapter, the issue about epistemically problematic examples of epistemic luck is that they impair the epistemic ‘relation concerning the man and the fact’ [...] We must thus look more specifically at the sort of epistemic luck that affects this epistemic relationship between the knowing subject and the fact known.” (*Ibidem*; 6.1., pp. 145-146); “To begin with we should note that the core worry about luck as regards knowledge possession relates to luck in the *truth* of the relevant belief. [...] The point generalises. Luck only undermines knowledge when it impacts directly on the truth of the belief in question; luck in the mere ‘initial conditions’ for knowledge is not by itself knowledge undermining.” (Pritchard 2007; 3., p. 279)

negativamente por a sorte epistémica impedir que tenhamos um conhecimento genuíno dos factos-alvo em questão).

Tomando em consideração tudo o que vimos até agora sobre a constituição da sorte epistémica, e efetuando as adaptações necessárias da configuração modal da sorte no seu sentido geral para se adequar à natureza da sorte epistémica verídica, podemos demonstrar as consequências da aplicação do modelo da sorte epistémica nos casos Gettier ao apresentarmos a definição de Pritchard de uma crença verdadeira sortuda:

(LTB) A crença verdadeira de S é sortuda se e só se houver um grupo abrangente de mundos possíveis próximos nos quais S continue a acreditar na proposição-alvo, e as condições iniciais relevantes para a formação dessa crença são as mesmas que as do mundo real³⁶, e no entanto a crença é falsa. (Pritchard 2007; 3., p. 280)

Isto é o mesmo que dizer que uma crença verdadeira é sortuda, por meio da ação da sorte epistémica, quando é verdadeira no mundo real, mas num grupo abrangente dos mundos possíveis mais próximos do mundo real, nos quais as condições iniciais relevantes para a formação da crença-alvo são as mesmas que as do mundo real, é falsa.

Com as definições da sorte epistémica verídica e de uma crença verdadeira sortuda em mente, podemos finalmente formular a partir destes dois conceitos, e mediante a utilização do fio de raciocínio diametralmente oposto à intuição da sorte epistémica, uma definição dos traços mais gerais da intuição antisorte que iremos empregar no combate teórico contra a gettierização do conhecimento. Portanto, a intuição antisorte que serve como a base mais fundacional da Epistemologia Antisorte que será desenvolvida como potencial solução do Problema de Gettier pode ser definida de um modo geral através dos seguintes termos:

(AL) A crença verdadeira de S é não-sortuda se e só se não houver nenhum grupo abrangente de mundos possíveis próximos nos quais S continue a acreditar na proposição-alvo, e as condições iniciais relevantes para a formação dessa crença são as mesmas que as do mundo real, e no entanto a crença é falsa. (Pritchard 2007; 3., p. 281)

Ora, outra fórmula que é praticamente equivalente a esta consiste em dizermos que a intuição antisorte estipula que uma crença verdadeira é não-sortuda quando é

³⁶ Neste contexto, as condições iniciais relevantes da formação de crenças nos mundos possíveis serem iguais às do mundo real é o mesmo que dizermos que os processos de formação de crenças nos mundos possíveis são iguais aos processos de formação de crenças no mundo real.

verdadeira no mundo real e quando não existe nenhum grupo abrangente de mundos possíveis próximos do mundo real (nos quais as condições iniciais relevantes para a formação da crença-alvo são as mesmas que as do mundo real) nos quais a crença-alvo é falsa.

Estas são as definições mais simples e generalistas das implicações epistemológicas inerentes à noção da sorte epistémica e à intuição antisorte. As próximas seções deste capítulo principal serão dedicadas à realização de um refinamento teórico da intuição antisorte, bem como a um desenvolvimento mais elaborado dos elementos mais fundamentais que compõem a configuração estrutural da Epistemologia Antisorte que combaterá a anulação do conhecimento nos casos Gettier.

2.1.2 A condição da segurança como o modelo epistemológico mais apropriado para combater os casos Gettier

a) Definição da condição da segurança epistémica

Visto que já apresentámos uma definição minimamente detalhada do conceito da sorte epistémica e da intuição antisorte nos seus traços mais simples e universais, precisamos de esclarecer, a partir deste momento, a natureza da condição epistemológica que abrange o carácter modal da intuição antisorte e que cumprirá o papel de molde fundacional para a construção da Epistemologia Antisorte que empregaremos no combate à gettierização do conhecimento.

Ora, relativamente a essa problemática, eu pretendo adotar a mesma posição que a grande maioria dos epistemólogos contemporâneos, incluindo o próprio Pritchard, defende na literatura epistemológica atual no que diz respeito ao caminho teórico mais recomendável a seguir para a consolidação de uma Epistemologia Antisorte robusta o suficiente para combater devidamente os casos Gettier. Refiro-me, para todos os efeitos, à defesa da condição da segurança epistémica como o modelo teórico mais apropriado para a eliminação da sorte epistémica aniquiladora do conhecimento presente nos casos-exemplo do Problema de Gettier.

Neste sentido, podemos admitir que a segurança epistémica estipula a condição de que uma crença verdadeira apenas pode ser considerada como uma forma de conhecimento legítimo, i.e., uma crença verdadeira só pode ser tratada como não-sortuda, quando é formulada de uma maneira de tal modo metódica que assegure a formação de

uma crença-alvo que possa ser caracterizada como sendo uma crença segura, fiável e estável.

Mas o que é que queremos dizer ao certo quando classificamos uma crença-alvo com os termos “segura”, “fiável” e “estável”?

Para respondermos corretamente a esta pergunta-chave, é absolutamente indispensável compreender em primeiro lugar quais são as implicações epistemológicas da aplicação do princípio da segurança no processo de formação da condição antisorte fundacional da Epistemologia Antisorte. Neste aspeto, então, é importante apresentarmos uma definição da condição da segurança epistémica nos seus traços mais gerais, podendo essa tarefa ser cumprida mediante a exposição das duas descrições fornecidas por Pritchard nos seus escritos:

*Segurança II*³⁷

Para todos os agentes, ϕ , se uma agente conhecer uma proposição contingente³⁸ ϕ , então, na maioria dos mundos possíveis próximos nos quais ela forma a sua crença sobre ϕ da mesma forma pela qual ela forma a sua crença no mundo real, essa agente só acredita que ϕ quando ϕ é verdadeira. (Pritchard 2005; 6.2., p. 156)

(SP) A crença de S é segura se e só se na maioria dos mundos possíveis próximos nos quais S continua a formar a sua crença sobre a proposição-alvo da mesma forma que no mundo real a crença continua a ser verdadeira. (Pritchard 2007; 4., p. 281)

³⁷ Esta definição do princípio da segurança constitui um refinamento teórico da primeira versão do mesmo princípio epistemológico, apresentado pelo próprio Pritchard também na obra *Epistemic Luck*, definindo-o segundo os seguintes termos: “*The safety principle*/ For all agents, ϕ , if an agent knows a contingent proposition ϕ , then, in most nearby possible worlds, that agent only believes that ϕ when ϕ is true.” (Pritchard 2005; 3.1., p. 71)

³⁸ Pritchard considera que as proposições contingentes são o único género de proposições-alvo elegíveis para constituírem casos de estudo da aplicabilidade do princípio da segurança epistémica. Isto sucede porque as proposições-alvo necessárias, cujo valor de verdade é obrigatoriamente universal no mundo real e em todos os mundos possíveis localizados na vizinhança modal do mundo real, tornam este princípio epistemológico obsoleto devido à própria natureza das suas correspondentes crenças-alvo não permitir que existam mundos possíveis próximos do mundo real nos quais a crença-alvo seja falsa. Por conseguinte, as proposições contingentes são as únicas proposições-alvo passíveis de serem estudadas no contexto da Epistemologia Antisorte, pois o facto de este tipo de proposições admitir a existência de um dado número de mundos possíveis nos quais as suas correspondentes crenças-alvo são falsas possibilita a aplicação do princípio da segurança, com a finalidade de discriminar as crenças-alvo cuja composição modal permite que estas entrem legitimamente no mercado do conhecimento das crenças-alvo com uma composição modal que impede que estas sejam suficientemente adequadas, a nível epistemológico, para entrarem para o mercado do conhecimento. Este tema é discutido, quer brevemente quer de uma forma mais prolongada, em: Sosa 1999, Pritchard 2003, Pritchard 2005, Pritchard 2007 e Pritchard 2015.

Portanto, partindo destas duas definições apresentadas por Pritchard do princípio da segurança e de uma crença segura, bem como da definição da intuição antisorte analisada no subcapítulo anterior, podemos elaborar uma definição mais avançada da condição da segurança epistémica ao afirmar que este princípio epistémico estipula que uma crença antisorte (e, por conseguinte, anti-Gettier) só pode ser segura quando é formada mediante processos de formação de crenças fiáveis que sejam capazes de conduzir à formação de uma crença verdadeira no mundo real. E, para além deste requisito, é igualmente necessário que a mesma crença-alvo seja formada num grupo abrangente dos mundos possíveis mais próximos do mundo real mediante os mesmos processos de formação de crenças fiáveis empregues no mundo real, e que seja verdadeira na maioria dos mundos possíveis em questão.

Enquanto que, em contrapartida, uma crença influenciada pela sorte epistémica, e, portanto, uma crença tipo Gettier, é vista como sendo uma crença demasiado insegura para entrar no mercado do conhecimento. Isto porque, tal como é tipicamente característico de todas as crenças inseguras, embora a crença-alvo seja verdadeira no mundo real, esta veracidade foi derivada da utilização de processos de formação de crenças não-fiáveis. Esta não-fiabilidade traduz-se no resultado de a mesma crença-alvo, quando formada num grupo abrangente dos mundos possíveis mais próximos do mundo real mediante os mesmos processos de formação de crenças em causa, ser falsa na maioria dos mundos possíveis sob análise.

Um caso estilo Gettier que ilustra perfeitamente uma crença insegura, e, portanto, sujeita a um grau considerável de sorte epistémica verídica, consiste no caso de uma mãe que forma uma crença (verdadeira) a afirmar a inocência do seu filho no que diz respeito ao seu potencial envolvimento num caso criminal, pois o filho foi recentemente detido pelas autoridades policiais e acusado de ter cometido um homicídio³⁹.

Ora, relativamente a este exemplo, aquilo que é epistemologicamente problemático nesta situação reside no facto de a mãe não formar a sua crença-alvo acerca da inocência do seu filho através da utilização de processos de formação de crenças fiáveis e epistemicamente legítimos, sucedendo isto por a mãe formar a sua crença com base no seu instinto materno e no seu amor incondicional para com o seu filho (sendo

³⁹ Este caso-exemplo de tipo Gettier encontra-se descrito em todos os seus detalhes na obra de Pritchard. *Vide* Pritchard 2005; 6.2.

claro que o amor materno não tem nenhuma ligação evidencial com a inocência ou a culpabilidade do filho no homicídio), em vez de formar a crença com base na aquisição e análise de evidências forenses que comprovem a inocência do filho neste crime.

Segundo esta linha de raciocínio, a crença-alvo inicial não é segura e é gettierizada porque, apesar de a crença da mãe na inocência do seu filho ser verdadeira no mundo real, o seu valor de verdade é derivado de um processo de formação de crenças não-fiável e epistemicamente questionável (o amor incondicional da mãe pelo filho): por causa disso, existe um grupo abrangente de mundos possíveis próximos do mundo real nos quais a crença-alvo é formada pelos mesmos processos de formação de crenças dúbios e, na maioria desses mundos possíveis, a crença é falsa e o filho é realmente o culpado do crime.

Neste caso-exemplo, não podemos de modo nenhum atribuir conhecimento à mãe no que diz respeito à inocência do seu filho. Porquanto, apesar de o seu filho ser inocente no mundo real, ele poderia muito facilmente ter cometido o crime na grande maioria dos mundos possíveis mais próximos do mundo real, traduzindo-se essa possibilidade no facto de, nesses mundos possíveis, não se encontrar nenhuma evidência a favor da inocência do filho ou de, nos piores cenários, serem encontradas evidências que provam de forma conclusiva a culpabilidade do filho no crime.

Contudo, este caso-exemplo pode ser modificado de maneira a não ser gettierizado pela influência da sorte epistémica verídica na sua premissa principal. Para que possamos atribuir um conhecimento genuíno à protagonista no que diz respeito à crença que esta forma acerca da inocência do seu filho no homicídio em questão, basta alterar o tipo de processos de formação de crenças pelos quais a mãe forma a sua crença-alvo: neste exemplo concreto, basta que a mãe forme a sua crença mediante a análise cuidadosa das evidências forenses a favor da inocência do seu filho, ao invés de formar a proposição-alvo meramente por causa do amor materno incondicional que sente pelo filho.

Através da utilização deste método de formação de crenças, garante-se a formulação de uma crença anti-Gettier devido ao simples motivo de que a crença-alvo sob análise é uma crença segura que segue as implicações epistemológicas do princípio da segurança: porquanto, cumprindo as expectativas da segurança epistémica, a formação da crença-alvo acerca da inocência do filho no homicídio mediante o estudo das evidências forenses não só conduz a uma crença verdadeira no mundo real como também

leva à formulação de uma crença verdadeira na maioria dos mundos possíveis mais próximos do mundo real. Deste modo, podemos observar que, de facto, a análise das evidências forenses constitui o processo de formação de crenças mais fiável para a formação de uma crença segura que seja capaz de combater os casos do Problema de Gettier.

Tomando em consideração a explicação fornecida para a consolidação de uma definição do princípio da segurança nos seus traços essenciais, começamos a partir deste momento a ter uma noção mais clara do modelo teórico fundacional que sustenta a validade epistemológica do princípio da segurança epistémica na criação da Epistemologia Antisorte que combate o Problema de Gettier. Pois, efetivamente, a fiabilidade de uma crença segura que se mostre capaz de capacitar uma pessoa com um conhecimento epistemicamente legítimo é apenas possibilitada através da aplicação do fiabilismo processual na estruturação formal do princípio da segurança.

Relativamente a este assunto de discussão, a leitura modal do fiabilismo processual na sua formulação mais universal assevera que a fiabilidade dos processos cognitivos responsáveis pela formação de crenças seguras deve-se à simples razão de que os processos cognitivos mais fiáveis consistem nos que se revelam ser os mais conducentes à verdade de uma crença-alvo: implicando este requisito, evidentemente, que os processos cognitivos em questão levam à formação de crenças verdadeiras na maioria dos contextos situacionais nos quais são aplicados, mais do que levam à formação de crenças falsas.⁴⁰

Uma outra vantagem associada à adoção do fiabilismo processual como o modelo epistemológico que serve como uma garantia da atribuição de conhecimento a sujeitos que formam crenças seguras, para além de ser um método de formação de crenças

⁴⁰ Por outras palavras, estou-me a referir à teoria do conhecimento que corresponde à descrição que acabei de fornecer neste parágrafo: i.e., ao fiabilismo processual modalizado. Resumindo aquilo que escrevi acerca desta teoria epistemológica no mesmo parágrafo, e tomando em consideração a influência do princípio da segurança na consolidação da sua configuração teórica, o fiabilismo processual modalizado possibilita a distinção entre os processos formadores de crenças fiáveis e os processos de formação de crenças não-fiáveis a partir do rácio de formação de crenças-alvo verdadeiras comparativamente à formação de crenças-alvo falsas, tanto no mundo real como nos mundos possíveis mais próximos do mundo real. Os processos de formação de crenças fiáveis, para além de originarem crenças verdadeiras no mundo real, levam à formação de crenças verdadeiras nos mundos possíveis mais próximos do mundo real mais do que levam à formação de crenças falsas nesses mesmos mundos. Enquanto que, pelo lado oposto, os processos de formação de crenças não-fiáveis, independentemente de produzirem crenças verdadeiras ou falsas no mundo real, levariam à formação de crenças falsas nos mundos possíveis mais próximos do mundo real mais do que levariam à formação de crenças verdadeiras nesses mesmos mundos.

conducente à verdade, consiste no facto de o sujeito conhecedor não necessitar de recorrer a razões internas para explicar a validade do estatuto epistémico da sua crença-alvo. Porquanto a própria fiabilidade dos processos cognitivos utilizados para a formação da crença candidata a conhecimento possui uma força epistémica suficiente para justificar a verdade das crenças-alvo formuladas.

Esta característica do fiabilismo processual leva, naturalmente, à rejeição do enquadramento da Epistemologia Antisorte baseada no princípio da segurança no quadro referencial do internismo epistemológico, restando como a única opção viável a inserção da condição antisorte no quadro referencial do externismo epistemológico.

E, realmente, é possível verificar o carácter externista da Epistemologia Antisorte baseada na segurança epistémica, não só pelo facto de não ser necessário para o sujeito conhecedor recorrer a uma justificação interna para explicar como conhece a verdade de uma proposição-alvo, como também pela simples razão de que os processos mentais fiáveis responsáveis pela formação de crenças seguras agem cognitivamente sobre os elementos do meio ambiente externo da realidade factual do mundo.

Neste sentido, é possível verificar igualmente uma compatibilização entre a Epistemologia Antisorte baseada na segurança e o evidencialismo de carácter externista: sendo este fenómeno possibilitado porque, nos processos de formação de crenças seguras, tendemos a seleccionar as evidências do mundo externo que apresentam as características empíricas mais adequadas para a comprovação do valor de verdade das nossas crenças-alvo. Sendo que uma outra consequência deste processo implica a exclusão automática das evidências externas que demonstrem alguma eventual falsidade das nossas crenças candidatas a conhecimento.

b) Segurança epistémica versus Sensibilidade epistémica

Visto que já está suficientemente abordada a maneira como o princípio da segurança epistémica lida com a gettierização do conhecimento na vasta maioria dos casos Gettier que aparecem mais recorrentemente na literatura epistemológica contemporânea, irei prosseguir na ordem de trabalhos desta dissertação para a realização de uma contraposição entre o princípio da segurança e um segundo princípio epistemológico bastante discutido no tópico do combate à gettierização do conhecimento: o princípio da sensibilidade epistémica.

Um dos maiores defensores da aplicação desta condição modal para a resolução do problema da posse legítima de conhecimento é o pensador Robert Nozick, que apresenta a sua definição da condição da sensibilidade na sua obra *Philosophical Explanations* segundo o seguinte modelo epistemológico:

A nossa tarefa é a de formularmos mais condições para se juntarem a

- (1) p é verdadeira
- (2) S acredita que p .

(...)

Vamos considerar uma terceira condição diferente:

- (3) Se p não fosse verdadeira, S não acreditaria que p .

[...]

Esta sensibilidade adicional é-nos dada por uma outra condição subjuntiva: se p fosse verdadeira, ele acreditaria nela.

- (4) $p \rightarrow$ S acredita que p^{41} . (Nozick 1981; p. 172, 176)

Portanto, de acordo com a condição da sensibilidade epistémica, uma crença formulada por um sujeito S acerca de uma proposição-alvo verdadeira p só pode ser considerada como uma forma legítima de conhecimento quando cumpre determinados requisitos: nomeadamente, quando p não só é verdadeira no mundo real, como também nos mundos possíveis mais próximos do mundo real nos quais p é falsa, S já não acreditaria que p era verdadeira; sem nos esquecermos, claro, do requisito de que nos mundos possíveis mais próximos do mundo real nos quais p é verdadeira, S continuaria a acreditar que p era verdadeira.

À primeira vista, a condição da sensibilidade e a condição da segurança aparentam ser semelhantes uma à outra devido ao facto de ambos os modelos epistemológicos visarem a validação epistémica do conhecimento de uma pessoa do valor de verdade de uma crença-alvo sobre um facto do mundo através da análise dos modos como o sujeito em causa se relaciona com a verdade das suas crenças-alvo, não apenas no mundo real

⁴¹ A implicação subjuntiva formulada por Nozick para caracterizar a condição-chave do princípio da sensibilidade epistémica é traduzida da linguagem lógica formal para a linguagem informal extensa pela seguinte proposição: “Se p é verdadeira, então S acredita que p é verdadeira (ou S acredita no valor de verdade de p).”.

como também nos cenários contra factuais possíveis nos quais os processos de formação de crenças são semelhantes aos empregues no mundo real.

Contudo, a sensibilidade epistémica apresenta uma diferença fundamental que a distingue e a separa da segurança epistémica: refiro-me, naturalmente, ao seu foco epistemológico principal. Pois, enquanto a segurança epistémica procura consolidar e garantir a estabilidade e a fidedignidade do estatuto epistémico de uma crença candidata ao conhecimento ao assegurar que o sujeito conhecedor forma crenças verdadeiras fiáveis no mundo real e na maioria dos mundos possíveis mais próximos do mundo real (implicando, desta forma, a exclusão do maior número possível de cenários contra factuais nos quais o sujeito forma uma crença falsa), a sensibilidade tem em vista uma finalidade epistemológica diferente.

Porquanto, efetivamente, a sensibilidade epistémica não procura assegurar que o sujeito conhecedor forme crenças verdadeiras e elimine as possibilidades de erro existentes no seu contexto epistemológico, mas antes a sensibilidade procura certificar-se que as crenças formuladas por um sujeito acerca de uma proposição-alvo que descreve um dado estado de coisas do mundo sejam responsivas a quaisquer alterações que possam ocorrer no estatuto epistémico da proposição em questão.

Ou seja, isto significa, acima de tudo, que a condição da sensibilidade exige que o sujeito conhecedor se mostre capacitado para reconhecer a verdade ou a falsidade de uma proposição-alvo conforme o contexto epistemológico em que se encontra: e, sobretudo, no caso de estar perante uma proposição falsa, o sujeito deve alterar a sua crença de modo a se adaptar à nova realidade factual descrita pela proposição-alvo modificada, sendo agora a proposição-alvo verdadeira.

Ora, a responsividade e a adaptabilidade das crenças do sujeito conhecedor ao valor lógico das proposições-alvo formuladas a respeito de um facto do mundo traduzem-se na ocorrência de um fenómeno epistemológico no qual as crenças do sujeito rastreiam, ou acompanham, o valor de verdade das proposições que se candidatam a entrar no mercado do conhecimento. É por causa desta característica que Nozick designa a sua

teoria do conhecimento baseada na sensibilidade epistémica pelo nome de teoria do rastreamento⁴².

Uma das principais vantagens da adoção deste modelo epistemológico como o requisito central a cumprir para a atribuição de um conhecimento epistemicamente legítimo a uma pessoa consiste em a sensibilidade assegurar a existência de uma conexão mais robusta e indissociável entre o sujeito (mais especificamente as suas crenças) e a verdade de uma proposição-alvo candidata a conhecimento, do que a que existe entre a crença e a verdade na condição da segurança.

Ora, numa leitura relativamente superficial, o facto de a condição da sensibilidade permitir que o sujeito conhecedor possa acompanhar o valor de verdade de uma proposição-alvo consoante as modificações que possam ser introduzidas no seu contexto epistemológico possibilita a validação da afirmação de que a sensibilidade epistémica seja o requisito epistémico mais adequado para solucionar os casos do Problema de Gettier. Porquanto, mediante o rastreamento do valor lógico das proposições-alvo, torna-se exequível para os sujeitos protagonistas dos casos Gettier defenderem corretamente crenças verdadeiras no mundo real, ao mesmo tempo que evitariam defenderem erradamente crenças falsas nos mundos possíveis mais próximos do seu contexto atual (e utilizando as mesmas bases epistémicas que utilizam no mundo real para justificarem a sua crença-alvo). E, para além deste benefício teórico, existem mais duas vantagens da adoção do modelo da sensibilidade epistémica que importa mencionarmos.

Uma delas está relacionada com o facto de que a condição da sensibilidade facilita o processo da justificação do conhecimento que possuímos da verdade de uma proposição, pois a simples razão de uma crença ser sensível ao valor de verdade de uma proposição-alvo, especialmente quando existe um grupo abrangente de mundos possíveis nos quais esta é falsa, elimina a necessidade de recorrer ao grau de fiabilidade dos processos de formação de crenças para justificarmos a credibilidade da veracidade da proposição que estamos a tentar sustentar. A própria sensibilidade das crenças possui uma força justificativa suficiente para validarmos o estatuto epistémico do valor de verdade de uma proposição candidata a conhecimento.

⁴² Cf. Notas de rodapé n.º 1 e n.º 23 desta dissertação, com a finalidade de recordar aos leitores a definição mais comum da teoria do rastreamento e das implicações epistemológicas da combinação dos princípios teóricos de Nozick com a interpretação modal do conhecimento.

Depois, em segundo lugar, uma outra vantagem associada a este modelo epistemológico diz respeito ao facto de a condição da sensibilidade epistémica possibilitar um alargamento da extensão dos mundos possíveis que podem ser contabilizados para a realização da validação epistémica do conhecimento de uma dada proposição-alvo. Isto sucede porque a condição da sensibilidade não só permite o rastreamento do valor de verdade de uma proposição nos mundos possíveis mais próximos do mundo real, como também permite o rastreamento do valor lógico da mesma proposição em mundos possíveis que estejam modalmente mais distantes do contexto do mundo real. A distância modal em questão chega até ao ponto de diversos epistemólogos na literatura epistemológica atual terem admitido que se tornou exequível a validação do estatuto epistémico da veracidade de crenças pertencentes a mundos possíveis céticos, tais como, por exemplo, o mundo do génio maligno cartesiano e o mundo do cérebro na cuba (*Brain in a Vat*, ou *BIV*).

Contudo, se nos atrevermos a realizar uma análise mais atenta e aprofundada deste assunto de discussão, podemos facilmente averiguar que o requisito da sensibilidade epistémica revela possuir defeitos demasiado impactantes para serem ignorados. Sendo que é precisamente por causa dessas características defeituosas que a grande maioria dos epistemólogos contemporâneos, incluindo Pritchard, têm optado por construir as suas teorias do conhecimento antisorte a partir do princípio da segurança epistémica, em vez de as construírem a partir da sensibilidade epistémica.

Para começar, o primeiro problema relacionado com a aplicabilidade da condição da sensibilidade para a resolução do Problema de Gettier tem a ver com o facto de a sensibilidade não ser a condição epistémica diretamente responsável pela eliminação da sorte epistémica verídica que gettieriza as crenças candidatas a conhecimento.

Para compreendermos o verdadeiro significado desta alegação, basta olharmos para o clássico caso Gettier do relógio parado⁴³. Neste exemplo, encontramos-nos perante um relógio cujos ponteiros marcam exatamente, por exemplo, as duas da tarde. Um sujeito S, querendo saber as horas, olha para o relógio e forma a crença de que são, nesta altura exata do dia, duas da tarde. E, efetivamente, são duas da tarde na altura em que S olha para o relógio. No entanto, esta situação trata-se de um caso problemático de

⁴³ Este exemplo encontra-se elaborado e abordado em Chisholm 1977, Chisholm 1989, Pritchard 2003, Pritchard 2005, Pritchard 2007, Pritchard 2015 e Pritchard 2017.

conhecimento porque o relógio está avariado, e os ponteiros, por conseguinte, estão parados na hora que estava marcada no relógio quando este deixou de funcionar (por exemplo, às duas da tarde do dia anterior). Neste caso, estamos perante uma crença gettierizada, pois, embora seja verdadeira no mundo real, a crença-alvo formada por S acerca das horas poderia muito facilmente ter sido falsa num conjunto abrangente de mundos possíveis próximos da sua situação atual (mundos estes nos quais S olharia para o relógio numa hora diferente e pensaria erradamente que seriam duas da tarde, quando não seria esse o caso e as horas seriam diferentes das que estavam mostradas no relógio).

Tomando em consideração as premissas essenciais deste caso Gettier, podemos verificar que a crença-alvo em questão não é uma crença sensível, porque nos mundos possíveis mais próximos do mundo real nos quais S forma a crença falsa sobre as horas S não acompanha o valor lógico real da sua crença e continua a acreditar erradamente que a sua crença original é verdadeira, embora a condição da sensibilidade estipule que S não devia continuar a acreditar na sua crença inicial pelo simples facto de ser falsa.

Uma maneira de transformar a crença-alvo sob análise numa crença sensível, e, portanto, numa crença anti-Gettier, passaria pelo sujeito S formar a sua crença sobre as horas através da consulta de um relógio que estivesse a funcionar na perfeição: nesse caso, S não só formaria uma crença verdadeira no mundo real como também saberia modificar a sua crença para uma crença verdadeira nos mundos possíveis em que a sua crença inicial sobre as horas fosse falsa.

Porém, ao contrário do que sugerem as aparências iniciais, a condição da sensibilidade epistémica não é o requisito epistémico responsável pela anti-gettierização do caso do relógio parado. Pois, na realidade, a sensibilidade fica reduzida a um estatuto de insignificância para a resolução do Problema de Gettier, devido ao facto de as consequências práticas deste modelo epistemológico redundarem, no final do dia, aos resultados observados na aplicação da condição da segurança epistémica para o combate contra os casos Gettier.

Basta observarmos com mais atenção a solução proposta para a anti-gettierização do exemplo do relógio parado. Porquanto, ao optarmos pela resolução deste caso Gettier através da colocação do sujeito S num melhor posicionamento epistémico ao fazê-lo consultar um relógio funcional, estamos a construir o contexto epistemológico de S de tal forma que ele acaba por formar uma crença segura, em vez de formar uma crença sensível:

essa ocorrência pode ser facilmente verificada pelo facto de o contexto de S assegurar que o próprio elimina qualquer possibilidade de formação de uma crença-alvo falsa na grande maioria dos mundos possíveis mais próximos do mundo real, assegurando ao mesmo tempo que S forma uma crença-alvo verdadeira no mesmo conjunto de mundos possíveis.

E, para além da redundância da condição da sensibilidade à condição da segurança nas suas consequências práticas, um outro motivo que tem levado os epistemólogos contemporâneos a optar pela segurança epistémica na resolução de casos Gettier prende-se com a simples explicação, já anteriormente exposta nesta subsecção, de que a segurança epistémica, ao assegurar que o sujeito conhecedor forma crenças verdadeiras nos mundos possíveis mais próximos do mundo real e elimina as potenciais possibilidades de formação de crenças falsas, garante a fixação de um carácter mais estável e inalterável da verdade de uma crença-alvo no mundo real. Esta característica fundamental da verdade na segurança epistémica afigura-se mais preferível e defensável do que a instabilidade e do que a falta de um posicionamento fixo da verdade de uma crença-alvo na condição da sensibilidade epistémica.

Depois, o segundo motivo principal que tem impelido os epistemólogos atuais a preferir o modelo da segurança epistémica em vez do da sensibilidade epistémica está relacionado com o facto de a condição da sensibilidade ser demasiado lata na sua seleção dos mundos possíveis mais relevantes para a anti-gettierização do conhecimento. Porque, efetivamente, tal como mencionado anteriormente, a condição da sensibilidade é tão pouco restritiva na sua seleção de mundos possíveis relevantes que chega a classificar como relevantes para o conhecimento os mundos possíveis mais distantes do mundo real, inclusive os cenários céticos mais radicais concebidos até ao momento na literatura epistemológica.

Infelizmente, essa característica da sensibilidade representa um perigo à nossa missão de combater os casos do Problema de Gettier, visto que a possibilidade de os mundos céticos poderem existir e ser contabilizados como contextos que podem ser epistemicamente válidos tem como consequência que a sensibilidade não consegue lidar devidamente com casos pertencentes ao âmbito do ceticismo, sobretudo os casos do ceticismo radical. Isto implica a subsequente adoção de uma posição cética relativamente ao conhecimento, quando estamos precisamente a tentar evitar cair no ceticismo presente nos casos do Problema de Gettier.

O epistemólogo contemporâneo Ernest Sosa ilustra o modo concreto segundo o qual o princípio da sensibilidade falha na resolução do ceticismo ao mostrar aos seus leitores como uma crença sensível não consegue legitimar o estatuto epistémico das negações dos cenários céticos:

O seguinte princípio de exclusão parece ser agora plausível:

PE A fim de conhecer um facto P uma pessoa tem de excluir (i.e., saber que são falsas) todas as alternativas que sabe que são incompatíveis com o facto.

Isso cria um problema para o requisito da sensibilidade. A minha crença de que

(o) aqui está uma mão

pode constituir conhecimento apesar de a minha crença de que

(~h) Eu agora não estou a ser enganado por um demónio a acreditar incorretamente que aqui está uma mão

não ser sensível, embora o meu conhecimento de que <o> implicar <~h>. Mas se a minha crença de <~h> não é sensível, então o requisito da sensibilidade exclui o meu conhecimento de <~h>, e exclui por conseguinte a minha exclusão de <h>⁴⁴, que, em combinação com PE, exclui por seu turno o meu conhecimento de <o>. (Sosa 1999, pp. 141-142)

Ou seja, na sua essência, o argumento apresentado por Sosa pressupõe que não conseguimos lidar com casos céticos não só porque não podemos ter um conhecimento epistemicamente válido das negações das hipóteses céticas (como é o caso da proposição não-h no exemplo proposto) devido a estas crenças não serem sensíveis, como também porque a condição da sensibilidade epistémica é incapaz de cumprir a exigência mais fundamental do requisito epistémico do princípio do fechamento.⁴⁵

⁴⁴ Para o propósito de preencher a lacuna deixada por Sosa no seu texto relativamente à sua explicação do princípio da exclusão, a proposição <h> corresponde ao mundo alternativo cético que se contrapõe ao mundo anticético mooreano <~h>. Escrito por extenso, a proposição cética <h> tem o seguinte enunciado: “Eu estou a ser continuamente e permanentemente enganado por um demónio a acreditar erradamente (ou incorretamente) que aqui está uma mão.”

⁴⁵ O princípio do fechamento é uma das teorias do conhecimento mais fundamentais do campo de estudos da Epistemologia. O requisito epistémico principal deste princípio epistemológico postula que, dadas duas proposições-alvo que se encerram uma à outra numa relação lógica de implicação mútua, se conhecermos o valor de verdade de uma das proposições então conhecemos igualmente o valor de verdade da outra proposição implicada. Por outras palavras, não podemos conhecer o estatuto epistémico de uma proposição sem conhecermos em simultâneo o estatuto epistémico da outra proposição implicada na relação lógica em questão. Pritchard descreve o princípio do fechamento pelas seguintes palavras: “*The closure principle for*

Neste exemplo concreto, encontramos-nos perante uma crença percetual básica que é sensível (refiro-me, naturalmente, à crença mooreana tipicamente anticética <o>), e cujo conhecimento deveria supostamente encerrar o conhecimento da proposição não-h, uma vez que ambas as proposições se implicam mutuamente uma à outra.

Contudo, tal como o próprio Sosa refere no seu artigo, a proposição não-h não é sensível, uma vez que os nossos processos de formação de crenças mais habituais não são capazes de rastrear o valor de verdade ou de falsidade do seu conteúdo proposicional nos mundos possíveis nos quais não existe um génio maligno cartesiano a enganar-nos sobre a existência das nossas mãos. Isto sucede porque as nossas faculdades percetuais mais básicas não conseguem provar com um grau de certeza aceitável a não-existência de um génio maligno, por estas não terem acesso a evidências empíricas que refutem a sua existência.

Com este facto em mente, não nos resta outra escolha senão admitir que, se não tivermos um conhecimento certo da verdade de não-h, então também não podemos possuir um conhecimento certo da verdade da proposição o, já que este resultado nos leva a pensar que, na realidade, habitamos o mundo cético descrito pela proposição h e temos um génio maligno a enganar-nos constantemente sobre a existência das nossas mãos. Isto, infelizmente, conduz-nos à conclusão de que não podemos ter um conhecimento certo da verdade da proposição o, porque não sabemos se as nossas próprias mão são ou não são uma ilusão criada pelo génio maligno da proposição h.

Com estas implicações epistemológicas estipuladas, apenas podemos concluir que, sob o ónus da sensibilidade epistémica, as proposições o e não-h já não se fecham epistemicamente numa conjunção implicativa mútua e, portanto, não podemos classificar nenhuma das duas como formas de conhecimento válidas.

Mas, em contrapartida, o princípio da segurança epistémica não enfrenta estes problemas ao lidar com cenários céticos, mostrando-se perfeitamente capaz de os resolver e impedir que o ceticismo interfira na missão central da anti-gettierização do conhecimento.

Ora, relativamente a este assunto de discussão, a condição da segurança não corre perigo de cair em mundos céticos, precisamente porque esses cenários hipotéticos estão

knowledge/ For all agents, ϕ , ψ , if an agent knows that ϕ , and knows that ϕ entails ψ , then that agent knows that ψ ." (Pritchard 2005; 1.2., p. 27)

tão modalmente distantes do mundo real que os critérios do princípio da segurança não contabilizam os mundos céticos como relevantes o suficiente para entrarem no conjunto de mundos possíveis nos quais se formam crenças verdadeiras seguras e fidedignas (em conjunção com a crença-alvo verdadeira segura e fidedigna formada no mundo real, claro) que se podem candidatar a constituir um conhecimento legítimo. Tal como temos visto até este momento, só os mundos possíveis modalmente mais próximos do mundo real contam como sendo relevantes o suficiente para a formação de crenças verdadeiras seguras.

Para além disso, podemos igualmente tirar a conclusão de que o princípio da segurança também se mostra capaz de sustentar a aplicabilidade do princípio do fechamento para validar o estatuto epistémico de uma crença-alvo verdadeira ao colocá-la numa conjunção implicativa mútua com uma proposição de negação de um cenário cético, igualmente verdadeira. Pois, tal como é possível observar, por exemplo, no caso da proposição mooreana de que temos mãos, podemos confessar que estamos na presença de uma crença-alvo verdadeira segura (porquanto, na grande maioria dos mundos possíveis próximos do mundo real, tal como sucede na própria realidade, continuamos a ter mãos) que encerra numa conjunção implicativa mútua uma segunda crença segura (nesta situação, a negação de que vivemos num cenário cético no qual um génio maligno nos engana quanto a termos mãos é uma crença segura, pois, na grande maioria dos mundos possíveis *mais próximos* do mundo real, formamos uma crença verdadeira de modo fiável devido ao facto de, segundo o modelo da segurança, a maioria dos mundos possíveis em questão serem mundos nos quais o génio maligno não existe), igualmente verdadeira. Neste caso, podemos afirmar que temos um conhecimento legítimo tanto da proposição-alvo como da negação do mundo cético implicada pela crença mooreana.

Portanto, tendo em vista todas as explicações expostas neste subcapítulo sobre a comparação entre a segurança epistémica e a sensibilidade epistémica, creio que a condição da segurança é o melhor princípio epistemológico referencial para a construção de uma Epistemologia Antisorte capaz de combater a gettierização do conhecimento humano, pois a condição da sensibilidade está construída de tal forma que não consegue eliminar pelos seus próprios meios a sorte epistémica verídica presente nos casos Gettier e que aniquila o conhecimento das crenças formadas nestes contextos epistemologicamente problemáticos.

Daí que, a partir deste momento, irei rejeitar a adoção da sensibilidade epistémica como o modelo epistemológico que sustenta a construção da Epistemologia Antisorte que estamos a tentar desenvolver, optando pelo modelo da segurança epistémica para desempenhar esse papel fundacional. Nesse sentido, pretendo seguir os passos de Duncan Pritchard ao continuar a enveredar pela elaboração de uma condição antisorte externista baseada no princípio da segurança.

2.2 Separação entre a Epistemologia Antisorte e a Epistemologia das Virtudes

2.2.1 Fiabilismo do agente: Uma tentativa de complementar a Epistemologia Antisorte com uma versão externista da Epistemologia das Virtudes

Por esta altura, os leitores desta dissertação devem estar a julgar que a discussão acerca da elaboração de uma Epistemologia Antisorte adequada para a resolução do Problema de Gettier deveria ter terminado na secção anterior, visto que já abordámos de um modo bastante completo os critérios necessários e suficientes que necessitam de ser cumpridos para formarmos uma crença verdadeira que possa ser considerada como um conhecimento genuíno e não esteja vulnerável à ação da sorte epistémica verídica que gettieriza o seu estatuto epistémico, sendo que esta consequência epistemológica se verifica numa Epistemologia Antisorte baseada no princípio da segurança epistémica, tal como se encontra desenvolvida na obra de Pritchard.

Contudo, o tratamento do tema central desta dissertação ainda não está perto de estar concluído. Existem algumas razões importantes que explicam a natureza da minha afirmação, mas por enquanto gostaria de chamar a atenção dos leitores para a razão mais relevante neste momento: refiro-me, para todos os efeitos, ao facto de existirem teorias do conhecimento abordadas na literatura epistemológica contemporânea que pretendem oferecer um tratamento da anti-gettierização do conhecimento segundo os termos do âmbito geral da Epistemologia das Virtudes.

Ou seja, isto significa que, essencialmente, os epistemólogos que optam por esta abordagem no combate aos casos do Problema de Gettier asseveram que uma crença verdadeira que constitua um conhecimento legítimo deve ser definida em termos das

faculdades cognitivas e das virtudes epistémicas (ou virtudes intelectuais) integrantes do carácter cognitivo natural e permanente do agente conhecedor.

Ora, uma vez que este subcapítulo será dedicado a explorar um tratamento teórico das virtudes dos casos-exemplo do Problema de Gettier como um potencial complemento à Epistemologia Antisorte baseada na condição da segurança epistémica, uma teoria do conhecimento de cariz epistemologicamente externista, creio que devemos tomar como ponto de partida uma versão externista da Epistemologia das Virtudes para a realização de uma análise teórica das virtudes da anti-gettierização do conhecimento sob o ónus do princípio da segurança⁴⁶.

Em primeiro lugar, existe a necessidade de colocar uma pergunta fundamental relativamente a esta linha de investigação: por que motivo é que muitos epistemólogos contemporâneos defendem a perspetiva de que é essencial empregar uma teoria do conhecimento das virtudes para haver a produção de uma leitura analítica mais satisfatória da intuição antisorte?

No que diz respeito a esta questão, uma das respostas mais comuns oferecidas pelos epistemólogos da atualidade afirma que uma interpretação teórica das virtudes da natureza da intuição antisorte surgiu como uma forma viável de colmatar as falhas epistemológicas observadas na aplicação do fiabilismo processual simples para a resolução de casos Gettier. Podemos encontrar uma definição clara e explícita do fiabilismo processual simples num dos artigos de Pritchard, formulada pelas seguintes palavras:

Para as nossas finalidades, podemos assumir que o fiabilismo processual simples consista, essencialmente, na tese de que uma pessoa tem conhecimento se, e só se, formar a sua crença verdadeira através de um processo fiável, no qual se trata de um processo que assegura um elevado rácio de crenças verdadeiras relativamente a crenças falsas. (...) Nada mais parece ser necessário ao conhecimento do que cumprir tal condição. (Pritchard 2003, pp. 107-108)

⁴⁶ Eu optei por tomar uma caracterização externista da Epistemologia das Virtudes como ponto de partida para a realização do estudo da integração de uma componente teórica das virtudes no quadro contextual da Epistemologia Antisorte, pois deste modo mantenho-me fiel ao carácter externista do princípio da segurança de Pritchard, que tem servido como o princípio epistemológico orientador do meu trabalho sobre a formulação da teoria antisorte mais adequada para combater o Problema de Gettier. Mais adiante, no capítulo 3 desta dissertação, irei analisar a leitura internista da Epistemologia das Virtudes, interpretada como constituindo uma versão responsabilista (ou neoaristotélica) da componente teórica das virtudes da Epistemologia Antisorte (i.e., anti-Gettier).

Ora, se realizarmos uma leitura superficial da definição do fiabilismo processual simples apresentada por Pritchard, torna-se possível chegar à conclusão de que esta versão simplificada pode ser facilmente confundida na prática com a versão modalizada do fiabilismo processual que temos utilizado até agora para explicar a fiabilidade dos processos de formação de crenças que possibilitam a formação de crenças seguras, segundo as condições estipuladas pelo princípio da segurança epistémica.

Esta confusão surge do facto de tanto o fiabilismo processual simples como o fiabilismo processual modalizado possuírem o requisito comum de que, para um processo ser considerado fiável (e, portanto, ser conducente a um conhecimento legítimo), é necessária a produção de uma proporção mais elevada de crenças verdadeiras comparativamente à proporção de crenças falsas que possam ser produzidas nas mesmas circunstâncias contextuais.

No entanto, existe uma diferença fundamental e inegável que separa ambas as interpretações do fiabilismo processual uma da outra. Porquanto, ao contrário do que sucede no fiabilismo processual modalizado, o fiabilismo processual simples avalia a fiabilidade dos processos de formação de crenças exclusivamente a partir do rácio de produção crenças verdadeiras/ crenças falsas que caracteriza a situação epistémica atual do agente conhecedor no mundo real. Como consequência desta condição, o fiabilismo processual simples não se preocupa em realizar uma avaliação da posição epistémica do agente conhecedor e da fiabilidade dos mesmos processos de formação de crenças no contexto do conjunto hipotético dos mundos possíveis mais próximos do mundo real, sendo que esta é a característica mais marcante do fiabilismo processual modalizado.

A crítica principal dos epistemólogos das virtudes dirigida ao tratamento fiabilista processual simples do conhecimento tem a ver, sobretudo, com o facto de a falta de uma consideração do estatuto epistémico das crenças formadas nos mundos possíveis mais próximos do mundo real implicar que o fiabilismo processual simples seja incapaz de lidar com casos tipo Gettier nos quais a fiabilidade “bruta” dos processos de formação de crenças é instável e pouco credível, estando associada a processos cognitivos “estranhos e fugazes”.

A fim de podermos compreender o significado desta crítica, iremos observar um exemplo concreto de um caso epistemologicamente problemático que ilustra uma situação onde a fiabilidade dos processos de formação de crenças é comprometida por

processos “estranhos e fugazes” que levam à gettierização do estatuto epistémico das crenças-alvo.

Neste sentido, Pritchard apresenta o caso-exemplo em questão mediante uma citação do trabalho de Alvin Plantinga:

Vamos supor ... que S sofre deste tipo de perturbação⁴⁷ e de acordo com ela acredita que sofre de uma lesão cerebral. Acrescentemos que ele não tem nenhuma evidência de todo para esta crença: nenhuns sintomas dos quais ele tenha consciência, nenhum testemunho por parte de médicos ou de outras testemunhas especialistas, nada. (Acrescentem se vocês preferirem, que ele tem muitas evidências *contra* isso; mas depois acrescentem também que o mau funcionamento induzido pela lesão torna impossível que ele tome devidamente em conta estas evidências). Então o [processo cognitivo] relevante será certamente fiável; mas a crença resultante – de que ele tem uma lesão cerebral – terá muito pouca garantia para S. (Plantinga 1993a, 199) (*Ibidem*, p. 110)

Pelo que as premissas deste exemplo nos dão a entender, encontramos-nos perante um cenário epistemológico no qual um processo cognitivo “estranho e fugaz” (i.e. a lesão cerebral que leva o sujeito S a formar a crença-alvo de que sofre, no contexto efetivo do mundo real, de uma lesão cerebral) é tratado como um processo de formação de crenças fiável, segundo a ótica do fiabilismo processual simples, pelo simples motivo de que a lesão cerebral em questão leva o agente conhecedor a formar sempre crenças verdadeiras acerca do facto de que sofre mesmo de uma lesão cerebral na realidade. Daí que este cenário hipotético, segundo os termos do fiabilismo processual simples, nos conduza à tentação de atribuir um conhecimento legítimo ao sujeito S.

Porém, após uma inspeção mais atenta do argumento do caso da lesão cerebral, podemos verificar de uma maneira bastante intuitiva que uma abordagem a este caso sob uma perspetiva da Epistemologia das Virtudes não atribuiria ao sujeito S um conhecimento genuíno acerca da verdade da crença-alvo formada a respeito da sua lesão cerebral. Isto acontece devido ao facto de a verdade da crença-alvo em questão ser

⁴⁷ Julgo que o termo “perturbação” é a tradução mais adequada para português do termo original em inglês “disorder”, uma vez que a tradução literal “desordem” não exprime a dimensão mental/ psicológica dos processos cognitivos do sujeito conhecedor protagonista do caso-exemplo da lesão cerebral. O termo “distúrbio” é outra tradução igualmente adequada e aceitável do termo-chave sob análise.

derivada de um funcionamento defeituoso/ anómalo das faculdades cognitivas que sustentam os processos cognitivos responsáveis pela formação da crença-alvo final⁴⁸.

Pois, com todo o efeito, um defensor de um tratamento deste caso sob uma perspetiva teórica das virtudes não pode afirmar que S tenha um verdadeiro conhecimento sobre o facto de sofrer de uma lesão cerebral, uma vez que a verdade da sua correspondente crença-alvo não é derivada de um funcionamento normal e estável das faculdades cognitivas naturais de S. Portanto, de um ponto de vista da Epistemologia das Virtudes, a proposição de que S sofre de uma lesão cerebral é gettierizada e não pode constituir um conhecimento válido.

Ora, relativamente ao caso-exemplo tipo Gettier exposto por Pritchard no seu artigo, embora não seja uma característica facilmente detetável numa primeira leitura, podemos realmente verificar que esta situação epistemologicamente problemática possui uma característica peculiar que a torna um caso de estudo no âmbito da Epistemologia Antisorte.

Porquanto, no caso da lesão cerebral, existe um grau substancial e significativo de sorte epistémica verídica a aniquilar a aquisição de um conhecimento legítimo da crença-alvo verdadeira em causa. Acontecendo isto porque, saindo do reductionismo imposto pelo fiabilismo processual simples, e seguindo a linha de investigação que temos utilizado até este momento da teoria do conhecimento dos mundos possíveis relevantes, no conjunto dos mundos possíveis mais próximos do mundo real a lesão cerebral de S não levaria a que o próprio formasse crenças-alvo verdadeiras acerca do facto de que sofre efetivamente de uma lesão cerebral, mas sim levaria a que S formasse crenças falsas acerca da sua lesão cerebral. Pois, nesse contexto, embora a crença-alvo seja verdadeira no mundo real, na maioria dos mundos possíveis próximos do mundo real a lesão cerebral

⁴⁸ Esta descrição da origem do estatuto epistémico negativo das crenças-alvo formadas no caso-exemplo da lesão cerebral traduz um problema epistemológico da literatura contemporânea onde se visa analisar o problema de Gettier sob a ótica da Epistemologia das Virtudes: refiro-me, neste caso, ao problema dos processos estranhos e fugazes (*strange and fleeting processes*). Essencialmente, este problema postula que existem certos processos e métodos de formação de crenças que, embora sejam fiáveis (precisamente por levarem à produção de crenças verdadeiras na maioria das vezes em que são utilizados), não levam à consolidação de um conhecimento epistemicamente genuíno: isto sucede porque, nestas situações, estes processos de formação de crenças estão assentes em disposições cognitivas instáveis e disfuncionais do agente conhecedor, levando a que, por conseguinte, o valor de verdade das crenças-alvo formadas seja igualmente instável e pouco fidedigno. Isto implica, posteriormente, que as crenças-alvo em questão não podem contar como formas de conhecimento legítimas nem podem entrar para o mercado do conhecimento. Este problema é apresentado em Greco 1999 e também é explorado de uma forma mais direta e explícita em Pritchard 2003, Pritchard 2005 e Pritchard 2012.

de S iria levá-lo a formar a crença de que não sofria de uma lesão cerebral, em vez de o levar a formar a crença de que, na realidade, sofre mesmo de uma lesão cerebral.

Sendo assim, rapidamente chegamos à conclusão de que uma Epistemologia Antisorte baseada no fiabilismo processual simples não constitui uma resposta epistemológica adequada para resolver casos do Problema de Gettier, já que se mostra incapaz de eliminar a sorte epistémica verídica marcante da gettierização do conhecimento.

Contudo, as teses epistemológicas baseadas na Epistemologia das Virtudes oferecem uma resposta que mostra um potencial de desempenhar o papel de uma teoria do conhecimento complementar à Epistemologia Antisorte. No empreendimento de tentarem colmatar a falha central do fiabilismo processual simples na obtenção de um conhecimento anti-Gettier, os epistemólogos contemporâneos conceberam uma condição epistémica baseada nas virtudes que segue os modelos das teorias do conhecimento baseadas no fiabilismo, e sem cometerem o erro do fiabilismo processual simples na formação de crenças verdadeiras: os epistemólogos das virtudes designam a sua condição baseada no fiabilismo pelo nome de fiabilismo do agente.

Na sua essência, o fiabilismo do agente pode ser resumido em poucas palavras pela definição fornecida por Pritchard na sua obra principal *Epistemic Luck*:

Fiabilismo do agente

Para todos os agentes, ϕ , um agente tem conhecimento de uma proposição contingente, ϕ , se, e só se, esse agente formar uma crença verdadeira de que ϕ como um resultado das disposições estáveis e fiáveis que compõem o carácter cognitivo desse agente⁴⁹. (Pritchard 2005; 7.2., p. 188)

Ora, pelo que é possível inferir da definição de Pritchard, o fiabilismo do agente tem uma característica importante que o distingue das duas formas de fiabilismo

⁴⁹ A definição proposta por Pritchard do fiabilismo do agente é adaptada da perspectiva originalmente apresentada por Greco no seu trabalho, no qual o próprio pretende sugerir que esta teoria do conhecimento constitui uma resolução dos problemas associados ao fiabilismo processual simples: “We may now explicitly revise simple reliabilism as follows: A belief p has positive epistemic status for a person S just in case S 's believing p results from stable and reliable dispositions that make up S 's cognitive character. Again, I call this position “agent reliabilism”, because the dispositions referred to in the definition are dispositions that make up agent character. As such, the definition makes the reliability of agents central to the analysis of knowledge and justified belief.” (Greco 1999, pp. 287-288). Para discussões mais detalhadas sobre o impacto do fiabilismo do agente nos processos de formação de crenças-alvo candidatas a conhecimento, vide Pritchard 2003 e Pritchard 2005.

processual analisadas nesta dissertação até agora. Pois, apesar de o fiabilismo do agente partilhar o objetivo comum com o fiabilismo processual simples e modalizado de procurarem assegurar a estabilidade do valor de verdade de uma crença-alvo candidata a conhecimento, o fiabilismo do agente não se concentra em manter a estabilidade da verdade de uma crença pela fiabilidade dos processos de formação de crenças em si, como ocorre no fiabilismo processual simples e modalizado. Mas antes, o fiabilismo do agente procura manter a estabilidade do valor de verdade de uma crença ao colocar uma ênfase na fiabilidade e estabilidade das faculdades cognitivas que compõem o carácter cognitivo natural e permanente do agente conhecedor, e que alicerçam os próprios processos de formação de crenças.

Aplicando os princípios do fiabilismo do agente ao caso da lesão cerebral, depressa nos apercebemos do motivo pelo qual este caso é rejeitado como uma instância de conhecimento à luz da Epistemologia das Virtudes: porquanto a crença verdadeira de que o sujeito S sofre de uma lesão cerebral resulta de um estado disposicional instável e pouco fiável (i.e., a própria lesão cerebral responsável pela produção da crença-alvo) das faculdades cognitivas pertencentes ao carácter cognitivo de S. Nesse aspeto, a estabilidade da verdade da crença-alvo bem como a fiabilidade dos processos de formação de crenças ficam comprometidas por serem derivadas de faculdades cognitivas instáveis e pouco fiáveis.

No entanto, podemos modificar as premissas do caso da lesão cerebral de modo a cumprirmos os requisitos epistémicos postulados pelo fiabilismo do agente e poder ser considerado uma instância de conhecimento. Para isso suceder, basta modificarmos a configuração disposicional das faculdades cognitivas de S de maneira que este agente conhecedor já não sofra de uma lesão cerebral no mundo real. Nesta situação, se, por exemplo, S formar uma crença-alvo de que não sofre de uma lesão cerebral, então o fiabilismo do agente já confere um grau de credibilidade epistémica suficiente à crença-alvo em questão de modo que esta passa a ser considerada como um conhecimento epistemicamente legítimo. Pois, visto que a proposição-alvo formulada de que S não sofre de uma lesão cerebral é derivada de um estado disposicional estável e fiável das faculdades do carácter cognitivo de S, temos razões para afirmar que a verdade da crença-alvo, neste momento, tem uma estabilidade epistémica assegurada que a impede de ser gettierizada e de ter o seu estatuto como um conhecimento genuíno invalidado.

Com as implicações epistemológicas do fiabilismo do agente já estipuladas para os leitores desta dissertação, resta apenas acrescentar que, neste momento, dispomos dos fundamentos explicativos necessários e suficientes para compreendermos em que medida a Epistemologia das Virtudes pode ser percebida como um complemento teórico benéfico à Epistemologia Antisorte. Pois, pelo que foi possível averiguar a partir do argumento-chave do fiabilismo do agente e na correção do caso da lesão cerebral através da aplicação desta mesma abordagem teórica das virtudes, uma leitura externista da Epistemologia das Virtudes mostrou-se como sendo perfeitamente capaz de eliminar a sorte epistémica verídica aniquiladora do conhecimento presente nos casos problemáticos tipo Gettier.

Esta eficácia no combate contra a gettierização do conhecimento pode ser facilmente observada na versão corrigida do caso da lesão cerebral: pois o facto de a crença-alvo (ou seja, a crença de que S não sofre de uma lesão cerebral) ser derivada de uma utilização adequada das disposições cognitivas estáveis e fiáveis pertencentes às faculdades naturais do carácter cognitivo do agente conhecedor implica a consequência de que não só a crença-alvo é verdadeira no mundo real, como também será verdadeira no grupo de mundos possíveis mais próximos do mundo real nos quais a crença-alvo é igualmente derivada da estabilidade e fiabilidade das faculdades cognitivas de S. Portanto, o fiabilismo do agente assegura que as crenças candidatas a conhecimento não ficam suscetíveis à sorte epistémica verídica que gettieriza o conhecimento nos casos do Problema de Gettier.

2.2.2 Refutação de Pritchard da Epistemologia das Virtudes como uma abordagem necessária para atribuir conhecimento a alguém

Porém, e não obstante os argumentos expostos no subcapítulo anterior a favor da utilização de uma abordagem teórica das virtudes para a formulação de uma teoria do conhecimento antisorte mais completa e satisfatória, depressa fica bastante claro que Pritchard não favorece a adoção da Epistemologia das Virtudes como uma teoria fundamental para a complementação de uma Epistemologia Antisorte apta a resolver o Problema de Gettier. Muito pelo contrário, este pensador até rejeita a Epistemologia das Virtudes como constituindo uma condição obrigatória e necessária para a consolidação

de uma intuição antisorte robusta o suficiente para responder aos problemas epistemológicos postulados nos casos Gettier.

Para começar, a primeira razão pela qual Pritchard assume uma posição de rejeição da integração da Epistemologia das Virtudes na sua Epistemologia Antisorte tem a ver com a sua objeção de que os métodos empregues pelo fiabilismo do agente na resolução de casos do Problema de Gettier acabam por redundar, nas suas consequências práticas, aos métodos empregues pelo fiabilismo processual modalizado (o tipo de fiabilismo que sustenta as teorias antisorte baseadas no princípio da segurança epistémica) na resolução destes mesmos problemas epistemológicos, sem haver nesta última abordagem a necessidade de recorrermos às faculdades cognitivas/virtudes epistémicas do carácter cognitivo do agente conhecedor para justificar o estatuto epistémico das crenças-alvo candidatas a conhecimento.

Ora, a validade argumentativa desta alegação de Pritchard pode ser facilmente comprovada se tomarmos em consideração aquilo que sucede no caso da lesão cerebral, ao mesmo tempo que fazemos um esforço para nos recordarmos daquilo que estudámos até ao momento acerca da Epistemologia Antisorte baseada na condição da segurança.

Relativamente a este assunto, tivemos a oportunidade de analisar no subcapítulo anterior que uma proposta legítima, sob o ónus do fiabilismo do agente, para a resolução da gettierização do conhecimento no caso da lesão cerebral consiste em imaginarmos que o agente forma a sua crença-alvo verdadeira de que não sofre de uma lesão cerebral num contexto situacional no qual esta crença é derivada de processos cognitivos que operam de uma forma funcional e não-defeituosa, em vez de ser derivada de processos cognitivos que estão a operar de uma forma anómala e defeituosa. Deste modo, a aplicação do fiabilismo do agente assegura que não só o agente protagonista forma crenças-alvo verdadeiras no mundo real, como também forma crenças-alvo verdadeiras no conjunto de mundos possíveis mais próximos do mundo real nos quais os processos cognitivos formadores de crenças são os mesmos que os do mundo real.

Ora, pelo que se pode inferir das premissas desta correção anti-Gettier, depressa se torna claro aquilo em que consiste o sentido específico da objeção de Pritchard. Porque, efetivamente, a solução do caso da lesão cerebral postulada pela Epistemologia das Virtudes é essencialmente a mesma que a solução postulada pelo fiabilismo processual modalizado da Epistemologia Antisorte de Pritchard: pois, realmente, a crença-alvo de

que o protagonista do exemplo sob análise não sofre de uma lesão cerebral cumpre os requisitos necessários para ser tratada como sendo uma crença segura de acordo com o que se encontra estipulado na condição da segurança epistémica.

E, para além do mais, a crença-alvo em questão, no fundo, não necessita de fazer nenhuma referência explícita nem a virtudes epistémicas nem à estabilidade e fiabilidade das faculdades cognitivas do carácter do agente conhecedor para adquirir o seu estatuto de crença segura e entrar no mercado do conhecimento. Porquanto, nesse aspeto, o facto de uma crença-alvo ser formada de um modo seguro implica já por si, implicitamente, que os processos cognitivos responsáveis pela formação da crença são estáveis e fiáveis, capazes de assegurar a estabilidade da verdade da crença-alvo sem haver a necessidade de aduzir a um tratamento teórico das virtudes para conferir conhecimento ao agente conhecedor.

Em suma, só podemos chegar à conclusão de que muitos epistemólogos defensores do externismo epistemológico, tal como é o caso de Pritchard nesta fase do seu pensamento, preferem uma teoria do conhecimento baseada no fiabilismo processual modalizado da condição da segurança em vez da leitura realizada pelo fiabilismo do agente da Epistemologia das Virtudes devido ao simples motivo de as teorias da virtude oferecerem uma explicação da anti-gettierização do conhecimento demasiado redundante e repetitiva, por esta já ter sido explorada anteriormente pelas teorias antisorte baseadas no princípio da segurança. Pritchard exprime o seu descontentamento com a adoção de uma postura da Epistemologia das Virtudes para complementar a sua Epistemologia Antisorte no seu trabalho em algumas instâncias-chave:

De uma maneira interessante, aquilo que a versão modalizada do fiabilismo processual concretiza é restringir a abrangência de processos em causa de modo a não incluírem os processos consistentes com a sorte verídica segundo a maneira dos nossos dois exemplos. (...) Ao tornar a noção de fiabilidade em questão relativa a uma abrangência de mundos possíveis normais, esta variedade do fiabilismo processual assegura que não seja possível que a crença verdadeira do agente cumpra as condições epistémicas relevantes de tal maneira que, não obstante, a crença normalmente teria sido falsa. Nesta questão, então, o fiabilismo processual modalizado está ao mesmo nível do fiabilismo do agente. Portanto por que é que alguém deve preferir o fiabilismo do agente acima do fiabilismo processual? (Pritchard 2003, p. 115)

Parece então que a objeção levantada pelo fiabilismo do agente contra o fiabilismo processual é a mesma objeção que o defensor de uma epistemologia antisorte verídica levantaria contra o fiabilismo processual – a de que nem sequer pode captar o mínimo sentido pelo qual o conhecimento é um feito cognitivo por parte do agente porque a rubrica que define para o conhecimento não exclui a sorte epistémica verídica. (...) A primeira razão diz respeito a como a explicação fiabilista do agente do conhecimento não é necessária para a eliminação da sorte epistémica verídica. Como nós vimos, os exemplos de sorte epistémica verídica que o fiabilismo do agente alega ser capaz de resolver de uma maneira que as outras teorias não conseguem – tais como os casos do demónio ajudante e da lesão cerebral – são exemplos nos quais uma perspetiva baseada na segurança tem uma aplicação direta. (Pritchard 2005; 7.2., pp. 192-193)

Depois, a segunda razão que justifica a rejeição de Pritchard da Epistemologia das Virtudes como uma abordagem teórica necessária para reforçar a sua Epistemologia Antisorte tem a ver com o facto de, em determinados casos epistemologicamente problemáticos, o fiabilismo do agente se mostrar incapaz de eliminar a sorte epistémica verídica que aniquila o conhecimento das crenças-alvo de certos casos do Problema de Gettier.

A fim de compreendermos o sentido concreto da segunda objeção levantada por Pritchard contra a integração da Epistemologia das Virtudes na formulação da intuição antisorte da Epistemologia Antisorte, voltemos a recordar-nos das premissas do caso Gettier originalmente proposto por Zagzebski que foi abordado anteriormente nesta dissertação.⁵⁰

No que diz respeito a este caso, lembremo-nos que Mary cumpre os requisitos epistémicos postulados pelo fiabilismo do agente, pois as faculdades perceptuais naturais que compõem a sua visão estão a funcionar de um modo normal e não-defeituoso, de maneira que a crença-alvo derivada do bom funcionamento da sua visão de que Mary avistou o seu marido sentado na sala de estar, em teoria, deveria contar como um conhecimento epistemicamente genuíno, visto que a verdade da crença-alvo em questão foi derivada das disposições estáveis e fiáveis das faculdades intelectuais (neste caso, perceptuais) pertencentes ao carácter cognitivo de Mary.

⁵⁰ Cf. secção 1.2.2. desta dissertação.

Contudo, tal como se encontra igualmente estipulado nas premissas do caso de Zagzebski, rapidamente se torna claro o motivo pelo qual não é epistemologicamente correto atribuir um conhecimento legítimo a Mary acerca da verdade da sua crença-alvo. Sendo que isso sucede precisamente porque, embora as faculdades perceptuais da visão de Mary responsáveis pela formação da sua crença estejam a funcionar de uma forma estável e fiável, isso não é suficiente para impedir a intervenção da dupla sorte epistémica verídica na formação da crença de Mary de que o seu marido está sentado na sala de estar.

Ora, isto significa que, embora a crença-alvo seja fiável do ponto de vista do fiabilismo do agente, a crença não é de todo fiável do ponto de vista do fiabilismo processual modalizado do princípio da segurança epistémica: sendo que esta característica se deve ao facto de a crença-alvo em questão não ser formada de uma maneira segura, uma vez que a crença pode ser verdadeira no mundo real, mas no conjunto de mundos possíveis mais próximos do mundo real a crença-alvo é falsa e o marido de Mary não está na sala de estar. Por causa disto, esta crença é facilmente gettierizada e não se habilita a entrar no mercado do conhecimento.

Por todas estas razões explicitadas, muitos epistemólogos contemporâneos optam pela abordagem da Epistemologia Antisorte baseada na segurança epistémica para resolver casos Gettier deste género, porque uma leitura da Epistemologia das Virtudes baseada no fiabilismo do agente é claramente incapaz de eliminar a sorte epistémica verídica que contagia estes casos do Problema de Gettier e invalida o estatuto epistémico das crenças-alvo formuladas como constituindo um conhecimento epistemicamente legítimo. Pritchard é um dos epistemólogos da atualidade que defende esta postura, mostrando a sua perspetiva de um modo evidente na sua obra:

Há uma outra consideração, porém, que motiva uma abordagem baseada na segurança acima de uma alternativa fiabilista do agente, e é a de que a teoria do conhecimento fiabilista do agente, ao contrário da teoria baseada na segurança, não só é desnecessária para lidar com o problema da sorte verídica, como também é *insuficiente*. (...) Embora Mary seja certamente merecedora de algum mérito epistémico por ter formado a crença que formou, nós dificilmente consideraríamos como um feito cognitivo da sua parte que ela tenha formado uma crença verdadeira já que a verdade da sua crença foi maioritariamente devida à sorte. A incapacidade do fiabilismo do agente em eliminar a sorte epistémica verídica significa que permite estes casos estilo Gettier nos quais o agente cumpre a rubrica epistémica relevante mesmo quando forma uma crença verdadeira

veridicamente sortuda. (...) Para além do mais, reparem que as perspetivas baseadas na segurança não terão este problema já que a crença verdadeira de Mary, uma vez que é veridicamente sortuda, não será segura e portanto não terá atribuído o estatuto pelas luzes de uma tese baseada na segurança. A adoção de uma perspetiva baseada na segurança – ao contrário de uma perspetiva fiabilista do agente – é portanto suficiente para a eliminação da sorte epistémica verídica. (*Ibidem*; 7.2., pp. 193-194)

2.3 A intrusão pragmática e o construtivismo epistemológico: complementos à Epistemologia Antisorte ou obstáculos para a sua construção?

Nesta secção irei afastar-me da utilização dos elementos teóricos pertencentes ao quadro referencial do princípio da segurança para a análise da constituição estrutural da Epistemologia Antisorte, pretendendo orientar o rumo da minha investigação na direção do estudo do papel desempenhado pelos conceitos da intrusão pragmática (*pragmatic encroachment*) e do construtivismo epistemológico na construção das condições antisorte que necessitam de ser cumpridas a fim de podermos adquirir um conhecimento epistemicamente legítimo sobre a verdade de uma crença-alvo.

Nesse sentido, será fundamental esclarecer aos leitores deste trabalho em que consistem exatamente as noções da intrusão pragmática e do construtivismo epistemológico.

Em primeiro lugar, de maneira a podermos compreender as implicações epistemológicas do conceito da intrusão pragmática, é necessário contrastar esta visão com a teoria do conhecimento à qual esta se pretende contrapor: refiro-me, para todos os efeitos, à tese do purismo epistemológico. Esta perspetiva encontra-se sumariada pelo epistemólogo Nathan Ballantyne no seu artigo “Anti-luck Epistemology, Pragmatic Encroachment, and True Belief”, mediante a seguinte definição:

Purismo: Para quaisquer dois possíveis sujeitos S e S*, se S e S* forem semelhantes no que diz respeito à força da sua posição epistémica relativamente à proposição verdadeira *p*, então S e S* são semelhantes no que diz respeito a estarem numa posição para saberem que *p*. (Fantl e McGrath [2007]) (Ballantyne 2011, p. 491)

Ora, os leitores desta dissertação poderão estar a perguntar o que é que esta definição do purismo epistemológico significa ao certo, particularmente o que é que

significa dois sujeitos terem forças semelhantes nas suas posições epistémicas relativamente à possibilidade de conhecerem a verdade da proposição *p*.

Relativamente a esta questão, esclareço desde este momento que as implicações nucleares do purismo epistemológico estão ancoradas na ideia-chave clássica de que a posição epistémica de um sujeito conhecedor para saber a verdade de uma dada proposição-alvo é completamente determinada por fatores puramente epistémicos. Ou seja, por outras palavras, a posição epistémica de um sujeito para adquirir conhecimento é determinada somente por elementos que conduzem à verdade objetiva e factual de uma determinada proposição-alvo formulada sobre um dado estado de coisas do mundo: tais fatores puramente epistémicos incluem, nomeadamente, a evidência do sujeito a favor do valor de verdade da sua crença-alvo, a fiabilidade dos seus processos de formação de crenças verdadeiras, o grau da segurança modal da verdade da crença-alvo, entre outros.

Por conseguinte, o posicionamento de um sujeito conhecedor para ter conhecimento da verdade de uma proposição-alvo, segundo os termos do purismo epistemológico, não pode depender de quaisquer fatores não-epistémicos (i.e., de fatores que não conduzam à verdade da proposição-alvo, e que sejam de cariz principalmente subjetivo).

E é precisamente para refutar a validade desta teoria do conhecimento que foi introduzido o conceito da intrusão pragmática na literatura epistemológica mais recente, porquanto certos epistemólogos defendem a ideia de que o posicionamento de um dado sujeito conhecedor para saber a verdade de uma certa crença-alvo não é determinado exclusivamente por fatores puramente epistémicos, mas antes pode ser igualmente determinado por fatores que não estão diretamente relacionados com a força justificativa dos recursos epistémicos conducentes à verdade objetiva e factual da crença-alvo em questão.

Neste caso, a noção de intrusão pragmática postula que a posição epistémica de um sujeito conhecedor pode ser determinada, em conjunção com a força justificativa dos fatores epistémicos à disposição do próprio sujeito conhecedor, pelas circunstâncias situacionais práticas do contexto epistemológico no qual o sujeito forma a sua crença-alvo verdadeira candidata a conhecimento. Ballantyne resume as implicações epistemológicas da intrusão pragmática pelos seguintes termos:

Um argumento padrão para a intrusão pragmática consiste no que se segue. Peguem em dois sujeitos que têm qualificações epistêmicas idênticas (evidência, fiabilidade, etc.) e depois mostrem que eles *não* são semelhantes no que diz respeito à sua posição para conhecerem alguma proposição verdadeira porque as suas circunstâncias práticas diferem – isto é, um sujeito tem ‘altos riscos’ enquanto que o outro tem ‘baixos riscos’. Isto ameaça o Purismo porque localiza uma diferença em conhecer em algo não-epistémico. (*Ibidem*, p. 491)

Ora, antes de avançarmos na discussão das consequências principais da integração da noção da intrusão pragmática na configuração formal da Epistemologia Antisorte, precisamos de clarificar em primeiro lugar o que é que significa ao certo haver, no quadro contextual deste conceito, uma diferença nas circunstâncias práticas entre dois sujeitos que apresentam as mesmas competências epistêmicas para obterem conhecimento de uma dada proposição verdadeira, mas que contudo estão em diferentes posições epistêmicas relativamente a esse objetivo.

A fim de compreendermos esta questão, necessitamos de compreender o quadro referencial no qual a intrusão pragmática se encontra inserida e consolidada: neste caso, este conceito-chave está enquadrado na teoria do conhecimento do construtivismo epistemológico. Ainda neste mesmo tópico, Ballantyne faz a observação de que a perspectiva do construtivismo está enraizada e depende significativamente de uma condição epistémica postulada por Pritchard no seu trabalho anterior, e que o próprio caracterizava como sendo essencial para a compreensão da natureza da condição antisorte do conhecimento: refiro-me, para todos os efeitos, à condição da significância⁵¹.

A composição teórica do construtivismo, bem como a sua dependência da condição da significância, é descrita por Ballantyne no seu artigo pelas duas seguintes definições (uma das quais corresponde à do construtivismo, propriamente dito, e a outra sendo correspondente à de um acontecimento sortudo determinado pela condição da significância):

⁵¹ Ballantyne refere-se, bastante claramente, à definição postulada por Pritchard na obra *Epistemic Luck* de um acontecimento sortudo, segundo a fórmula de L2, que visa captar o elemento da significância no conceito da sorte na sua aceção geral. A fim de recordar esta definição, remeto a atenção dos leitores para a citação do trabalho de Pritchard na secção 2.1.1.a) desta dissertação.

L2 O sujeito S é sortudo no que diz respeito ao acontecimento E só se (i) S for capaz de atribuir um significado a E e (ii) S faria isso se fosse informado das propriedades de E em virtude das quais tem um efeito positivo ou negativo em S.

[...]

Construtivismo: As verdades sobre a sorte dependem do ponto de vista de um sujeito no sentido em que os factos de sorte só se obtêm em virtude de uma atribuição de significado por um sujeito real ou possível. (*Ibidem*, p. 489)

Portanto, tomando em consideração estas duas definições expostas por Ballantyne na sua obra, chega-se à evidente conclusão de que a diferença nas circunstâncias práticas entre dois sujeitos conhecedores nos seus respetivos contextos epistemológicos, tal como se encontra estipulada pelo conceito da intrusão pragmática, deve-se, sobretudo, à possibilidade ou impossibilidade de os dois sujeitos em questão serem capazes de atribuir um significado específico à crença-alvo (candidata a conhecimento) formada na sua situação atual, quando ambos são devidamente informados dos efeitos epistémicos da integração da crença-alvo no campo de conhecimentos de cada um deles.

A isto acrescenta-se ainda que a diferença nas circunstâncias práticas entre dois sujeitos pode depender igualmente do tipo de significado que cada um deles atribui à crença-alvo candidata a conhecimento, consoante o acrescento desta aos seus respetivos campos de conhecimentos seja relevante ou irrelevante, bem como conta igualmente o contributo da crença-alvo sob análise para a melhoria da compreensão geral de cada um dos sujeitos dos diferentes estados de coisas do mundo.

A aplicação da intrusão pragmática, compreendida de acordo com os termos da condição da significância, à análise do conhecimento anti-Gettier implica uma clara rejeição da leitura das proposições-alvo candidatas a conhecimento sob a ótica do purismo epistemológico, porquanto o conceito da intrusão pragmática pressupõe a afirmação de que a posição epistémica de um sujeito conhecedor para saber a verdade de uma determinada proposição-alvo é fundamentalmente determinada por fatores de cariz subjetivo (a capacidade de o sujeito atribuir um significado à proposição-alvo, e o tipo de significado que o próprio lhe atribui) e não-epistémicos (pois as diferenças entre as posições epistémicas dos sujeitos conhecedores não são definidas por diferenças nas competências epistémicas de cada um dos sujeitos), contrariando os princípios centrais do purismo.

Prosseguindo na discussão do tópico central deste subcapítulo, observemos agora um caso exemplar da aplicação da intrusão pragmática numa instância epistemológica paradigmática na qual se forma uma crença-alvo verdadeira acerca da presença de uma ovelha num campo de pastagem natural.⁵²

Neste cenário, temos uma situação na qual dois sujeitos conhecedores diferentes, a Green e o Blue, passam ao lado de um campo de pastagem natural e, ao olharem de relance na direção do campo, veem um animal que, à primeira vista, parece ser genuinamente uma ovelha: como consequência deste fenómeno perceptual, ambos tanto a Green como o Blue formam a crença-alvo de que está presente no campo de pastagem uma ovelha à frente dos seus olhos.

E, efetivamente, está realmente presente no campo de pastagem natural uma ovelha, o que confere à correspondente crença-alvo enunciada no parágrafo anterior o estatuto de uma crença verdadeira e justificada. Porém, existe uma contrapartida na configuração deste cenário epistemológico: pois, ao invés das aparências iniciais, a ovelha no campo de pastagem não está presente à frente dos olhos da Green e do Blue, mas antes está escondida por detrás de uma colina no meio do campo a pastar erva, fora da vista de ambos os protagonistas deste caso-exemplo. Na realidade, o que a Green e o Blue estão a ver é um cão que está disfarçado de ovelha de uma forma extremamente realista, ao ponto de convencer os dois sujeitos conhecedores (bem como de convencer qualquer pessoa que passasse ao lado do campo) que estão de facto a observar uma ovelha à sua frente.

Ora, seguindo a lógica condutora dos princípios nucleares da Epistemologia Antisorte baseada no princípio da segurança, podemos verificar que estamos perante o caso de uma crença-alvo que seria facilmente gettierizada, e que portanto não poderia ser contabilizada como constituindo um conhecimento legítimo. Porquanto a configuração estrutural do exemplo da ovelha no campo está formatada de tal maneira que a crença-alvo sob análise é epistemicamente insegura e está demasiado sujeita à influência da sorte epistémica verídica anuladora de conhecimento: pois, embora a crença-alvo seja verdadeira no mundo real por estar uma ovelha no campo de pastagem (apesar de estar escondida da vista da Green e do Blue), a crença-alvo em questão é falsa no conjunto de

⁵² O caso-exemplo da ovelha no campo é exposto e abordado como um exemplo paradigmático tipo Gettier em Chisholm 1977, Chisholm 1989, Ballantyne 2011, Pritchard 2012, Pritchard 2015 e Pritchard 2019.

mundos possíveis mais próximos do mundo real devido ao simples facto de que a ovelha não está presente no campo de pastagem na vasta maioria dos mundos possíveis sob consideração.

Contudo, há uma condição adicional imposta pela aplicação da intrusão pragmática que nos impede de chegarmos a esta última conclusão de uma forma simples e linear, causando complicações epistemológicas que não existem na leitura antisorte baseada na condição da segurança epistémica deste caso-exemplo.

A condição adicional em causa consiste no facto de haver uma diferença entre as circunstâncias práticas da Green e as do Blue, provocada pela existência de diferentes factos de significância entre estes dois sujeitos conhecedores relativamente à crença-alvo da ovelha no campo de pastagem.

Porque, tal como mencionado pelo próprio Ballantyne no seu trabalho, por um lado, a Green atribui um significado ao acontecimento da formação de uma crença verdadeira sobre a presença de uma ovelha no campo de pastagem, pois ela considera importante e atribui valor à formação de crenças verdadeiras *grosso modo*, quaisquer que sejam os objetos dos estados de coisas do mundo que a Green pretenda conhecer. Consequentemente, é apenas natural que Green considere relevante e indispensável a formação de uma crença-alvo verdadeira acerca da presença da ovelha no campo de pastagem.

Enquanto que, por outro lado, Blue não atribui nenhum significado específico ao fenómeno da formação de uma crença verdadeira sobre a presença da ovelha no campo de pastagem. Isso sucede precisamente porque, tal como Ballantyne refere no seu artigo, Blue trata-se de um sujeito conhecedor profundamente deprimido e apático a tudo o que o rodeia e a tudo o que acontece na sua vida: como consequência da sua depressão e da sua apatia, Blue não atribui nenhuma importância e nenhum valor à formação de crenças verdadeiras sobre o que quer que seja, incluindo, evidentemente, a crença-alvo sobre a presença da ovelha no campo de pastagem.

Logo, segundo o que foi estipulado anteriormente acerca da intrusão pragmática, a Green e o Blue estarão em diferentes posições para conhecerem a verdade desta proposição-alvo (Ballantyne menciona no seu artigo que este fenómeno corresponde à Green e ao Blue terem diferentes factos de posição para conhecer [*position-to-know facts*] a verdade da proposição-alvo sobre a presença da ovelha no campo) devido à diferença

existente entre os factos de significância de cada um dos dois: com a Green a atribuir significado à crença-alvo verdadeira em questão, enquanto que Blue não atribui nenhum significado particular à mesma crença-alvo.

Esta implicação epistemológica é derivada da suposição comum aos defensores da intrusão pragmática de que o conhecimento de uma determinada crença-alvo é determinado pelo interesse epistémico que cada sujeito conhecedor demonstra em conhecer a verdade da crença-alvo candidata a conhecimento: por outras palavras, se um sujeito conhecedor tiver interesse em conhecer uma dada crença-alvo, então a sua verdade será importante e merece entrar no seu campo de conhecimentos; enquanto que, no lado oposto, se um sujeito conhecedor não tiver interesse em conhecer uma dada crença-alvo, a sua verdade não será importante e não merece entrar no seu campo de conhecimentos.

Portanto, de acordo com esta suposição, o facto de Green ter um interesse em ter uma posse cognitiva da verdade da crença-alvo da ovelha no campo coloca-a numa melhor posição epistémica para conhecer esta crença-alvo do que ocorre no caso de Blue, pois este não tem nenhum interesse em ter uma posse cognitiva da verdade da mesma crença-alvo, e por conseguinte não se encontra numa posição epistémica suficientemente adequada para conhecer genuinamente a verdade da crença-alvo sobre a presença da ovelha no campo de pastagem.

Contudo, ao contrário do que se encontra sugerido por estas implicações epistemológicas, as posições epistémicas da Green e do Blue para conhecerem a verdade da proposição-alvo acerca da ovelha no campo são mais complexas do que as impressões iniciais dão a entender, e essa complexidade verifica-se de um modo evidente assim que enquadrámos a intrusão pragmática no quadro contextual da Epistemologia Antisorte. É igualmente a partir deste momento que podemos começar a observar as consequências epistemológicas da aplicação do conceito da intrusão pragmática na condição antisorte que deveria assegurar a obtenção de um conhecimento anti-Gettier.

Em primeiro lugar, a introdução da intrusão pragmática no quadro referencial da Epistemologia Antisorte implica, tal como explicitado anteriormente neste subcapítulo e como referido pelo próprio Ballantyne, que as crenças-alvo candidatas a conhecimento já não são avaliadas como sendo seguras e imunes a uma potencial gettierização do seu valor de verdade unicamente mediante a utilização de fatores puramente epistémicos (neste caso, os fatores puramente epistémicos consistem, nomeadamente, no grau de fiabilidade

dos processos de formação de crenças do sujeito conhecedor, o grau de imunidade da crença-alvo à influência da sorte epistémica verídica e o tipo de evidências utilizadas para justificar a defesa do valor de verdade da crença-alvo), mas antes também entram em jogo os factos de significância (i.e., se o sujeito conhecedor atribui ou não atribui um significado à posse cognitiva da verdade de uma proposição-alvo) inerentes à posição epistémica do sujeito relativamente à crença-alvo, de maneira que os factos de significância determinam, em conjunto com os factos epistémicos, se esta constitui um conhecimento anti-Gettier epistemicamente legítimo.

Consequentemente, tal como Ballantyne menciona no seu trabalho, tudo isto implica uma refutação da integração do purismo epistemológico no processo da construção da Epistemologia Antisorte tal como a conhecemos, para posteriormente se dar lugar a uma teoria antisorte baseada na condição da significância do construtivismo epistemológico.

Depois, em segundo lugar, a construção da Epistemologia Antisorte a partir do conceito da intrusão pragmática leva a uma deturpação do estatuto da posição epistémica de alguns sujeitos conhecedores para conhecerem a verdade de uma crença-alvo gettierizada pela sorte epistémica verídica. Porquanto, tomando como ponto de partida o caso-exemplo da ovelha no campo de pastagem natural, já sabemos desde o início que tanto a crença-alvo formada pela Green como a crença-alvo formada pelo Blue acerca da presença da ovelha no campo de pastagem são ambas gettierizadas devido à intervenção da sorte epistémica verídica nos seus processos de formação de crenças e na consolidação final das correspondentes proposições-alvo.

No entanto, a diferença entre os factos de significância da Green e os do Blue altera por completo o modo como as posições epistémicas de cada um deles relativamente à possibilidade de conhecerem a verdade das suas crenças-alvo são afetadas pela influência da sorte epistémica verídica.

Pois, no lado da Green, embora ela devesse estar numa melhor posição epistémica para conhecer a proposição-alvo acerca da ovelha no campo, devido ao facto de ela própria ter sido capaz de atribuir um significado valorativo positivo ao fenómeno da posse cognitiva da verdade da sua crença-alvo, a realidade é que a Green não está numa posição epistémica adequada para conhecer a verdade da sua crença-alvo: pois a sua crença-alvo sobre a presença da ovelha no campo foi infetada pela sorte epistémica verídica e, por

consequente, foi anulada qualquer hipótese de ela obter um conhecimento genuíno acerca da verdade da crença-alvo em questão.

Logo, é apenas lógico retirar a conclusão de que o cumprimento da condição da significância não implica necessariamente que um sujeito conhecedor esteja colocado numa posição epistémica suficientemente adequada para conhecer a verdade de todas as suas crenças-alvo: fenómeno verificável no facto de a capacidade de um sujeito em atribuir um significado à posse cognitiva da verdade de uma proposição-alvo não tornar a sua correspondente crença-alvo imune à sua eventual gettierização mediante a intervenção da sorte epistémica verídica.

Enquanto que, do lado do Blue, embora ele, teoricamente, devesse estar numa posição epistémica insuficientemente robusta para adquirir um conhecimento válido da verdade da crença-alvo sobre a ovelha no campo, devido à simples razão de a sua depressão (bem como a sua associada apatia) o impedir de atribuir qualquer significado valorativo à posse cognitiva da verdade desta crença-alvo, a realidade é que o próprio Blue está numa posição epistémica mais apropriada para conhecer a verdade da sua crença-alvo do que se julgaria à primeira vista. Isto ocorre porque, pelo facto de este sujeito conhecedor não atribuir nenhuma importância nem nenhum valor epistémico à posse cognitiva da verdade da crença-alvo sobre a ovelha no campo, o próprio Blue adquire uma espécie de imunidade contra a gettierização da sua crença-alvo por meio da ação da sorte epistémica verídica: pois se Blue não tem nenhum interesse em conhecer a verdade da crença-alvo em questão, então também não terá nenhum interesse em que a crença seja eventualmente gettierizada pela ação da sorte epistémica verídica.

Portanto, refletindo naquilo que se verifica no caso-exemplo de Blue, chega-se à conclusão de que o facto de um sujeito conhecedor não se mostrar capaz de atribuir um significado concreto à aquisição de uma crença-alvo verdadeira candidata a conhecimento, especialmente quando o sujeito é informado dos efeitos epistémicos que a obtenção da crença-alvo em questão surte no desenvolvimento do seu campo de conhecimentos, não implica necessariamente que este esteja situado numa posição epistémica inapropriada para obter um conhecimento anti-Gettier epistemicamente legítimo. Antes, muito pelo contrário, rapidamente se torna aparente que a ausência de uma atribuição de significado a uma crença-alvo que foi manifestamente gettierizada leva a que o sujeito conhecedor que formou esta crença esteja colocado numa melhor posição epistémica para ter um conhecimento genuíno da verdade da crença-alvo em questão do

que um sujeito conhecedor diferente que tenha formado a mesma crença, mas que tenha atribuído um significado à posse cognitiva do seu valor de verdade (tal como ocorre no caso da Green).

Esta última situação, por sua vez, leva à concretização da terceira implicação epistemológica resultante da integração do conceito da intrusão pragmática na construção da estrutura formal da Epistemologia Antisorte. Pois, pelo que foi possível observar, os casos epistemológicos nos quais um sujeito conhecedor forma uma crença-alvo verdadeira que é gettierizada e nos quais, simultaneamente, o próprio sujeito não atribui um significado epistémico particular à obtenção cognitiva da verdade da sua crença-alvo ignoram por completo o poder epistemologicamente destrutivo exercido pela sorte epistémica verídica na aniquilação do estatuto epistémico das crenças-alvo verdadeiras candidatas a conhecimento.

Porquanto, efetivamente, tal como se encontra exemplificado no caso da crença de Blue, a falta de atribuição de significado por parte de um sujeito conhecedor à aquisição da verdade de uma determinada crença-alvo que foi gettierizada torna-o imune à sorte epistémica verídica anuladora de conhecimento que está a agir sobre os seus processos de formação de crenças e sobre a consolidação da crença-alvo que representa o resultado final dos mesmos processos sob análise: isto tudo traduz-se no resultado de que o sujeito conhecedor se encontra numa posição epistémica adequada para possuir um conhecimento epistemicamente genuíno da crença-alvo gettierizada, embora esta conclusão seja contraintuitiva a tudo o que aprendemos até ao momento sobre as crenças que constituem formas de conhecimento anti-Gettier.

Porém, tal como tenho demonstrado até agora no decurso desta dissertação, é absolutamente inegável que a sorte epistémica verídica desempenha um papel ativo na aniquilação da possibilidade de obtermos um conhecimento epistemicamente válido da verdade de certas crenças que eram inicialmente candidatas a conhecimento, mas que eventualmente foram destituídas desse estatuto por terem sido gettierizadas pela intervenção da sorte epistémica.

Por conseguinte, não é exequível defender a ideia de que a falta de atribuição de significado à posse cognitiva da verdade de uma crença-alvo gettierizada coloca um sujeito conhecedor numa posição epistémica mais robusta para conhecer a verdade da crença em questão, pois ainda permanece uma questão de sorte que o sujeito tenha

formado uma crença-alvo verdadeira acerca do estado de coisas que pretende descrever, tendo em consideração os processos de formação de crenças inseguros e pouco fiáveis que o próprio sujeito empregou para a formação dessa crença.

Em suma, refletindo agora em todas as consequências epistemológicas resultantes da integração do conceito da intrusão pragmática na construção estrutural da Epistemologia Antisorte, passo a asseverar com toda a convicção que não creio que seja executável o projeto de formatar a estrutura formal da Epistemologia Antisorte ao utilizar como bases fundacionais a intrusão pragmática e a condição da significância, pertencente ao construtivismo epistemológico.

A minha refutação desta tese advém do simples motivo de que, *grosso modo*, e tal como ficou exposto nos parágrafos anteriores, a aplicação da intrusão pragmática e da condição da significância para a análise de casos epistemológicos nos quais a crença-alvo candidata a conhecimento foi gettierizada conduz à completa negação do papel desempenhado pela sorte epistémica verídica na aniquilação do conhecimento de crenças-alvo cujo estatuto epistémico foi destruído pelo processo da gettierização do seu valor de verdade.

Isto sucede, evidentemente, porque a força da posição epistémica de um sujeito para conhecer uma proposição-alvo gettierizada passa a ser fundamentalmente determinada pela subjetividade inerente aos factos de significância associados à capacidade de o sujeito atribuir um significado epistémico à posse cognitiva da verdade da proposição-alvo, ignorando os efeitos epistémicos objetivos surtidos pela sorte epistémica verídica na determinação da posição epistémica do sujeito. Como esta consequência contraria o projeto principal desta dissertação de analisar e apresentar a Epistemologia Antisorte como a teoria do conhecimento mais adequada e robusta para responder ao Problema de Gettier e à gettierização do conhecimento, julgo que este não é o caminho de investigação que devemos seguir no decurso deste trabalho.

Logo, proponho seguirmos outra linha de raciocínio que não envolva a determinação da força da posição epistémica de um sujeito conhecedor exclusivamente por meio da intrusão pragmática e do construtivismo epistemológico. Para esse efeito, sugiro construirmos os alicerces fundacionais da Epistemologia Antisorte a partir de uma outra teoria do conhecimento apresentada por Ballantyne no seu artigo: refiro-me, para todos os efeitos, ao realismo epistemológico. A definição elementar do realismo

epistemológico, bem como o princípio epistemológico nuclear no qual se baseia relativamente ao caso de um acontecimento sortudo, encontra-se exposta no trabalho de Ballantyne pelas seguintes palavras:

Realismo: As verdades sobre a sorte obtêm-se independentemente do ponto de vista de qualquer sujeito no sentido em que os factos de sorte não se obtêm por virtude de uma atribuição de significado por um sujeito real ou possível.

[...]

L1 O sujeito S é sortudo no que diz respeito ao acontecimento E só se (i) S for sapiente e (ii) E tiver algum efeito objetivamente positivo ou negativo em S. (Rescher [1995] e Coffman [2007]) (*Ibidem*, p. 489)

Por outras palavras, e integrando esta teoria do conhecimento no contexto fundacional da Epistemologia Antisorte, podemos efetivamente averiguar que o realismo apresenta as qualificações epistemológicas mais apropriadas para descrever os efeitos destrutivos da intervenção da sorte epistémica verídica nos processos de formação de crenças candidatas a conhecimento, bem como descreve com precisão a natureza dos efeitos da aplicação da condição antisorte aos mesmos processos de formação de crenças.

Pois, refletindo com toda a devida atenção nesta questão, chegamos à conclusão de que as consequências epistemologicamente destrutivas da sorte epistémica verídica sobre a consolidação de crenças-alvo verdadeiras que deveriam ser formas de conhecimento legítimas, bem como os efeitos epistemologicamente benéficos da formulação de uma condição antisorte para servir como base na construção de crenças-alvo seguras que podem ser consideradas formas de conhecimento genuínas, não são explicadas pelo tipo de significado epistémico atribuído pelo sujeito conhecedor à aquisição da verdade da crença em questão. Antes, estas implicações epistemológicas são fundamentalmente explicadas pelos efeitos epistémicos objetivos surtidos pela sorte epistémica verídica e pela consolidação da condição antisorte (sendo o primeiro efeito negativo, e o segundo positivo) sobre o estatuto epistémico do próprio valor de verdade da crença-alvo candidata a conhecimento.

Por conseguinte, julgo que, a partir deste momento, devemos assumir implicitamente que todas as componentes da Epistemologia Antisorte, inclusive o princípio da segurança epistémica, terão como base fundamentadora os princípios

nucleares do realismo epistemológico, ao invés de ser o construtivismo epistemológico a ocupar essa posição.

Porém, não pretendo afirmar que o construtivismo epistemológico e a condição da significância, como elementos compositores da intrusão pragmática, sejam interpretações epistemológicas insignificantes e descartáveis para a compreensão do que constitui um conhecimento epistemicamente válido: na realidade, defendo a ideia de que a atribuição de um significado epistêmico por parte de um sujeito à posse cognitiva da verdade de uma dada proposição-alvo é um ato cognitivo fundamental para se efetuar a diferenciação do grau de relevância de cada crença-alvo no que diz respeito aos efeitos subjetivos que cada uma terá quando acrescentada ao campo de conhecimentos do próprio sujeito conhecedor.

No entanto, isto não implica que a condição da significância seja o principal fator determinante da posição epistêmica objetiva de um sujeito para saber a verdade de uma determinada crença-alvo candidata a conhecimento. Essa tarefa é da responsabilidade do realismo epistemológico e da condição antisorte baseada na segurança epistêmica, ambos os quais integram o quadro referencial geral da Epistemologia Antisorte.

3. Segunda fase do pensamento de Pritchard: Compatibilização da Epistemologia Antisorte com a Epistemologia das Virtudes

3.1 Tentativa de elaboração de uma explicação da transição de Pritchard da primeira para a segunda fase do seu pensamento: introdução da Epistemologia das Virtudes Antisorte

3.1.1 Leitura da Epistemologia das Virtudes Antisorte como constituindo uma tentativa de estabelecer uma ligação entre o sucesso cognitivo seguro do agente conhecedor e a sua agência cognitiva

A partir deste capítulo, a minha postura irá sofrer uma mudança notável no que diz respeito à posição acerca da integração ou rejeição da Epistemologia das Virtudes na Epistemologia Antisorte para a resolução do Problema de Gettier. Porquanto, neste momento, irei argumentar a favor da adoção de uma abordagem teórica das virtudes, em conjunção com a intuição antisorte da Epistemologia Antisorte, para realizar um tratamento mais adequado e completo dos casos Gettier.

Neste sentido, irei contrapor-me à posição inicial de Pritchard elaborada na primeira fase da sua conceção da Epistemologia Antisorte, que rejeita o enquadramento da Epistemologia das Virtudes no contexto da Epistemologia Antisorte para o combate contra a gettierização do conhecimento. Portanto, pretendo aliar o meu raciocínio central à posição teórica de Pritchard correspondente à segunda fase da sua obra, na qual o próprio compatibiliza a Epistemologia Antisorte com a Epistemologia das Virtudes na resolução de casos epistemológicos do Problema de Gettier.

Mas, poderão os leitores deste trabalho perguntar a si próprios, qual poderá ser a motivação que justifica esta mudança na posição teórica sob análise, quando supostamente, tal como tivemos a oportunidade de observar no capítulo anterior, a Epistemologia das Virtudes foi inicialmente classificada por Pritchard como uma perspectiva epistemológica redundante e incapaz de responder apropriadamente à

gettierização do conhecimento efetuada pela influência da sorte epistémica verídica na formação de crenças verdadeiras candidatas a conhecimento?

Ora, a resposta a esta questão prende-se com um motivo bastante intuitivo e simples de explicar. Porque, neste sentido, apesar de a intuição antisorte da Epistemologia Antisorte ser capaz de eliminar a sorte epistémica verídica que anula o conhecimento nos casos Gettier, mediante a aplicação de uma teoria do conhecimento modal baseada no princípio da segurança epistémica, a condição antisorte em questão não é capaz de acomodar uma outra intuição epistemológica que está presente num grande número de teorias do conhecimento contemporâneas e que, segundo uma quantidade considerável de epistemólogos atuais, é igualmente fundamental na atribuição de conhecimento: refiro-me, para todos os efeitos, à intuição de que apenas podemos atribuir conhecimento a um agente conhecedor quando o seu sucesso cognitivo (i.e., a formação de uma crença verdadeira) é significativamente creditável a uma manifestação clara e evidente da sua agência cognitiva relevante⁵³. Esta intuição recebe recorrentemente o nome de intuição da habilidade na literatura epistemológica contemporânea.

Esta formulação corresponde à definição geral da intuição da habilidade, mas, para compreendermos melhor as implicações desta visão epistemológica, precisamos ainda de especificar o tipo de habilidade à qual esta interpretação do conhecimento se refere. Relativamente a esse tópico, o termo “habilidade” na intuição da habilidade refere-se às habilidades cognitivas que compõem o carácter cognitivo do agente conhecedor e que sustentam os processos de formação de crenças fiáveis empregues pelo próprio agente na formação de crenças candidatas a conhecimento. Portanto, segundo este raciocínio, podemos afirmar com maior clareza que, quando dizemos que o sucesso cognitivo do agente na intuição da habilidade se deve a uma manifestação da sua agência cognitiva relevante, isso significa que o sucesso cognitivo do agente é o resultado do exercício ativo das habilidades cognitivas mais relevantes e apropriadas para o contexto epistemológico no qual o próprio se encontra inserido. A esta explicação devemos acrescentar que as

⁵³ Esta descrição da intuição epistemológica sob análise, a intuição da habilidade, encontra-se presente em toda a segunda fase do *corpus* textual publicado de Pritchard que versa sobre a elaboração deste autor da sua própria versão da Epistemologia Antisorte. Temos como exemplo o seguinte excerto: “In particular, it has been suggested that we should regard the cognitive success as being the product of the relevant cognitive abilities in the sense that the exercise of those cognitive abilities is the overarching *explanation* for the agent’s cognitive success, such that the agent’s cognitive success is primarily creditable to her cognitive agency.” (Pritchard 2012, trad. 2016; p. 264 no original, pp. 165 na tradução). Esta abordagem também pode ser encontrada em Pritchard 2015, Pritchard 2016, Pritchard 2017 e Pritchard 2019.

habilidades cognitivas mais relevantes e apropriadas serão aquelas que forem as mais conducentes ao conhecimento na situação epistêmica na qual o agente se encontra enquadrado.

No entanto, resta ainda esclarecer ao certo em que medida a Epistemologia Antisorte é incapaz de acomodar no seu quadro referencial a intuição da habilidade e como, como consequência desta incapacidade, acaba por constituir uma explicação do conhecimento incompleta e insatisfatória, embora seja uma teoria do conhecimento adequada para combater a sorte epistêmica verídica gettierizante do conhecimento. Para o cumprimento deste fim, Pritchard apresenta na sua obra um caso exemplar que ilustra na perfeição o sentido desta crítica à Epistemologia Antisorte tal foi desenvolvida durante a primeira fase da sua teoria antisorte:

Temp

Temp forma suas crenças sobre a temperatura em uma sala consultando um termômetro. Suas crenças assim formadas são altamente confiáveis, no sentido em que qualquer crença que ele forma sobre essa base sempre será correta. Além disso, ele não tem razão para pensar que há qualquer coisa errada com o termômetro. Mas, o termômetro está de fato estragado, e flutuando aleatoriamente dentro de dado intervalo. Sem que Temp saiba, há um agente escondido na sala que está controlando o termostato e cuja função é assegurar que toda vez que Temp consulta o termômetro a “indicação” no termômetro corresponde à temperatura na sala.⁵⁴ (Pritchard 2012, trad. 2016; p. 260 no original, pp. 160-161 na tradução)

Ora, se analisarmos com a devida atenção as premissas fundamentais deste caso-exemplo, podemos de facto averiguar que, sob a ótica da Epistemologia Antisorte baseada na condição da segurança epistêmica, não existe nada de epistemicamente problemático na formação das crenças-alvo sob análise. Sucedendo isto porque, com todo o efeito, os contornos deste caso estão configurados de tal modo que correspondem ao perfil modal relevante para a eliminação da sorte epistêmica verídica anuladora do conhecimento nos casos Gettier: pois os processos de formação de crenças utilizados por Temp na formação das suas crenças-alvo sobre a temperatura na sala em que está situado (ou seja, os processos percetuais e cognitivos que permitem a Temp consultar a temperatura da sala no termómetro) cumprem os requisitos do princípio da segurança, de tal maneira que, não

⁵⁴ O caso-exemplo do termómetro avariado volta a ser abordado, com contornos semelhantes ao caso paradigmático de Temp, em Pritchard 2017.

só no mundo real, como também no grupo de mundos possíveis mais próximos do mundo real, Temp forma crenças verdadeiras acerca da temperatura na sala mediante os mesmos processos de formação de crenças fiáveis aos quais recorre no mundo real.

Desta forma, Temp forma crenças-alvo que são seguras e impedem a intervenção da sorte epistémica verídica que gettierizaria a sua crença e a invalidaria como constituindo um conhecimento legítimo.

Contudo, se observarmos o exemplo mais atentamente após as considerações dos parágrafos anteriores, podemos verificar que, apesar de haver um impedimento da gettierização da verdade da proposição-alvo sob análise pela ação da sorte epistémica verídica, o cumprimento da condição antisorte ainda não é suficiente para podermos atribuir um conhecimento genuíno a Temp acerca das crenças-alvo formadas quanto à temperatura da sala. Isto acontece porque, neste exemplo concreto, verifica-se um incumprimento inegável da intuição da habilidade.

Ora, o incumprimento da intuição da habilidade no caso-exemplo de Temp manifesta-se no facto de o sucesso cognitivo do agente, nesta situação particular, nunca ser o produto da sua agência cognitiva relevante: sendo que este fenómeno se deve, evidentemente, ao simples motivo de que a verdade das crenças-alvo formadas acerca da temperatura atual da sala não é resultante do exercício das habilidades cognitivas mais relevantes e apropriadas de Temp para a situação epistémica na qual ele se encontra enquadrado (porque, tal como se encontra enunciado na descrição deste caso, o termómetro está de facto estragado e a funcionar indevidamente); mas antes a verdade das crenças-alvo deve-se à intervenção de um agente externo que manipula a temperatura do termómetro de maneira a corresponder à temperatura real da sala e, deste modo, assegurando que Temp forma sempre crenças verdadeiras neste assunto.

Sendo assim, segundo as consequências epistemológicas estipuladas, não podemos atribuir um conhecimento genuíno a Temp nestes casos, pois o seu sucesso cognitivo está ligado à ação de fatores externos à sua agência cognitiva, quando o sucesso cognitivo de Temp deveria estar diretamente ligado à sua agência cognitiva relevante⁵⁵.

⁵⁵ Esta ausência de conhecimento por parte de Temp, devido à intervenção de fatores externos à agência cognitiva relevante do agente, corresponde ao fenómeno da dependência epistémica negativa. Este fenómeno epistemológico explica o motivo pelo qual muitos agentes conhecedores que cumprem a condição da habilidade acabam por não possuir conhecimento acerca da verdade de uma dada proposição-alvo. A dependência epistémica negativa, bem como os seus efeitos epistemológicos, pode ser explicada *grosso modo* pelas duas seguintes passagens: “*Negative epistemic dependence*, in contrast, is where a

Daqui segue-se a conclusão de que um agente conhecedor não pode possuir um conhecimento legítimo acerca de uma dada crença-alvo em casos deste género porque o sucesso cognitivo em questão não reflete um feito cognitivo (*cognitive achievement*) genuíno do agente.

E, para além desta conclusão, segue-se ainda uma outra consequência desta leitura: tomando em consideração tudo o que confirmámos acerca do facto de a condição antisorte, por si só, não ser capaz de acomodar a intuição da habilidade, só podemos inferir desta linha de raciocínio que a atribuição de conhecimento a uma pessoa não pode depender unicamente de fatores puramente modais associados ao princípio da segurança, pois o sucesso cognitivo verificado no cumprimento do perfil modal relevante para a eliminação da sorte epistémica verídica nem sempre é derivado necessariamente de um feito cognitivo do agente conhecedor: um fenómeno que ocorreria se a intuição da habilidade fosse cumprida devidamente nos processos de anti-gettierização do conhecimento.

Consequentemente, torna-se uma tarefa fundamental procurar uma teoria do conhecimento que seja capaz de acomodar a intuição da habilidade, de forma a criar uma explicação epistemológica do conhecimento mais elaborada e completa que seja capaz de colmatar as falhas da Epistemologia Antisorte puramente modal que temos utilizado como ponto de referência até ao momento para a formulação de uma teoria antisorte capaz de combater a gettierização do conhecimento.

Ora, no que diz respeito a esta questão, a grande maioria dos epistemólogos contemporâneos asseveram que o grupo de teorias do conhecimento capaz de acomodar a intuição da habilidade é, de uma forma inquestionável, o grupo de teorias pertencentes ao âmbito geral da Epistemologia das Virtudes. Aliás, na realidade, a Epistemologia das Virtudes não só é capaz de acomodar devidamente a intuição da habilidade como também a torna no conceito central fundamentador das teorias do conhecimento inseridas no seu quadro referencial. Isso ocorre precisamente porque, de certa maneira, uma vez que o sucesso cognitivo de um agente conhecedor, na intuição da habilidade, é creditável ao

subject manifests a relatively high level of cognitive agency—i.e., of a level that would normally be comfortably enough to ensure knowledge—but where she nonetheless lacks knowledge due to extra-agential factors.” (Pritchard 2016, p. 3066); “Negative epistemic dependence can also be accounted for. If even a very high level of manifestation of relevant cognitive ability can be consistent with one’s cognitive success being a cognitive failure in close possible worlds, then there will be no particular level of manifestation of relevant cognitive ability which by itself can guarantee knowledge.” (*Ibidem*, p. 3068). Mais adiante irei explicar com uma análise mais aprofundada em que consiste este fenómeno epistemológico.

exercício das habilidades cognitivas mais relevantes e condutoras ao conhecimento num dado contexto epistemológico, então faz algum sentido equiparar as habilidades cognitivas em causa às virtudes epistêmicas caracterizantes das perspectivas teóricas das virtudes.

Por conseguinte, torna-se indispensável integrarmos a Epistemologia das Virtudes na nossa tarefa central da construção da abordagem epistemológica mais apta a resolver os casos do Problema de Gettier, sendo isso exequível mediante a adoção da intuição da habilidade como uma das condições epistêmicas mais fundamentais para o combate contra a gettierização do conhecimento: recebendo a intuição da habilidade, a partir deste momento, a designação de condição da habilidade.

Porém, tal como se verifica no caso da condição antisorte puramente modal, a condição da habilidade da Epistemologia das Virtudes, por si só, também não é suficiente para podermos atribuir conhecimento a um agente conhecedor acerca da verdade de uma crença-alvo que é formada de acordo com o cumprimento desta condição epistémica.

Esta invalidação do conhecimento ocorre como consequência de, em certos casos epistemologicamente problemáticos, embora o sucesso cognitivo do agente seja derivado da sua agência cognitiva relevante, ainda permanece por resolver o problema de que, nesse cumprimento da condição da habilidade, o feito cognitivo do agente protagonista está suscetível à ação de um grau substantivo de sorte epistémica verídica que gettieriza e invalida o estatuto epistémico da verdade da sua crença-alvo, transformando-a numa crença não-segura.

Ora, é exatamente isto que acontece nos cenários dos casos Gettier. Nesse aspeto, chamo a atenção dos leitores para um caso-exemplo Gettier proposto por Pritchard num dos seus artigos da segunda fase do desenvolvimento da sua Epistemologia Antisorte. O exemplo em questão ilustra adequadamente em que sentido um sucesso cognitivo que cumpra a condição da habilidade ainda está suscetível a ser gettierizado por não ter o perfil modal relevante e adequado para eliminar a sorte epistémica verídica aniquiladora do conhecimento presente nos casos Gettier:

ÁGUA: “Eu estou a beber um copo com água que acabei de despejar da garrafa. Ao meu lado está uma pessoa feliz que acabou de ganhar a lotaria. Se esta pessoa tivesse perdido a lotaria, ela teria poluído maliciosamente a minha água com uma toxina insípida, inodora e incolor. Mas já que ela ganhou a lotaria, ela não faz uma coisa dessas. Não obstante, ela

quase perdeu a lotaria. Agora, eu bebo a água pura e não-adulterada e julgo, verdadeiramente [...], que eu estou a beber água pura e não-adulterada. Mas a toxina não teria dado sabor à água, e portanto se a toxina tivesse entrado dentro da água, eu ainda teria acreditado falsamente que estava a beber água pura e não-adulterada [...] Apesar da falsidade da minha crença na possibilidade mais próxima, parece que, no caso atual, eu sei que estou a beber água pura e não-adulterada.” (Neta e Rohrbaugh 2004, pp. 399-400). (Pritchard 2015, p. 104)

Neste caso concreto, podemos efetivamente observar que o sucesso cognitivo do agente conhecedor (i.e., a sua formação da crença verdadeira de que está beber água pura e não-adulterada) é resultante do exercício das habilidades cognitivas mais relevantes e mais conducentes ao conhecimento que caracterizam a sua agência cognitiva relevante (neste exemplo, as habilidades cognitivas em questão manifestam-se nas percepções sensoriais do agente que o auxiliam a identificar água pura potável e diferenciá-la de água impura e insalubre para consumo). Neste sentido, poderíamos afirmar que o caso da água se trata de um caso epistemológico que traduz um verdadeiro feito cognitivo por parte do agente conhecedor, visto que a formação de uma crença verdadeira é efetuada por fatores agências que cumprem os requisitos epistémicos da condição da habilidade da Epistemologia das Virtudes.

Contudo, sob uma análise mais aprofundada, podemos confirmar que o cumprimento da condição da habilidade é insuficiente para podermos atribuir conhecimento ao agente protagonista neste caso particular. Sendo que isto é uma consequência evidente do facto de a crença-alvo formada pelo agente no caso de a água estar influenciada por um grau substantivo de sorte epistémica verídica, devido ao facto de a correspondente proposição-alvo não possuir os contornos modais correspondentes ao perfil modal relevante para a eliminação da sorte aniquiladora do conhecimento em questão.

A falha verificada neste exemplo que se manifesta no incumprimento dos requisitos modais postulados pelo princípio da segurança epistémica é facilmente comprovada pela simples razão de que, embora o agente protagonista tenha formado uma crença-alvo verdadeira no mundo real mediante as habilidades da sua agência cognitiva mais relevantes e apropriadas para esta situação, a realidade é que o próprio agente poderia muito facilmente ter formado uma crença falsa no conjunto de mundos possíveis

mais próximos do mundo real, mediante o exercício das mesmas habilidades cognitivas das quais faz uso no mundo real.

Esta insegurança da crença-alvo do agente é explicada por o seu sucesso cognitivo depender, parcialmente, do estado disposicional da pessoa sentada ao seu lado, devido a esta ter ganho a lotaria e, como consequência, não ter nenhuma intenção maliciosa de se vingar de uma hipotética derrota na lotaria ao envenenar o copo de água do agente com uma toxina potente e indetetável pelos meios sensoriais mais habitualmente utilizados no quotidiano do agente. No entanto, tal como o próprio Pritchard refere no enunciado do caso da água, a pessoa ao lado do agente protagonista poderia ter perdido a lotaria com bastante facilidade e, por conseguinte, poderia facilmente ter-se vingado dessa derrota ao envenenar a água do agente com a toxina: este fenómeno traduz-se, em termos modais, no facto de a pessoa ao lado do agente perder a lotaria no conjunto dos mundos possíveis mais próximos do mundo real e de, portanto, seguir-se a essa ocorrência haver uma maior proximidade modal dos mundos possíveis nos quais a pessoa envenena a água do agente protagonista com a toxina referida anteriormente.

Em suma, tal como ficou bastante explícito na análise detalhada dos parágrafos anteriores, e ao contrário das aparências iniciais, parece que a ligação do sucesso cognitivo de um agente conhecedor à sua agência cognitiva relevante não garante que possamos atribuir um conhecimento genuíno ao agente neste tipo de casos epistemológicos, pois nestes casos-exemplo está em falta o cumprimento da condição antisorte que impediria a gettierização do conhecimento da verdade da crença-alvo pela ação epistemicamente destrutiva da sorte epistémica verídica. E, como consequência disto, podemos afirmar a partir deste momento que, uma vez que não há nenhuma maneira simples de a condição da habilidade, por si só, acomodar a condição antisorte no seu quadro referencial, somos forçados a chegar à conclusão de que a formação de uma crença verdadeira nestas condições não reflete um verdadeiro feito cognitivo por parte do agente enquanto não houver uma forma de a condição central da Epistemologia das Virtudes acomodar a condição central da Epistemologia Antisorte modal no seu quadro conceptual.

Ora, se tomarmos em consideração todas as conclusões que foram formuladas neste subcapítulo até agora, depressa nos iremos aperceber de que a linha de investigação atual chegou a um impasse significativo: porquanto, o facto de nem a condição antisorte implicar logicamente de um modo necessário a condição da habilidade nem a condição da habilidade implicar numa relação lógica necessária consigo a condição antisorte leva

a que os epistemólogos atuais tenham bastantes dificuldades em atribuir conhecimento a alguém em qualquer caso epistemológico que possamos conceber, tanto sob uma perspectiva como sob a outra.

Para além disso, uma vez que não parece haver uma alternativa viável que consiga contornar estas dificuldades-chave, muitos epistemólogos contemporâneos estariam tentados a admitir que não pode haver um conhecimento epistemicamente legítimo em nenhuma circunstância e, portanto, não restaria outra escolha senão aceitar a tese do ceticismo radical de que não pode nunca haver um conhecimento legítimo e completo segundo estas consequências epistemológicas.

Contudo, e constituindo uma grande vantagem para a preservação da continuidade do projeto de investigação anti-Gettier, Pritchard foi capaz de contornar as dificuldades epistemológicas derivadas da adoção individual ou unicamente da Epistemologia Antisorte modal ou unicamente da Epistemologia das Virtudes para a construção de uma teoria anti-Gettier eficaz ao propor recentemente, no decurso da sua segunda fase da elaboração da Epistemologia Antisorte, uma nova teoria do conhecimento que possui alegadamente a capacidade de resolver a gettierização do conhecimento ao acomodar em simultâneo a Epistemologia Antisorte e a Epistemologia das Virtudes numa só teoria epistemológica.

Pritchard cunhou a sua nova teoria do conhecimento com o nome de Epistemologia das Virtudes Antisorte. Ora, tal como o próprio nome indica, esta teoria do conhecimento possui a dupla vantagem de acomodar ao mesmo tempo a condição antisorte e a condição da habilidade num só quadro referencial epistemológico, oferecendo ainda a vantagem secundária de preservar as exigências epistémicas individuais caracterizantes de cada uma das duas condições epistémicas em separado, sem obrigar os epistemólogos a formular novos critérios epistémicos que necessitam de ser satisfeitos para cumprir as duas condições epistémicas em simultâneo.

Relativamente a esta teoria do conhecimento anti-Gettier, a Epistemologia das Virtudes Antisorte é definida por Pritchard na sua obra através da seguinte formulação:

Epistemologia da virtude anti-sorte

S sabe que p se e somente se a crença segura de S de que p é produto de suas habilidades cognitivas relevantes (tal que seu sucesso cognitivo seguro é em um grau significativo

creditável à sua agência cognitiva).⁵⁶ (Pritchard 2012, trad. 2016; p. 273 no original, p. 173 na tradução)

Segundo a definição proposta por Pritchard, podemos verificar uma diferença fundamental entre os termos desta formulação da Epistemologia das Virtudes Antisorte e os termos da formulação principal da Epistemologia das Virtudes. Porquanto, tal como ocorre na Epistemologia das Virtudes simples, a Epistemologia das Virtudes Antisorte também sublinha a importância de o sucesso cognitivo de um agente conhecedor necessitar de ser derivado de uma manifestação clara e evidente da sua agência cognitiva relevante. No entanto, a Epistemologia das Virtudes Antisorte ultrapassa a Epistemologia das Virtudes num aspeto essencial. Para além da condição da habilidade estipulada, a nova teoria do conhecimento de Pritchard coloca igualmente a ênfase no facto de o sucesso cognitivo do agente necessitar de ser seguro: isto significa que o sucesso cognitivo do agente conhecedor necessita de ser derivado da sua agência cognitiva não só na sua situação atual no mundo real, como também o sucesso cognitivo em questão precisa de ser creditável à agência cognitiva do agente no conjunto de mundos possíveis mais próximos do mundo real. Deste modo, a Epistemologia das Virtudes Antisorte mostra-se capaz de evitar cair nos erros epistemológicos cometidos pela versão dita bruta, excessivamente simplista e não-refinada da Epistemologia das Virtudes tradicional, criando uma espécie de versão modalizada da Epistemologia das Virtudes que seja capaz de acomodar um sucesso cognitivo agencial fiável nos mundos possíveis mais próximos do mundo real.

Logo, de acordo com tudo o que temos estipulado até ao momento acerca desta nova abordagem ao conhecimento, podemos inferir que a Epistemologia das Virtudes Antisorte pretende combater a gettierização do conhecimento através de uma combinação de fatores do ambiente modal do agente conhecedor com fatores agenciais relacionados com as manifestações relevantes das habilidades do carácter cognitivo do agente conhecedor. Esta combinação epistemológica também pode ser traduzida em termos de uma combinação de fatores não-agenciais com fatores agenciais⁵⁷.

⁵⁶ Pritchard reinterpreta a sua definição da Epistemologia das Virtudes Antisorte noutro artigo da sua autoria, segundo termos semelhantes aos que utilizou em “Anti-Luck Virtue Epistemology”: “*Anti-Luck Virtue Epistemology*/ *S* knows that *p* iff *S*'s safe cognitive success is the manifestation of *S*'s relevant cognitive abilities, where this safe cognitive success is to a significant degree creditable to *S*'s manifestation of those cognitive abilities.” (Pritchard 2017, p. 64)

⁵⁷ Pritchard menciona esta caracterização da Epistemologia das Virtudes Antisorte na sua obra, segundo as seguintes palavras: “Elsewhere, I have put forward an account of knowledge that involves an interplay

De resto, para concluir esta secção de uma forma satisfatória, resta-me mencionar que uma outra motivação fundamental que me impeliu a aceitar a incorporação das teses da Epistemologia das Virtudes na Epistemologia Antisorte deve-se, sobretudo, ao facto de esta postura implicar a aceitação por parte dos agentes conhecedor do dever epistemológico de assumir um grau significativo de responsabilidade cognitiva pela formação de crenças verdadeiras seguras imunes à gettierização do conhecimento. Pois, o facto de o sucesso cognitivo seguro de um agente conhecedor remeter à sua agência cognitiva relevante possibilita que o próprio agente possa alegar ter uma posse cognitiva genuína das suas crenças verdadeiras imunes à sorte epistémica verídica aniquiladora de conhecimento, tornando as suas crenças-alvo anti-Gettier, num certo sentido, efetivamente *suas*.

Portanto, por causa de todos os benefícios teóricos associados à adoção da Epistemologia das Virtudes Antisorte como a teoria do conhecimento mais adequada para a resolução do Problema de Gettier, e de maneira a manter-me fiel ao fio condutor central da tese geral de Pritchard no que diz respeito à elaboração de uma teoria epistemológica antisorte capaz de se contrapor à gettierização do conhecimento, irei a partir deste momento tomar como ponto de partida a Epistemologia das Virtudes Antisorte como constituindo a metodologia mais eficaz para cumprir os objetivos centrais do projeto de investigação da anti-gettierização do conhecimento.

Nas próximas subsecções irei explorar em que medida poderemos fortalecer ainda mais o grau de responsabilidade cognitiva que um agente conhecedor poderá assumir sobre a formação das suas crenças-alvo candidatas a conhecimento, bem como irei igualmente expor o sentido pelo qual podemos conceber o lado teórico das virtudes do projeto da anti-gettierização do conhecimento sob uma perspectiva que torna mais robusto o grau pelo qual o sucesso cognitivo seguro do agente conhecedor é creditável à sua agência cognitiva relevante.

3.1.2 A sorte epistémica reflexiva e como a sua eliminação fundamenta uma responsabilidade cognitiva robusta

Referi no parágrafo conclusivo da subsecção anterior que pretendia explicar, a partir deste subcapítulo, em que sentido poderíamos fortalecer o grau de responsabilidade

between manifestations of cognitive agency and extra-agential factors-this is what I call an *anti-luck virtue epistemology*, for reasons that will shortly become apparent.” (Pritchard 2016, p. 3066)

cognitiva que um agente conhecedor poderia assumir sobre a verdade das suas crenças-alvo candidatas a conhecimento.

Ora, os leitores desta dissertação poderão questionar-se a si próprios sobre o modo como isso irá acontecer. E a essa questão respondo que, a fim de cumprir essa finalidade, pretendo explicar a maneira como a adição de uma condição epistémica internista à tese da Epistemologia das Virtudes Antisorte poderá resolver o problema-chave em causa.

Nesse sentido, tal como é defendido por alguns epistemólogos contemporâneos, creio que a condição epistémica internista sob análise é capaz de fortalecer o grau de responsabilidade cognitiva de um agente conhecedor sobre as suas crenças verdadeiras mediante a maneira como a condição internista elimina uma segunda variedade principal da sorte epistémica anuladora do conhecimento: uma variedade que recebe comumente o nome de sorte epistémica reflexiva. A sorte epistémica reflexiva encontra-se definida na obra de Pritchard pela seguinte formulação:

Para todos os agentes, ϕ , a verdade da crença de um agente numa proposição, ϕ , é reflexivamente sortuda se, e só se, a crença do agente de que ϕ é verdadeira no mundo real, mas, em quase todos os mundos possíveis consistentes com o que agente é capaz de saber só por meio da reflexão, se o agente fosse formar uma crença de que ϕ , essa crença seria falsa.⁵⁸ (Pritchard 2003, p. 122)

Antes de avançar no estudo do tópico-chave desta secção, devo esclarecer aos leitores da dissertação que, embora Pritchard tenha recorrido ao princípio da segurança para o auxiliar na formulação da definição da sorte epistémica reflexiva, as implicações epistemológicas da sorte epistémica reflexiva diferem em grande escala das implicações epistemológicas da sorte epistémica verídica que gettieriza o nosso conhecimento.

Esta afirmação significa que, ao contrário da sorte epistémica verídica, a sorte epistémica reflexiva não incide na fiabilidade epistémica do valor de verdade da própria crença-alvo, mas antes incide na fiabilidade epistémica das bases epistémicas internas que nos são reflexivamente acessíveis e que utilizamos para justificar a formação da proposição-alvo associada à crença-alvo candidata a conhecimento (sendo que estas bases epistémicas refletem, deste modo, a condição da justificação internista). Em muitos casos,

⁵⁸ É possível encontrar uma versão mais sucinta da definição do conceito da sorte epistémica reflexiva noutro dos trabalhos de Pritchard: “*Reflective epistemic luck/* Given only what the agent is able to know by reflection alone, it is a matter of luck that her belief is true.” (Pritchard 2005; 6.5., p. 175)

a intervenção da sorte epistémica reflexiva deve-se ao facto de não possuímos as bases epistémicas internas mais robustas e adequadas para justificarmos devidamente o motivo pelo qual defendemos a verdade das nossas crenças-alvo candidatas a conhecimento: com isto a suceder porque, muitas vezes, ou não temos um acesso reflexivo consciente a quaisquer bases epistémicas internas a favor da crença-alvo, ou acreditamos falsamente que as bases epistémicas internas que temos a favor da nossa crença-alvo são as bases justificativas corretas quando na realidade são outras bases internas completamente diferentes.

A fim de compreendermos melhor as consequências epistemológicas implicadas pela sorte epistémica reflexiva, devemos observar o que acontece no caso de estudo clássico das crenças-alvo formadas por uma *chicken-sexer*⁵⁹ quando ela desempenha as suas funções de distinguir os sexos dos pintainhos. Neste exemplo, estamos perante o caso de uma agente que formula crenças verdadeiras seguras acerca do sexo de cada pintainho, pois a própria *chicken-sexer* faz uso de processos de formação de crenças fiáveis que não só formam crenças-alvo verdadeiras no mundo real como também formam crenças-alvo verdadeiras no grupo de mundos possíveis mais próximos do mundo real.

Portanto, neste sentido, segundo uma leitura epistemologicamente externista deste exemplo, podemos alegar que a *chicken-sexer* possui um conhecimento genuíno sobre o valor de verdade das crenças que forma do sexo de cada pintainho, porquanto notamos o cumprimento em simultâneo das duas condições epistémicas nucleares da Epistemologia das Virtudes Antisorte: pois, por um lado, a condição antisorte é cumprida devidamente pelo facto de haver o cumprimento da condição da segurança, que assegura o impedimento da gettierização das crenças-alvo em questão pela influência da sorte epistémica verídica; e, por outro lado, nota-se o cumprimento da condição da habilidade pelo facto de a verdade segura das crenças-alvo ser o produto do exercício das habilidades cognitivas que compõem a agência cognitiva relevante da agente para este caso concreto. Por conseguinte, podemos igualmente afirmar que o caso da *chicken-sexer* se trata de um caso epistemológico anti-Gettier que cumpre todos os requisitos necessários e suficientes

⁵⁹ Não existe uma tradução literal deste termo para português, daí que eu tenha decidido transcrever este termo em inglês, i.e., na sua língua original. O termo “*chicken-sexer*” designa uma profissão na qual uma pessoa desempenha a tarefa de distinguir os pintainhos recém-nascidos pelo sexo, a fim de posteriormente os separar segundo o tipo de produtos de consumo que irão originar: os machos irão ser criados para a produção de carne de frango, enquanto que as fêmeas irão ser criadas para a produção de ovos.

para constituir um caso-exemplo que seja capaz de combater adequadamente o Problema de Gettier.

Contudo, existe ainda um outro detalhe que deve ser mencionado e que diz respeito a uma leitura deste caso-exemplo sob a perspectiva de um olhar epistemologicamente internista. Porquanto, efetivamente, importa sublinhar que faz parte do enunciado deste caso de estudo a condição adicional de que a *chicken-sexer* não tem uma posse cognitiva de nenhuma base epistémica reflexivamente acessível que possa justificar internamente de uma forma credível o valor de verdade das suas crenças-alvo formadas acerca do sexo dos pintainhos. Ou ainda, de um modo igualmente válido, a agente não tem uma posse cognitiva das bases epistémicas internas corretas: neste caso, a *chicken-sexer* pode julgar que formou crenças-alvo verdadeiras sobre o sexo dos pintainhos através de uma utilização fidedigna e apurada da sua visão e do seu tato, mas, na realidade, foi o seu olfato incomumente sensível que permitiu que esta agente conhecedora pudesse formar as crenças verdadeiras em questão (claro que, evidentemente, a *chicken-sexer* não tem nenhuma consciência interna reflexiva desta última realidade).

Logo, tomando em consideração o que foi exposto no parágrafo anterior, em conjugação com a definição de Pritchard da sorte epistémica reflexiva, tornou-se agora possível chegar à conclusão de que as crenças-alvo formadas pela *chicken-sexer* sobre o sexo dos pintainhos são reflexivamente sortudas. Sendo que isto acontece porque a verdade das crenças em questão, tomando como ponto de referência o tipo de bases epistémicas internas reflexivamente acessíveis (ou, nestas situações, reflexivamente inacessíveis) a favor das crenças-alvo, obteve-se no mundo real, mas no conjunto de mundos possíveis mais próximos do mundo real, nos quais as bases epistémicas internas utilizadas para justificar as crenças-alvo são as mesmas que as utilizadas no mundo real, a agente iria formar crenças falsas. Esta consequência manifesta-se no facto de as crenças-alvo em questão serem caracterizáveis como sendo crenças reflexivamente inseguras, devido ou à inexistência de bases epistémicas internas a favor da sua verdade ou à existência de bases internas com uma força epistémica demasiado fraca, ou inadequada, para constituírem uma justificação não-defeituosa das crenças-alvo sob análise.

Ora, segundo tudo o que se encontra estipulado até ao momento sobre crenças reflexivamente sortudas, e também em concordância com o enunciado do caso-exemplo da *chicken-sexer*, depressa se torna bastante claro e evidente o facto de que uma crença-

alvo candidata a conhecimento que seja reflexivamente sortuda (e portanto reflexivamente insegura) de um ponto de vista internista é perfeitamente compatível e pode coexistir com a sua caracterização externista como uma crença-alvo que constitua uma crença anti-Gettier veridicamente segura e caracterizável como sendo um conhecimento legítimo.

Por causa desta característica das crenças infetadas pela sorte epistémica reflexiva, torna-se uma tarefa fundamental expandir o contexto epistemológico dos agentes conhecedores que pretendem formar crenças verdadeiras passíveis de constituírem um conhecimento genuíno: neste caso, o próprio Pritchard faz uma referência à necessidade de incluir no contexto epistemológico de um agente conhecedor os mundos possíveis mais próximos do mundo real ordenados segundo o tipo de bases epistémicas reflexivamente acessíveis ao agente nestes mundos,⁶⁰ com estes mundos possíveis a necessitarem de ser acrescentados aos mundos possíveis mais próximos do mundo real ordenados segundo a sua proximidade modal relativamente ao contexto efetivo atual do agente.

Portanto, tomando em consideração o que abordámos até ao momento acerca do tópico de discussão principal sob análise, segue-se daqui a consequência epistemológica de que um agente conhecedor, mesmo não cumprindo a condição epistémica internista da justificação de uma forma apropriada, pode assumir um grau moderado de responsabilidade cognitiva pela formação de crenças verdadeiras que constituem conhecimento (numa perspetiva epistemologicamente externista, naturalmente): sendo que isto ocorre porque o agente cumpre o requisito antisorte que o ajuda a impedir a gettierização do estatuto epistémico das suas crenças-alvo pela intervenção da sorte epistémica verídica anuladora do conhecimento, bem como se verifica de igual modo que o agente cumpre a condição da habilidade por a verdade das suas crenças ser o resultado da sua agência cognitiva relevante.

Contudo, se adotarmos uma posição teórica mais exigente no que diz respeito aos critérios epistémicos que necessitam de ser cumpridos para haver uma posse de conhecimento, passamos a compreender que um agente conhecedor que não cumpra a

⁶⁰ “In essence, what is at issue in this type of epistemic luck is (...) rather that the agent’s belief fails to match the truth across a wide range of the relevant nearest possible worlds where these worlds are ordered in a non-standard way *solely in terms of what the agent is able to know by reflection alone in the actual world.*” (Pritchard 2005; 6.5., p. 175)/ “Essentially, the difference between reflective and veritic epistemic luck lies in how, for the former, the ordering of the possible worlds is determined purely in terms of what is known by reflection alone by the agent concerned, thereby capturing the idea that an agent’s belief can be subjectively lucky even if it is not objectively lucky.” (Pritchard 2007, p. 286)

condição internista da justificação não pode assumir um grau robusto de responsabilidade cognitiva pela formação de crenças verdadeiras que constituam um conhecimento legítimo. Pois, o simples facto de o agente nestes casos de estudo não possuir uma posse cognitiva reflexiva das bases epistémicas internas mais adequadas para uma justificação não-defeituosa da verdade das suas crenças-alvo não só deixa espaço para a sorte epistémica reflexiva intervir ao destruir o conhecimento por parte do agente da verdade das crenças-alvo de um ponto de vista internista, como também impossibilita que a verdade das mesmas crenças seja derivada da agência cognitiva relevante do agente.

Esta última característica deve-se, nesta leitura epistemologicamente internista, ao facto de o agente conhecedor não possuir as virtudes epistémicas, na sua interpretação mais robusta e genuína, que lhe concederiam o poder de ter uma consciência elevada e aguçada que o permitiria compreender e explicar o funcionamento dos mecanismos cognitivos que sustentam os processos de formação de crenças fiáveis que o conduziram à verdade da sua crença-alvo candidata a conhecimento. Neste sentido, então, o agente comporta-se de uma maneira demasiado epistemicamente viciosa para podermos afirmar que exhibe os traços de um carácter cognitivo suficientemente relevante para o próprio poder efetuar a devida justificação das suas crenças-alvo que se candidatam a entrar para o mercado do conhecimento.

Como consequência disto tudo, muitos epistemólogos contemporâneos cederam à tentação de formular uma nova interpretação teórica das virtudes internista epistemologicamente mais robusta do que a versão externista da Epistemologia das Virtudes mais simplista e somente aplicável às habilidades cognitivas pertencentes ao âmbito subpessoal (i.e. ao âmbito cognitivamente externo) do carácter cognitivo do agente conhecedor. Esta nova teoria do conhecimento recebe a designação de Epistemologia das Virtudes Responsabilista, ou Epistemologia das Virtudes Neoaristotélica.

Nesta altura passo a citar uma passagem de um dos textos da obra de Pritchard, na qual o próprio autor descreve sucintamente a implicação epistemológica principal da integração desta nova versão responsabilista da Epistemologia das Virtudes na análise do conhecimento. Na passagem está escrito o seguinte:

Nem todas as explicações teóricas das virtudes do conhecimento são modeladas em linhas fiabilistas, porém, e o trabalho mais recente na epistemologia das virtudes tem

tendido a movimentar-se na direção de uma versão epistemologicamente internista da tese que compreende as virtudes epistémicas de uma maneira que está mais em contacto com a nossa conceção normal delas, e que portanto não trata as meras faculdades cognitivas como virtudes epistémicas. Tais visões são frequentemente chamadas de ‘responsabilistas’ ou ‘neoristotélicas’ e sublinham que os agentes devem não só exibir traços cognitivos fiáveis mas que também devem estar numa posição para assumirem o tipo de responsabilidade reflexiva robusta pelas suas crenças verdadeiras que está notavelmente em falta em visões externistas do conhecimento. Uma vez que as virtudes epistémicas são traços cognitivos fiáveis que também exigem um certo nível de responsabilidade reflexiva por parte do agente, elas cabem perfeitamente na descrição. (Pritchard 2005; 7.3., pp. 194-195)

Ora, a descrição da Epistemologia das Virtudes Responsabilista elaborada por Pritchard parece sugerir a apresentação de uma solução válida para impedir que a sorte epistémica reflexiva destrua a obtenção de um conhecimento internista válido acerca da verdade das crenças-alvo candidatas a conhecimento, com isso a ser uma consequência do agente conhecedor mostrar-se capaz de assumir uma responsabilidade cognitiva robusta pela formação das suas crenças verdadeiras: e isto sucede pelo simples facto de as virtudes epistémicas, no seu sentido mais genuíno, assegurarem que o agente conhecedor possa ter uma posse cognitiva reflexiva dos mecanismos internos que explicam o funcionamento adequado das habilidades cognitivas que são utilizadas para formar as crenças-alvo verdadeiras em questão.

No entanto, tal como Pritchard refere corretamente no seu trabalho, não podemos tratar as virtudes epistémicas como sendo simples faculdades cognitivas formadoras de crenças, pois isso representa um mero feito cognitivo a nível subpessoal e não um verdadeiro feito cognitivo a nível pessoal (interno), que é considerado pelos epistemólogos responsabilistas como constituindo um feito epistémico autenticamente virtuoso. Antes, as virtudes epistémicas necessitam de ser concebidas segundo uma interpretação aristotélica do seu conceito: ou seja, precisam de ser concebidas como sendo virtudes intelectuais que constituem traços permanentes e duradouros do carácter cognitivo do agente conhecedor, bem como é igualmente fundamental que o agente tenha

a capacidade de assumir um grau forte de responsabilidade cognitiva reflexiva sobre esses traços essenciais do seu carácter cognitivo⁶¹.

Um caso epistemológico que ilustra adequadamente este género de feitos cognitivos virtuosos, no seu sentido mais estrito, é exemplificado por um contraexemplo ao caso da *chicken-sexer* que abordámos anteriormente neste subcapítulo, e que é igualmente apresentado por Pritchard na sua obra: refiro-me, para todos os efeitos, ao caso de uma *chicken-sexer* “iluminada” (*enlightened*).

Ora, o caso de uma *chicken-sexer* iluminada é igual em todos os aspetos ao caso-exemplo original, exceto num detalhe crucial: pois, ao contrário da *chicken-sexer* original, a *chicken-sexer* iluminada possui um acesso reflexivo às bases epistémicas internas mais robustas e apropriadas para poder justificar de uma forma não-defeituosa as crenças-alvo que forma acerca do sexo dos pintainhos que são distinguidos uns dos outros por meio da separação entre machos e fêmeas. Este detalhe, por seu turno, leva a uma nova caracterização da agente protagonista original como sendo a *chicken-sexer* “ingénua”, precisamente por esta não possuir um acesso reflexivo às bases epistémicas internas que justificariam a verdade das suas crenças-alvo de uma forma epistemicamente apropriada.

Portanto, segundo a leitura teórica das virtudes robusta exposta nos parágrafos anteriores, torna-se bastante claro e evidente que a *chicken-sexer* iluminada forma as suas crenças-alvo de uma maneira epistemicamente mais virtuosa e cognitivamente mais responsável do que a *chicken-sexer* ingénua, porquanto a *chicken-sexer* iluminada possui as virtudes epistémicas que lhe permitem tomar uma posse cognitiva reflexiva robusta sobre as bases epistémicas internas que a ajudam a justificar a verdade das suas crenças-alvo de uma forma não-defeituosa e que, por conseguinte, levam a que a *chicken-sexer* iluminada adquira um sucesso cognitivo que consegue eliminar a sorte epistémica reflexiva anuladora do conhecimento de uma perspetiva epistemologicamente internista.

Nada disto acontece no caso da *chicken-sexer* ingénua, pois esta não possui as virtudes epistémicas necessárias para tomar a mesma posse cognitiva reflexiva robusta

⁶¹ “Such views are, to varying extents, approximations to an Aristotelian virtue-theoretic account of knowledge that conceives of intellectual virtues in terms of processes at the personal level – *traits of character* – that agents are, at least in some sense, responsible for.” (Pritchard 2003, p. 124)/ “Such views are often called ‘responsibilist’ or ‘neo-Aristotelian’ and stress that agents should not only exhibit reliable cognitive traits but that they should also be in a position to take the kind of robust reflective responsibility for their true beliefs that is noticeably lacking in externalist views of knowledge.” (Pritchard 2005; 7.3., pp. 194-195)

sobre quaisquer bases epistémicas internas a favor da verdade das suas crenças-alvo: daqui se segue que a *chicken-sexer* ingénuo forma crenças-alvo de uma forma epistemicamente viciosa e que não impede a intervenção da sorte epistémica reflexiva nos processos de formação de crenças, levando posteriormente à destruição do conhecimento da agente da verdade das suas crenças-alvo de uma perspectiva internista.

Para concluir esta subsecção da dissertação, resta-me afirmar como o caso da *chicken-sexer* iluminada demonstra na perfeição em que medida o acrescento de uma condição internista à tese central da Epistemologia das Virtudes Antisorte reforça o valor do estatuto epistémico da verdade das crenças anti-Gettier adquiridas neste contexto epistemológico. Porque, por um lado, o acrescento da condição internista reforça o cumprimento da condição antisorte pelo facto de assegurar não apenas a eliminação da sorte epistémica verídica como também a eliminação da sorte epistémica reflexiva. E, por outro lado, verifica-se igualmente o reforço do cumprimento da condição da habilidade pelo acrescento da condição internista, pois o facto de o sucesso cognitivo do agente conhecedor resultar de uma agência cognitiva relevante que se encontra radicada nas virtudes epistémicas associadas a feitos cognitivos a um nível pessoal impõe um maior grau de responsabilidade epistémica ao agente pela formação de crenças verdadeiras anti-Gettier de uma forma que não se verifica na responsabilidade cognitiva modesta resultante de um sucesso cognitivo derivado de uma agência cognitiva relevante radicada meramente nas habilidades cognitivas associadas a feitos cognitivos a um nível subpessoal.

De todas estas considerações resulta a conclusão de que a adoção de uma condição internista no quadro referencial da Epistemologia das Virtudes Antisorte cria uma situação epistemológica mais robusta e desejável do que a mera leitura externista desta teoria do conhecimento.

Contudo, embora a integração de uma posição epistemologicamente internista na Epistemologia das Virtudes Antisorte reforce a robustez do feito cognitivo resultante da formação de crenças verdadeiras anti-Gettier neste quadro referencial, não concordo com a ideia de que é obrigatório adicionar uma condição internista para lidarmos devidamente com a gettierização do conhecimento humano.

Pois, tal como se tem vindo a observar no decurso desta dissertação, a variedade principal da sorte epistémica que gettieriza o conhecimento (i.e., a sorte epistémica

verídica) já é anulada de um modo apropriado mediante a versão externista da Epistemologia das Virtudes Antisorte que temos utilizado até agora como o nosso ponto de referência principal. Sendo que isto acontece, sobretudo, como já vimos anteriormente, não só pelo remetimento do sucesso cognitivo das crenças anti-Gettier à agência cognitiva relevante dos agentes conhecedores, como igualmente pelo cumprimento do princípio da segurança epistémica: com este último princípio epistemológico a assegurar a firmeza e a estabilidade da verdade das crenças-alvo anti-Gettier no mundo real e na sua vizinhança modal (ou seja, no grupo de mundos possíveis mais próximos do mundo real).

Portanto, eu defendo a noção de que a interpretação epistemologicamente externista da Epistemologia das Virtudes Antisorte por si própria é suficiente para solucionar os casos problemáticos mais predominantes do Problema de Gettier, com os agentes conhecedores a necessitarem de assumir somente um grau modesto de responsabilidade cognitiva pela formação das suas crenças verdadeiras anti-Gettier.

No entanto, não estou a retirar o mérito à versão epistemologicamente internista da Epistemologia das Virtudes Antisorte. Pois, apesar do que asseverei nos parágrafos anteriores, creio que uma leitura internista desta teoria do conhecimento pode efetivamente ser útil para criar uma teoria epistemológica mais satisfatória e desejável para a eliminação de todas as possibilidades de erro derivadas da intervenção da sorte epistémica reflexiva na aniquilação do conhecimento das bases epistémicas internas que são utilizadas para justificar a crença na verdade de uma dada proposição-alvo anti Gettier. Antes, apenas defendo a ideia de que a adoção de uma posição epistemologicamente internista na tarefa da resolução do Problema de Gettier é um requisito opcional, que pode ser optado pelos epistemólogos que desejem formular uma teoria do conhecimento anti-Gettier mais completa e intelectualmente satisfatória, no caso de não ficarem satisfeitos com a mera eliminação da sorte epistémica verídica efetuada pela versão externista da Epistemologia das Virtudes Antisorte.

3.2 A Epistemologia das Virtudes Modesta contra a Epistemologia das Virtudes Robusta

A discussão sobre o papel desempenhado pela Epistemologia das Virtudes na tarefa da anti-gettierização do conhecimento, porém, ainda não está devidamente finalizada. Na realidade, ainda resta abordar um tema que creio ser fundamental para a

compreensão da verdadeira natureza do papel desempenhado pela agência cognitiva dos agentes protagonistas de casos epistemológicos anti-Gettier para a obtenção de um conhecimento legítimo.

Neste sentido, remeto a atenção dos leitores desta dissertação para o debate que diz respeito à leitura da Epistemologia das Virtudes mais adequada que devemos optar para integrar o lado teórico das virtudes da Epistemologia das Virtudes Antisorte: neste caso, refiro-me ao dilema sobre se devemos adotar a Epistemologia das Virtudes Modesta ou a Epistemologia das Virtudes Robusta para constituir a abordagem teórica das virtudes da Epistemologia das Virtudes Antisorte.

De modo a facilitar aos leitores desta dissertação a tarefa da compreensão da natureza deste debate, é meu dever esclarecer em que consiste ao certo cada uma destas duas vertentes da abordagem teórica das virtudes sob análise.

Em primeiro lugar, temos o caso de estudo da Epistemologia das Virtudes Modesta (ou Epistemologia das Virtudes Fraca). De uma forma muito sucinta, esta leitura teórica das virtudes consiste na mera afirmação de que o sucesso cognitivo de um agente conhecedor deve ser minimamente creditável, de uma maneira clara e evidente, ao exercício ativo das habilidades cognitivas pertencentes à sua agência cognitiva relevante. No entanto, esta interpretação recebe a designação de “modesta” porque a agência cognitiva do agente conhecedor não é o principal fator epistémico, e muito menos o único fator em ação, responsável pela formação de crenças verdadeiras anti-Gettier candidatas a conhecimento: antes, as habilidades cognitivas pertencentes ao carácter cognitivo do agente, na maioria das vezes, trabalham em conjunção com outros fatores epistémicos para assegurar que os sujeitos conhecedores manifestam um feito cognitivo genuíno e imune à gettierização do conhecimento.

Ora, é precisamente esta leitura moderada da Epistemologia das Virtudes que integra a componente teórica das virtudes da Epistemologia das Virtudes Antisorte, tal como a temos elaborado e analisado no decurso deste trabalho. Pois, segundo tudo o que estipulámos até ao momento acerca desta teoria do conhecimento, a agência cognitiva relevante do agente conhecedor não é o fator epistémico principalmente responsável pelo seu sucesso cognitivo na formação de crenças verdadeiras anti-Gettier. Na realidade, tal como muito bem sabemos, a agência cognitiva do agente une os seus esforços com o cumprimento do princípio modal da segurança epistémica caracterizante da

Epistemologia Antisorte, a fim de o agente não assegurar apenas um mero sucesso cognitivo simples (i.e., um sucesso cognitivo somente aplicável à situação atual do agente no mundo real) mas sim trata-se de a combinação dos elementos epistémicos em questão garantir que o agente obtenha um sucesso cognitivo seguro, no qual o próprio agente forma crenças verdadeiras seguras que sejam derivadas da sua agência cognitiva relevante e sejam, ao mesmo tempo, imunes à sorte epistémica verídica gettierizadora do conhecimento.

Depois, por outro lado, a Epistemologia das Virtudes Robusta (ou Epistemologia das Virtudes Forte) exige aquilo que precisamente se encontra ausente na sua versão modesta. Ou seja, esta perspectiva mais radical da Epistemologia das Virtudes exige que o sucesso cognitivo do agente conhecedor seja principalmente, e de certo modo exclusivamente, creditável à sua agência cognitiva relevante. Neste sentido, a Epistemologia das Virtudes Robusta atribui ao carácter cognitivo do agente o estatuto de explicador mais fundamental da obtenção de uma crença verdadeira anti-Gettier, equiparando-se a relação entre a agência cognitiva relevante e o seu sucesso cognitivo à relação do par causa/efeito (com a agência cognitiva relevante a corresponder à causa e o sucesso cognitivo ao seu efeito)⁶². No quadro referencial desta leitura robusta da Epistemologia das Virtudes, como regra geral, não é admissível a factorização de outros fatores epistémicos como constituindo forças causais explicativas do sucesso cognitivo anti-Gettier dos agentes conhecedores, com a evidente exceção da sua agência cognitiva relevante.

Ora, por um lado, se nos cingirmos a uma interpretação superficial desta teoria do conhecimento, a Epistemologia das Virtudes Robusta parece constituir uma abordagem teórica das virtudes perfeitamente válida e adequada para substituir a sua contraparte

⁶² “In particular, it has been suggested that we should regard the cognitive success as being the product of the relevant cognitive abilities in the sense that the exercise of those cognitive abilities is the overarching *explanation* for the agent’s cognitive success, such that the cognitive success is primarily creditable to her cognitive agency. [...] Call the view that knowledge is cognitive success that is because of the exercise of the relevant cognitive abilities *strong virtue epistemology*.” (Pritchard 2012, trad. 2016; p. 264, 265 no original, p. 165 na tradução)/ “Indeed, I’ve argued elsewhere that in such cases the subject exhibits a genuine *cognitive achievement* – i.e., a cognitive success that is sufficiently due to one’s exercise of cognitive agency that it counts as being *because of* one’s cognitive agency.” (Pritchard 2015, p. 105)/ “Instead, what is required is an account of knowledge which demands that the subject’s cognitive success stands in an appropriate relation to her exercise of cognitive agency. This is usually glossed as the claim that the cognitive success should be *because of* cognitive agency. The most natural reading of ‘because of’ in this context is in terms of causal explanation. So to say that the subject’s cognitive success is because of her cognitive agency is to say that her cognitive agency plays an overarching role in the causal explanation of her cognitive success.” (Pritchard 2017, p. 61)

mais modesta e para, subsequentemente, ser integrada no quadro conceptual da Epistemologia das Virtudes Antisorte. Sucedendo isto pela simples razão de o remetimento completo do sucesso cognitivo anti-Gettier do agente conhecedor ao seu carácter cognitivo relevante, nesta leitura teórica das virtudes forte, implicar um reforço da força epistémica do feito cognitivo resultante desta operação cognitiva: porquanto, nestes casos, o agente conhecedor é impelido a assumir uma responsabilidade cognitiva total pela formação das suas crenças-alvo verdadeiras que são candidatas fortes a constituírem um conhecimento legítimo.

Este fenómeno não acontece na Epistemologia das Virtudes Modesta, pois o facto de o sucesso cognitivo anti-Gettier, nestes casos, se dever à influência de outros elementos epistémicos para além da agência cognitiva relevante do agente conhecedor (ao invés de se dever principalmente a esta última componente) tem como consequência o facto de que o agente conhecedor assume apenas uma responsabilidade cognitiva parcial pelo seu feito cognitivo, em vez de assumir uma responsabilidade cognitiva mais robusta e completa.

Porém, apesar de a vantagem epistemológica associada à adoção da Epistemologia das Virtudes Robusta ser apelativa para os epistemólogos que desejem perseguir uma abordagem puramente teórica das virtudes do conhecimento, esta versão radical da Epistemologia das Virtudes apresenta duas grandes desvantagens teóricas que me levam a argumentar contra a integração desta teoria do conhecimento no quadro referencial da Epistemologia das Virtudes Antisorte, preferindo antes optar pelo enquadramento da Epistemologia das Virtudes Modesta na nossa tarefa da elaboração de uma teoria epistemológica adequada que possa combater a gettierização do conhecimento.

Relativamente a este tópico de discussão, a primeira falha da Epistemologia das Virtudes Robusta consiste precisamente no facto de que esta abordagem epistemologicamente extrema se mostra incapaz de resolver na totalidade, e de uma forma adequada e satisfatória, os casos problemáticos pertencentes ao âmbito do Problema de Gettier, muito ao contrário do que era previamente aparente à primeira vista. Este defeito deve-se, sobretudo, ao simples motivo de que o princípio-chave da Epistemologia das Virtudes Robusta (i.e., o de que o sucesso cognitivo do agente é principalmente creditável à sua agência cognitiva relevante) descreve falsamente o fenómeno epistémico principal responsável pela formação de crenças verdadeiras anti-Gettier candidatas a conhecimento.

Pois já observámos dois casos concretos nos quais houve a produção de um sucesso cognitivo resultante da agência cognitiva relevante do agente conhecedor que protagoniza cada um dos casos em questão (refiro-me, claramente, ao caso-exemplo tipo Gettier paradigmático proposto por Zagzebski na sua obra, bem como ao caso ÁGUA apresentado por Pritchard no seu trabalho e que abordámos anteriormente nesta dissertação⁶³). No entanto, o carácter cognitivo relevante que traduz a essência da agência cognitiva do agente não é o principal fator responsável pelo seu sucesso cognitivo em cada um dos dois casos particulares sob análise: porquanto, em ambos os casos, embora a agência cognitiva relevante do agente protagonista tenha desempenhado um papel importante na obtenção do sucesso cognitivo alvo que se pretendia adquirir em cada um dos casos, a realidade é que o mesmo sucesso cognitivo é explicado fundamentalmente pela intervenção da sorte epistémica verídica que desafia o perfil modal normal do contexto epistemológico no qual o agente está inserido, e que assegura que o valor de verdade da crença-alvo formada foi obtido por uma questão de sorte.

Ora, se considerarmos com a devida atenção as implicações epistemológicas desta visão, rapidamente nos apercebemos que a Epistemologia das Virtudes Robusta corresponde, de um modo geral, à adoção de uma postura puramente teorética das virtudes relativamente à análise do conhecimento humano, sem incluir nenhuma das componentes teóricas integrantes da Epistemologia Antisorte baseada no princípio da segurança epistémica. Consequentemente, devido a esta característica, a versão robusta da Epistemologia das Virtudes tem como base fundacional uma intuição da habilidade que não consegue de todo acomodar a intuição antisorte, um requisito epistémico essencial para evitar a gettierização do conhecimento. E é precisamente por este motivo que os agentes conhecedores que se enquadram no quadro referencial da Epistemologia das Virtudes Robusta, no que diz respeito à formação de crenças verdadeiras candidatas a conhecimento, nunca poderão adquirir verdadeiramente um sucesso cognitivo seguro anti-Gettier que possa ser classificado como um conhecimento epistemicamente genuíno.

Daqui se segue que acabei de expor a primeira razão pela qual eu próprio, tal como Pritchard e muitos outros epistemólogos contemporâneos, rejeito a adoção da Epistemologia das Virtudes Robusta como a abordagem mais apropriada para constituir a componente teorética das virtudes da Epistemologia das Virtudes Antisorte.

⁶³ Cf. secção 3.1.1. desta dissertação.

Depois, por outro lado, a segunda falha principal caracterizante da Epistemologia das Virtudes Robusta tem a ver com o facto de esta leitura da componente teórica das virtudes do conhecimento não ser capaz de explicar o modo como o conhecimento legítimo depende, parcialmente, de fatores pertencentes ao ambiente epistémico externo do agente conhecedor (sendo que isto traduz-se no facto de o conhecimento depender, em parte, de fatores localizados fora da agência cognitiva relevante do agente): esta característica manifesta-se na incapacidade da interpretação robusta da Epistemologia das Virtudes em acomodar o fenómeno epistemológico designado pelo nome de dependência epistémica.

Pritchard exprime este argumento no seu trabalho e apresenta, em simultâneo, a sua definição do conceito de dependência epistémica, dividindo-a em duas sub-categorias que se afiguram indispensáveis para uma compreensão completa deste fenómeno epistémico:

Efetivamente, tal como argumentei extensivamente em outros lados, o problema geral que confronta a epistemologia das virtudes robusta é o de que não consegue acomodar o fenómeno da *dependência epistémica*, onde isto significa o ponto até ao qual o conhecimento depende de fatores (para além da verdade da crença-alvo) extrínsecos à agência cognitiva de uma pessoa. Tal dependência vem tanto sob uma forma negativa como sob uma forma positiva. A dependência epistémica positiva diz respeito a casos nos quais uma pessoa exhibe um nível baixo de agência cognitiva que normalmente não seria suficiente para conhecimento, mas nos quais sabe não obstante devido a fatores fora da sua própria agência cognitiva⁶⁴. A dependência epistémica negativa, em contraste, diz respeito a casos nos quais uma pessoa exhibe um nível elevado de agência cognitiva que normalmente seria suficiente para conhecimento, mas nos quais tem falta de conhecimento não obstante devido a fatores fora da sua própria agência cognitiva. (Pritchard 2017, p. 61)

Relativamente a este tópico de discussão, existem dois casos epistemológicos conhecidos que ilustram na perfeição o poder exercido pela dependência epistémica na tarefa da obtenção de um conhecimento epistemicamente válido.

⁶⁴ O conceito da dependência epistémica positiva já se encontrava definido num dos trabalhos anteriores de Pritchard, segundo condições semelhantes: “*Positive epistemic dependence* is when a subject manifests a relatively minimal level of cognitive agency – i.e., of a level that would not normally suffice for knowledge – but where she knows nonetheless due to extra-agential factors.” (Pritchard 2016, p. 3066)

O primeiro exemplo é um caso Gettier, e diz respeito à influência da dependência epistémica negativa na aquisição de conhecimento, consistindo o enunciado do exemplo no caso de um homem que forma uma crença-alvo acerca de um celeiro que está à sua frente e que está atualmente a ver com os seus próprios olhos.⁶⁵ Nesta situação, o agente forma uma crença-alvo verdadeira, pois está mesmo a perceber um celeiro real à sua frente, tal como é igualmente verdade que o sucesso cognitivo associado à formação da crença-alvo em questão é o resultado direto da agência cognitiva relevante do agente, porquanto a verdade da correspondente proposição-alvo é resultante do exercício relevante das faculdades perceptivas visuais do agente, sendo que estas estão a funcionar normalmente e sem nenhuma perturbações significativas, num meio ambiente perfeitamente adequado ao uso das mesmas.

Contudo, sem que o mesmo o saiba, o homem protagonista deste caso-exemplo encontra-se atualmente no território de um condado que é conhecido por os seus habitantes terem construído uma quantidade de celeiros falsos vastamente superior à quantidade de celeiros reais (com a finalidade de darem a impressão aos visitantes do condado de que há uma maior prosperidade e que se presenciou um crescimento económico notável comparativamente ao que se observou no passado), com o rácio celeiros reais/celeiros falsos a pender tão desproporcionadamente na direção dos celeiros falsos que o agente, bem como qualquer outra pessoa, encontrará com bastante mais facilidade no condado um celeiro falso, em vez de encontrar com mais facilidade um celeiro real.

Ora, tomando em consideração as premissas do caso do celeiro, podemos afirmar com toda a segurança que estamos perante uma situação epistemológica na qual o agente protagonista não adquire um conhecimento válido sobre a verdade da sua crença-alvo devido à presença de um fenómeno de dependência epistémica negativa.

Pois, embora o agente tenha exibido as capacidades cognitivas (as suas faculdades visuais) mais relevantes para a aquisição de conhecimento sobre a verdade da sua crença-alvo, de tal forma que a sua agência cognitiva teria sido suficientemente robusta em condições normais para a obtenção de um conhecimento válido, a realidade é que esse facto por si só não lhe garantiu a posse cognitiva da verdade da proposição-alvo de que

⁶⁵ O caso-exemplo do celeiro tem o seu enunciado escrito e é devidamente tratado como um caso de estudo de uma situação epistemológica tipo Gettier em Chisholm 1989, Zagzebski 1994, Heller 1999, Pritchard 2005, Pritchard 2012, Pritchard 2015, Pritchard 2016 e Pritchard 2017.

está a ver um celeiro real à sua frente: sucedendo isto porque o meio ambiente onde o agente conhecedor forma a sua crença é tão epistemologicamente hostil (manifestando-se essa hostilidade na presença avassaladora de celeiros falsos comparativamente à presença insignificamente ínfima de celeiros reais) que cria a tendência de o agente formar crenças-alvo falsas no conjunto de mundos possíveis mais próximos da sua situação atual (i.e., no conjunto de mundos possíveis mais próximos do mundo real, o agente tenderá a acreditar falsamente que está a ver um celeiro real, quando na realidade está a ver um celeiro falso), traduzindo-se isso numa crença-alvo manifestamente insegura.

Portanto, a dependência epistémica negativa sob análise pode ser resumida pelo fenómeno de que, apesar de o sucesso cognitivo do agente se dever, até certo ponto, à sua agência cognitiva relevante, no final de contas o próprio não possui conhecimento sobre a verdade da sua proposição-alvo por causa de fatores pertencentes ao seu ambiente epistémicos, fora do seu carácter cognitivo: pois, tal como foi possível verificar, o ambiente epistémico modal do agente protagonista está configurado de tal modo que a elevada proximidade de erro na formação de crenças candidatas a conhecimento permite a interferência de uma sorte epistémica verídica ambiental, levando à subsequente aniquilação do conhecimento da verdade da crença-alvo em questão através da sua gettierização.

Importa destacar que o fenómeno da dependência epistémica negativa descreve com toda a precisão todos os casos Gettier que cumprem a condição da habilidade, mas que não cumprem a condição antisorte. Ora, continuando ainda no mesmo assunto de análise, a Epistemologia das Virtudes Robusta tem dificuldades em responder satisfatoriamente à dependência epistémica negativa por dois motivos principais.

Em primeiro lugar, o princípio central da Epistemologia das Virtudes Robusta não é de maneira nenhuma aplicável para descrever corretamente as implicações epistemológicas da dependência epistémica negativa presente nos casos Gettier com contornos semelhantes ao caso do celeiro, sucedendo isto porque não podemos afirmar que o sucesso cognitivo alvo do agente conhecedor no caso do celeiro seja principalmente creditável ao exercício relevante da sua agência cognitiva (ou seja, que a agência cognitiva relevante do agente seja o explicador fundamental principal do seu sucesso cognitivo), mas antes o sucesso cognitivo resulta de uma combinação da agência cognitiva do agente e da sorte epistémica verídica ambiental, com este último fator a

assegurar que se trata de uma questão de sorte que o agente protagonista tenha formado uma crença verdadeira quanto à sua percepção de um celeiro real, tendo em conta o ambiente epistémico hostil onde o próprio está atualmente situado.

Depois, em segundo lugar, a solução proposta pela Epistemologia das Virtudes Robusta para a resolução da anulação do conhecimento presente na dependência epistémica negativa não se apresenta como constituindo uma solução credível e realista para o problema epistemológico em causa. Nos casos Gettier que mostram contornos semelhantes ao caso do celeiro, a aquisição de um conhecimento válido exige um refinamento radical das habilidades cognitivas relevantes normais do agente, pelo simples motivo de que estas não são suficientemente robustas para se adaptarem às condições epistemologicamente hostis dos ambientes epistémicos incomuns nos quais o agente se encontra inserido.

Claro que, evidentemente, as habilidades cognitivas normais do agente conhecedor seriam fortes o suficiente para adquirir conhecimento em ambientes epistémicos normais e mais amigáveis, mas nestas situações é necessário desenvolver traços cognitivos individuados de uma forma muito específica para contornar as dificuldades levantadas pela hostilidade dos ambientes epistémicos do mesmo género que o do caso do celeiro.

Contudo, existe um problema associado à adoção desta postura da Epistemologia das Virtudes Robusta na tarefa da resolução da anulação do conhecimento na dependência epistémica negativa. Porque, correspondente às expectativas mais habituais, os agentes conhecedores não irão refinar e individuar as capacidades cognitivas normais pertencentes à sua agência cognitiva relevante sem serem devidamente informados de que estas não serão suficientes para adquirir um conhecimento legítimo no contexto do seu ambiente epistémico atual: no caso-exemplo do celeiro, o agente protagonista não irá refinar e individuar as suas habilidades cognitivas normais de observação de celeiros para se ajustarem ao ambiente epistémico hostil onde este se encontra, pois o próprio agente não tem a posse cognitiva de nenhuma informação fiável de que se encontra num condado onde encontrará com bastante mais frequência celeiros falsos do que celeiros reais, portanto não terá nenhuma razão para desenvolver as suas capacidades cognitivas a fim de distinguir celeiros falsos de celeiros reais, pois o agente acredita que todos os celeiros que encontrará serão celeiros reais.

Neste sentido, a segunda grande falha da Epistemologia das Virtudes Robusta em lidar com casos de dependência epistémica negativa pode-se resumir, em grande medida, no simples facto de esta leitura da componente teórica das virtudes do conhecimento exigir aos agentes conhecedores que estes sejam sensíveis às condições do seu ambiente epistémico atual (i.e., que sejam capazes de distinguir se se encontram num ambiente epistémico amigável, ou num hostil), e que subsequentemente se mostrem capazes de adequar o grau de sofisticação cognitiva das suas habilidades agenciais de modo a se adequarem ao seu ambiente epistémico.

Contudo, tal como o argumento anterior demonstrou, os agentes não são de maneira nenhuma sensíveis ao tipo de ambiente epistémico no qual estão situados, e, por conseguinte, não são capazes de adequar as suas capacidades cognitivas ao seu ambiente, porque estes não têm nenhuma razão para acreditar que necessitam de melhorar a força das suas habilidades agenciais para adquirirem um conhecimento epistemicamente legítimo sobre a verdade das suas crenças-alvo. Daí que, se quisermos resolver adequadamente a problemática da dependência epistémica negativa, iremos necessitar de formular uma condição teórica das virtudes menos exigente e mais moderada quanto ao grau de refinamento das habilidades cognitivas do agente conhecedor.

Agora, prosseguindo na discussão do fenómeno da dependência epistémica, devemos abordar a segunda variedade principal deste princípio epistemológico: a dependência epistémica positiva. A fim de esclarecer as implicações epistemológicas envolvidas por casos de estudo dominados por este fenómeno, gostaria de direccionar a atenção dos leitores para um caso de conhecimento testemunhal no qual está implicado um elevado grau de confiança do agente conhecedor num informante epistemologicamente amigável e bem informado relativamente ao assunto que se pretende conhecer. Pritchard expõe um destes casos epistemológicos na sua obra, na seguinte passagem:

Jenny

Jenny desce do trem em uma cidade que não conhece e pergunta por direções à primeira pessoa que encontra. A pessoa a quem ela pergunta é de fato bem informada sobre a área, e solícitamente lhe indica as direções. Jenny acredita no que lhe é dito e segue seu caminho para o destino pretendido.

(Pritchard 2012, trad. 2016; p. 269 no original, p. 169 na tradução)

Ora, o enunciado deste caso de crença testemunhal demonstra que a agente protagonista, Jenny, possui um conhecimento legítimo acerca da localização do seu destino no interior da cidade à qual chegou de comboio, devendo-se este conhecimento à ação do fator da dependência epistémica positiva sobre o seu sucesso cognitivo: porquanto, nesta situação, Jenny não exhibe um nível particularmente elevado de agência cognitiva na formação da sua crença-alvo verdadeira (porque o seu sucesso cognitivo não é fundamentalmente explicado pelo exercício ativo das suas habilidades cognitivas relevantes, mas antes o sucesso cognitivo de Jenny deve-se, sobretudo, à agência cognitiva do seu informante, exercitada quando o mesmo lhe fornece a informação fíável das direções que ela necessita de seguir para chegar ao seu local de destino), mas no entanto adquire um conhecimento válido devido à influência epistemologicamente positiva dos elementos do seu ambiente epistémico atual sobre os seus processos de formação de crenças.

A influência positiva sob análise que lhe concede um conhecimento genuíno sobre a sua crença-alvo manifesta-se, acima de tudo, no facto de a agente conhecedora se encontrar num meio ambiente epistemologicamente amigável quando a própria forma a sua crença-alvo verdadeira: a amigabilidade deste ambiente epistémico nota-se, muito especialmente, na postura bastante cooperativa e honesta do informante de Jenny quando lhe dá as informações que ela pede, pois trata-se de uma pessoa que não manifesta intenções de enganar a nossa protagonista nem de antagonizá-la ou ser evasivo quando chega a altura de responder às suas perguntas pelas direções a seguir; para além disso, o ambiente epistémico da agente mostra igualmente a sua amigabilidade no facto de o informante de Jenny se tratar de um habitante local da cidade, que conhece o espaço que ela está a visitar e se sabe orientar no seu interior, e não de um turista como ela, que visita a cidade pela primeira vez e não tem competências para orientá-la no caminho correto.

Porém, a adoção da interpretação da Epistemologia das Virtudes Robusta na tarefa da leitura crítica deste caso de estudo cria uma problemática significativa na atribuição de conhecimento a agentes envolvidos em casos epistemológicos dominados pela presença de uma dependência epistémica positiva.

No caso de situações onde se forma um conhecimento testemunhal fidedigno, com uma configuração formal semelhante ao exemplo da Jenny, a versão mais robusta da Epistemologia das Virtudes não admite a atribuição de conhecimento a agentes conhecedores enquadrados em casos de conhecimento testemunhal, pois o sucesso

cognitivo testemunhal obtido nestes exemplos viola o princípio nuclear da teoria das virtudes robusta por não ser fundamentalmente e inteiramente atribuível à agência cognitiva relevante do agente conhecedor que recebe o testemunho, mas sim por se dever principalmente ao agir cognitivo do informante que é exercitado na transmissão da informação testemunhal ao agente conhecedor. Por causa desta característica, um epistemólogo das virtudes que defenda uma posição robusta deste género será certamente tentado a assumir uma perspectiva cética relativamente à possibilidade de obtenção de conhecimento testemunhal, bem como a todos os restantes casos de dependência epistémica positiva.

Por conseguinte, como consequência da incapacidade da Epistemologia das Virtudes Robusta em lidar com estas duas variedades principais da dependência epistémica, estamos situados perante uma necessidade de formular uma leitura diferente da componente teórica das virtudes do conhecimento humano, de modo a podermos tratar adequadamente do fenómeno da dependência epistémica de uma maneira epistemologicamente satisfatória. A nova interpretação em causa recebe frequentemente a designação de Epistemologia das Virtudes Modesta.

Ora, no que diz respeito à definição mais aceitável desta teoria do conhecimento, podemos estipular que a versão modesta da Epistemologia das Virtudes implica que podemos atribuir conhecimento a um agente não só quando o seu sucesso cognitivo é meramente derivado da sua agência cognitiva relevante, mas antes esta atribuição de conhecimento ocorre quando o sucesso cognitivo do agente é significativamente creditável à manifestação ativa da sua agência cognitiva relevante⁶⁶. Neste sentido, a

⁶⁶ Pritchard menciona frequentemente, ao longo da segunda metade da sua obra acerca da Epistemologia Antisorte, esta caracterização modesta da componente teórica das virtudes como constituindo um dos requisitos-chave que necessita de se verificar como estando presente na composição estrutural da Epistemologia das Virtudes Antisorte: “Note that the ability condition in play here is that proposed by a weak virtue epistemology rather than a strong virtue epistemology, except that in line with the hybrid nature of the account we are interpreting this condition as demanding that the agent’s *safe* cognitive success should be to a significant degree creditable to her cognitive agency.” (Pritchard 2012, trad. 2016; p. 273 no original, p. 173 na tradução)/ “When one knows, there is a certain direction of fit between one’s cognitive success (i.e., one’s true belief) and one’s cognitive agency, in that one’s cognitive success is to some significant extent attributable to one’s exercise of relevant cognitive agency.” (Pritchard 2015, p. 103)/ “According to anti-luck virtue epistemology, knowledge is safe cognitive success that is significantly attributable to the subject’s manifestation of relevant cognitive ability. (...) Notice, however, that the explanatory relationship between one’s safe cognitive success and one’s manifestation of relevant cognitive ability only needs to be significant.” (Pritchard 2016, p. 3067)/ “The virtue-theoretic condition imposed as part of anti-luck virtue epistemology is also stronger than that imposed by robust virtue epistemology on account of how it demands that the subject’s *safe* cognitive success be significantly creditable to her cognitive agency, not just her cognitive success *simpliciter*.” (Pritchard 2017, p. 65)/ “What we are looking for is instead a conception of knowledge such that one’s nonlucky cognitive success is significantly attributable to one’s

Epistemologia das Virtudes Modesta é menos exigente do que a sua contraparte robusta, ao mesmo tempo que é epistemicamente mais robusta do que a versão mais fraca que empreguei nas subseções anteriores para analisar a componente teórica das virtudes do conhecimento anti-Gettier.

Seguindo o fio de raciocínio da definição mais comum da Epistemologia das Virtudes Modesta, podemos verificar em que medida esta teoria do conhecimento consegue lidar adequadamente com os dois casos de dependência epistémica abordados anteriormente neste subcapítulo.

Por um lado, a leitura modesta da Epistemologia das Virtudes irá rejeitar o caso paradigmático da dependência epistémica negativa, o caso do celeiro, como constituindo uma instância de conhecimento, tal como a sua contraparte robusta. Pois, nesta situação, não podemos afirmar que o sucesso cognitivo do agente conhecedor seja atribuível num grau suficientemente significativo à sua agência cognitiva relevante, uma vez que o avistamento de um celeiro real por parte do agente deve-se, nomeadamente, à intervenção da sorte epistémica verídica ambiental anuladora de conhecimento, a fim de contra-atacar os efeitos adversos do ambiente epistemologicamente hostil no qual o agente se encontra inserido (porque, não nos esqueçamos, que o agente protagonista se encontra num condado no qual predominam na sua paisagem celeiros falsos numa quantidade significativamente superior à de celeiros reais).

No entanto, ao contrário do que sucede na Epistemologia das Virtudes Robusta, a Epistemologia das Virtudes Modesta não irá exigir que o agente conhecedor seja sensível ao tipo de ambiente epistémico no qual forma as suas crenças-alvo, pois não irá pedir que o mesmo tenha a capacidade de refinar e individuar as suas competências cognitivas normais para combater o ambiente epistémico hostil onde forma as suas crenças-alvo. Na realidade, a Epistemologia das Virtudes Modesta irá somente exigir que o agente conhecedor possua competências cognitivas suficientemente refinadas (não num grau demasiado robusto, evidentemente) para formar crenças-alvo que seriam verdadeiras no conjunto de mundos possíveis normais mais próximos do seu contexto epistemológico atual.

manifestation of cognitive agency. What I mean by this is that there is an important explanatory connection between one's nonlucky cognitive success and one's manifestation of cognitive agency, such that the former cannot be merely incidentally correlated with the latter." (Pritchard 2019, p. 107)

Por outro lado, a Epistemologia das Virtudes Modesta, ao contrário da sua contraparte robusta, irá aceitar e validar os cenários epistêmicos que envolvem transmissão de informação por meio de testemunhos como instâncias de conhecimento anti-Gettier. Os casos de conhecimento testemunhal não são rejeitados pela Epistemologia das Virtudes Modesta porque, nestas situações, os sucessos cognitivos dos agentes conhecedores, contrariamente ao que é alegado pela Epistemologia das Virtudes Robusta, são creditáveis, em certa medida, à sua agência cognitiva relevante num grau significativo.

Basta observar o que acontece no caso-exemplo paradigmático que analisámos nos parágrafos anteriores. Neste contexto, Jenny exhibe algum grau de discernimento cognitivo quando pergunta por direções para se orientar na cidade onde se encontra atualmente: pois, nestas situações, Jenny não iria seguir os conselhos da primeira pessoa a quem iria perguntar por direções antes de avaliar a fidedignidade do testemunho que lhe é transmitido, porque claramente ela não irá confiar nem no testemunho de um turista que nunca tenha visitado na cidade nem no testemunho de um dos habitantes locais que mostre sinais de não querer cooperar voluntariamente com ela (visível em comportamentos hostis, evasivos ou suspeitos por parte dos mesmos). Logo, a agente nestes casos será capaz de distinguir mediante as suas habilidades cognitivas relevantes as pessoas cujo testemunho mereça a sua confiança das pessoas cujo testemunho não a mereça: neste caso em concreto, Jenny irá apenas confiar e seguir os conselhos direcionais dos habitantes locais da cidade que mostrem sinais de quererem cooperar voluntariamente com ela para que possa cumprir os seus objetivos epistêmicos. De tudo isto segue-se que o sucesso cognitivo de Jenny é derivado num grau significativo da sua agência cognitiva relevante, muito ao contrário do que se defende na Epistemologia das Virtudes Robusta.

Após considerar todos os argumentos anteriores, creio que só podemos chegar à conclusão de que, entre as duas interpretações principais da componente teórica das virtudes do conhecimento, a Epistemologia das Virtudes Modesta é a melhor candidata para integrar a composição estrutural da Epistemologia das Virtudes Antisorte, tal como se encontra desenvolvida por Pritchard, a fim de se tornar exequível a resolução do Problema de Gettier de uma forma mais eficaz.

Neste sentido, então, a junção do cumprimento da condição antisorte com o cumprimento da condição da habilidade modesta, pertencente ao quadro referencial da Epistemologia das Virtudes Modesta, que se verifica na Epistemologia das Virtudes

Antisorte possibilita um reforço da força epistemológica dos requisitos epistémicos que necessitam de ser cumpridos para lidar com os casos da dependência epistémica negativa e positiva.

Porquanto, por um lado, os casos da dependência epistémica negativa podem ser efetivamente resolvidos de uma maneira satisfatória através do cumprimento simultâneo da condição da habilidade modesta e da condição antisorte: no caso-exemplo do celeiro, o cumprimento da condição antisorte assegura que o agente protagonista não esteja colocado num ambiente epistémico hostil (pois, deste modo, o agente conhecedor não se encontra localizado num condado no qual existe uma quantidade esmagadora de celeiros falsos construídos neste território comparativamente com a pequena quantidade de celeiros reais existentes, mas antes o agente encontra-se num condado com um ambiente modal normal e amigável, onde só existem celeiros reais e nenhum celeiro falso à vista) no qual as crenças-alvo aí formadas estejam suscetíveis a serem gettierizadas mediante a intervenção da sorte epistémica verídica ambiental em causa nesta situação; todavia, também se verifica o cumprimento da condição da habilidade modesta no facto de o sucesso cognitivo sob análise (i.e., a perceção de um celeiro real) ser o produto do exercício, num grau significativo, das habilidades cognitivas perceptuais pertencentes ao carácter cognitivo relevante do agente conhecedor.

Por outro lado, os casos da dependência epistémica positiva também conseguem ser devidamente explicados pela Epistemologia das Virtudes Antisorte, segundo a orientação conjunta da Epistemologia Antisorte e da Epistemologia das Virtudes Modesta.

Regressando ao caso de conhecimento testemunhal paradigmático abordado anteriormente, podemos observar que, para além do facto de Jenny ter cumprido a condição da habilidade modesta ao utilizar as suas habilidades cognitivas relevantes num grau suficientemente significativo para discernir os testemunhos que mereciam a sua confiança dos testemunhos que não mereciam a sua confiança, esta situação cumpre igualmente a condição antisorte: sucedendo isto porque, visto que Jenny se encontra num ambiente epistémico amigável (justamente por nenhum dos habitantes locais estar a adotar uma postura hostil perante as perguntas que Jenny faz para se orientar dentro da cidade, estando antes a demonstrar uma atitude amigável e cooperativa com ela), não existe nenhuma abertura para a sorte epistémica verídica ambiental se intrometer na sua formação de crenças-alvo verdadeiras sobre as direções que ela necessita de seguir para

chegar ao seu destino, não havendo por conseguinte nenhuma possibilidade próxima de as suas crenças-alvo serem gettierizadas e deixarem de ser consideradas como formas de conhecimento legítimas.

Pela mesma lógica, então, tal como se dá o caso de que a componente teórica das virtudes da Epistemologia das Virtudes Antisorte deve ser moderada para resolver adequadamente os casos da dependência epistémica negativa e positiva, a componente antisorte desta teoria do conhecimento também deve ser igualmente moderada na mesma medida em que o é a Epistemologia das Virtudes Modesta. Ou seja, segundo este fio de raciocínio, devemos conceber uma espécie de Epistemologia Antisorte Modesta, juntando-se esta teoria à Epistemologia das Virtudes Modesta, para constituir a componente antisorte da composição estrutural da Epistemologia das Virtudes Antisorte.

Mas, de maneira a podermos compreender a implicação epistemológica mais fundamental desta teoria do conhecimento antisorte, precisamos de compreender que tipo de princípio epistemológico está em causa na teoria contraparte da Epistemologia Antisorte Modesta: i.e., a Epistemologia Antisorte Robusta.

Neste sentido, a Epistemologia Antisorte Robusta defende um princípio teórico semelhante ao defendido pela Epistemologia das Virtudes Robusta, pois esta versão robusta da componente antisorte sustenta que o sucesso cognitivo dos agentes conhecedores na formação de crenças verdadeiras candidatas a conhecimento é principalmente, e na prática exclusivamente, atribuível ao cumprimento da condição antisorte que impede a gettierização do conhecimento pela intervenção da sorte epistémica verídica nos processos de formação das crenças-alvo.

Porém, de uma forma bastante semelhante ao que sucede na Epistemologia das Virtudes Robusta, a dificuldade principal levantada pela adoção da Epistemologia Antisorte Robusta consiste no facto de o estatuto da condição antisorte como o requisito epistémico mais fundamental, bem como o único requisito, que explica o sucesso cognitivo anti-Gettier implicar que o sucesso cognitivo alvo em questão não necessite de ser remetido à agência cognitiva relevante do agente conhecedor. Esta implicação, por seu turno, tem como consequência que a formação de crenças verdadeiras anti-Gettier desta forma não pode constituir um feito cognitivo no seu sentido mais genuíno, pois a falta de creditação destes sucessos cognitivos anti-Gettier ao carácter cognitivo relevante do agente impede que o próprio possa assumir um grau significativo de responsabilidade

cognitiva pela formação das suas crenças-alvo imunes à sorte epistémica verídica gettierizadora do conhecimento.

Esta característica da Epistemologia Antisorte Robusta já foi inclusive abordada nesta dissertação num dos subcapítulos anteriores. A crítica central elaborada contra a Epistemologia Antisorte Robusta⁶⁷ é essencialmente a mesma que se observa no caso paradigmático de Temp, apresentado por Pritchard no seu trabalho.

Porquanto, tal como pudemos observar nesse caso, o agente protagonista (Temp) forma crenças-alvo verdadeiras e seguras relativamente à temperatura da sala onde se encontra ao consultar um termómetro que julga estar em funcionar normalmente e a apresentar leituras de temperatura precisas e fidedignas. Este facto por si só está alinhado com o princípio epistemológico nuclear da Epistemologia Antisorte Robusta, pois o cumprimento do princípio epistémico da segurança (que se traduz no cumprimento da condição antisorte) é o fator explicativo principal responsável por assegurar que Temp tenha um sucesso cognitivo anti-Gettier relativamente à temperatura atual da sala, sem que haja mais nenhum fator epistémico a explicar o êxito cognitivo alvo em questão.

Contudo, tal como tivemos a oportunidade de averiguar no enunciado deste caso-exemplo, o cumprimento da condição antisorte não é o fator explicativo principal que assegura o sucesso cognitivo anti-Gettier de Temp quanto à temperatura atual da sala, mas antes é a intervenção de um outro agente escondido que está a manipular à distância a temperatura exibida no termómetro para corresponder à temperatura real do ambiente espacial do agente. Pois o termómetro, na realidade, está avariado e por isso mesmo apresentaria leituras de temperatura aleatórias erradas, que não correspondem à temperatura real da sala, se não fosse pela intervenção do agente escondido a calibrar a temperatura do termómetro para coincidir com a verdadeira temperatura da sala. Por causa disto, não podemos afirmar que o sucesso cognitivo em causa seja um verdadeiro feito cognitivo por parte do agente, porque a verdade das crenças-alvo não é minimamente creditável à agência cognitiva relevante do agente conhecedor, devendo-se antes ao envolvimento de fatores externos ao carácter cognitivo do agente.

⁶⁷ A crítica em questão encontra-se elaborada por Pritchard num dos seus trabalhos mais recentes, através das seguintes palavras: “An immediate upshot of this point is that robust anti-luck epistemology is simply not tenable as a response to the analytical Gettier problem, in that one can satisfy the anti-luck condition in such a way that doesn’t satisfy the ability intuition. (...) It follows that adding the anti-luck condition to the justified-true-belief condition, while it will deal with Gettier-style cases, will not thereby present us with a complete theory of knowledge.” (Pritchard 2019, p. 106)

Consequentemente, tomando em consideração as consequências epistemológicas do caso paradigmático de Temp, não podemos integrar a Epistemologia Antisorte Robusta no quadro referencial da Epistemologia das Virtudes Antisorte. Ao invés, devemos adotar a posição da Epistemologia Antisorte Modesta, cujo princípio orientador defende que não devemos perceber a condição antisorte como o fator epistêmico mais fundamental na explicação do sucesso cognitivo anti-Gettier do agente conhecedor, mas antes que devemos tratar a condição antisorte como sendo apenas um dos requisitos epistêmicos que necessita de ser cumprido, em conjunção com outros fatores epistêmicos, para podermos atribuir um conhecimento legítimo ao agente conhecedor sobre as suas crenças-alvo verdadeiras. Entre os outros fatores epistêmicos que estão implicados na tarefa de atribuição de conhecimento, devemos incluir o cumprimento da condição da habilidade modesta pertencente ao contexto da Epistemologia das Virtudes Modesta.

Em suma, de acordo com tudo o que temos estudado até ao momento, parece ser inevitável a conclusão de que a melhor metodologia epistemológica que deverá ser desenvolvida para combater adequadamente a gettierização do conhecimento consiste na elaboração de uma Epistemologia das Virtudes Antisorte, cuja composição estrutural deve ser orientada pela conjunção dos princípios centrais da Epistemologia Antisorte Modesta e da Epistemologia das Virtudes Modesta. Esta parece ser igualmente a conclusão que Pritchard alcança no conjunto dos artigos e livros que compõem o *corpus* da sua obra.

Conclusão: Resumo das temáticas principais da dissertação e considerações finais

Agora que se encontra concluída a discussão das temáticas centrais associadas ao tema da dissertação, gostaria de finalizar a escrita deste trabalho ao fazer um resumo sucinto das ilações principais retiradas a partir da análise atenta e minuciosa dos tópicos-chave pertencentes ao âmbito da Epistemologia Antisorte e do Problema de Gettier, bem como gostaria de igual modo de acrescentar alguns comentários pessoais que possam, num certo sentido, apontar o caminho teórico mais recomendado a ser seguido para a realização de estudos no futuro sobre a resolução da gettierização do conhecimento mediante a formulação de uma teoria do conhecimento antisorte adequada e robusta.

Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer aos leitores o facto de que, embora nesta dissertação tenha apresentado propostas válidas, cada uma com uma força argumentativa bastante forte e bem consolidada, para a resolução da problemática principal explícita no próprio título da dissertação, a realidade é que o Problema de Gettier ainda não possui nenhuma solução direta e linear que tenha sido acordada de um modo consensual e unânime entre os epistemólogos que investigam os materiais escritos pertencentes a esta área de estudos da Epistemologia. E, para todos os efeitos, basta efetuar uma leitura mais extensa e aprofundada deste tema para rapidamente se tornar evidente que, mesmo entre os investigadores que seguem a linha de raciocínio da elaboração de uma condição antisorte (e, conseqüentemente, da fundamentação e desenvolvimento de uma Epistemologia Antisorte) para combater a gettierização do conhecimento, ainda existem divergências significativas entre os pensamentos apresentados por cada um relativamente à natureza das componentes que devem constituir a estrutura formal da Epistemologia Antisorte, bem como se notam diferenças entre as abordagens de cada investigador no que diz respeito à especificação das condições secundárias que caracterizam o modo como a Epistemologia Antisorte combate o Problema de Gettier.

A argumentação central desta dissertação foi desenvolvida na expectativa de dissipar parte da ambiguidade presente nas discussões mais fundamentais do ramo da Epistemologia acerca da resolução do Problema de Gettier por intermédio de uma condição antisorte que combate o fator antiepistemológico responsável pela anulação do conhecimento nos casos Gettier.

No que diz respeito às conclusões que podem ser retiradas do desenvolvimento desta dissertação, foi possível observar que, até ao presente, foram propostos na literatura epistemológica contemporânea dois caminhos teóricos principais para a resolução do Problema de Gettier.

O primeiro caminho passa pelo reforço da força epistémica da condição da justificação no modelo tripartido clássico da Crença Verdadeira Justificada, sendo que essa linha de raciocínio se encontra desenvolvida na obra de Roderick Chisholm. Tal como tivemos a oportunidade de observar no seu trabalho escrito, Chisholm demonstra ter criado uma argumentação bastante persuasiva a favor do reforço da condição da justificação mediante a introdução do conceito de uma crença não-defeituosamente evidente (justificada). Ora, esta noção epistemológica vai buscar a sua força argumentativa ao facto de reforçar a robustez epistémica da verdade da crença-alvo candidata a conhecimento através da fundamentação do seu valor de verdade em proposições evidenciais (i.e., em proposições que exprimem as evidências utilizadas para justificar o valor lógico da crença-alvo) que sejam verdadeiras, e por estas, por sua vez, serem fundamentadas por proposições-base igualmente verdadeiras. Por poucas palavras, e tomando em consideração esta descrição, as proposições não-defeituosamente evidentes constituem um argumento válido para a escolha do reforço da condição da justificação como o melhor caminho a seguir para combater a gettierização do conhecimento, pois esta linha de raciocínio implica a formulação de proposições-alvo que defendem a aplicabilidade das teses epistemológicas do infalibilismo e do fundacionalismo para o processo da resolução do Problema de Gettier.

Contudo, no mesmo subcapítulo no qual esta proposta foi tratada, chegou-se à conclusão de que o reforço da condição da justificação no modelo da Crença Verdadeira Justificada não constituía o caminho teórico mais recomendado a ser seguido na jornada da resolução do Problema de Gettier. Isto sucede porque, tal como eu próprio aponte, a teoria de Chisholm não aborda de maneira nenhuma o fator antiepistemológico que postulei como sendo o principal responsável pela aniquilação do estatuto epistémico das crenças-alvo nos casos Gettier que cumprem os três requisitos epistémicos da Crença Verdadeira Justificada: o fator ao qual me refiro, evidentemente, é a sorte epistémica verídica (ou seja, isto equivale a dizer que se trata de uma questão de sorte que as crenças-alvo candidatas a conhecimento sejam verdadeiras).

Logo, como consequência dessa lacuna, decidi que seria uma melhor escolha enveredar pelo segundo caminho teórico mais utilizado para a resolução das problemáticas epistemológicas do Problema de Gettier: esse caminho consiste na formulação de uma Epistemologia Antisorte como a teoria do conhecimento mais apta a combater a gettierização do conhecimento através da acomodação de uma condição antisorte que anula o efeito epistemicamente destrutivo da sorte epistémica verídica sobre a formação de crenças verdadeiras candidatas a conhecimento.

No que diz respeito a esse tópico de discussão, a Epistemologia Antisorte que cumpre os requisitos exigidos para a resolução eficaz do Problema de Gettier corresponde à teoria antisorte desenvolvida por Duncan Pritchard na sua obra principal. Nesse âmbito, este pensador elabora a sua Epistemologia Antisorte a partir de um dos princípios epistemológicos mais analisados da literatura epistemológica contemporânea, o princípio da segurança epistémica. Ora, como tivemos a ocasião de observar, a Epistemologia Antisorte fundamentada no princípio da segurança demonstra ser capaz de anular o efeito destrutivo da sorte epistémica verídica anuladora de conhecimento ao assegurar que os sujeitos conhecedores formam crenças seguras mediante processos de formação de crenças fiáveis: este fenómeno materializa-se no facto de, segundo este princípio, existir um número significativamente elevado de crenças-alvo verdadeiras formadas no mundo real e no conjunto de mundos possíveis modalmente mais próximos do mundo real, ao invés de se formarem maioritariamente crenças falsas no contexto epistemológico do sujeito (esta fiabilidade epistémica, por seu turno, encontra-se enraizada na aplicação prática da teoria do fiabilismo processual modalizado nos processos de formação de crenças que levam à formação de crenças anti-Gettier).

Para além disso, tivemos igualmente a oportunidade de verificar um contraste entre a eficácia do princípio da segurança e a ineficácia do princípio da sensibilidade epistémica relativamente à questão de qual destes dois princípios epistemológicos apresenta melhores habilitações para resolver o Problema de Gettier. Porquanto, embora o princípio da sensibilidade apresente as suas próprias vantagens no combate contra a gettierização do conhecimento, derivado do facto de este princípio epistemológico garantir que o agente conhecedor seja capaz de rastrear o valor de verdade das suas crenças-alvo no mundo real e no grupo de mundos possíveis próximos do mundo real (manifestando-se este rastreamento na condição de que o agente só acredita nas suas próprias crenças quando estas são verdadeiras, não acreditando nelas quando são falsas),

eu próprio estipulei nesta dissertação que é preferível optar pelo princípio da segurança ao invés do princípio da sensibilidade na resolução do Problema de Gettier. Esta decisão foi justificada pela simples razão de que o princípio da segurança coloca uma ênfase e assegura uma maior estabilidade e inalterabilidade da verdade das crenças-alvo candidatas a conhecimento, enquanto que o princípio da sensibilidade não garante essa fixação do valor de verdade das crenças-alvo.

No entanto, é a partir deste ponto que se começa a notar uma divergência notável entre os epistemólogos que se dedicam a investigar a resolução do Problema de Gettier no que diz respeito às condições adicionais que podem entrar na constituição da estrutura formal da Epistemologia Antisorte baseada na segurança epistémica. Neste aspeto, o que se encontra em causa nesta divisão de perspetivas tem a ver com a questão de saber se a Epistemologia Antisorte deve ter integrada na sua composição uma componente teórica das virtudes (i.e., uma componente epistémica da Epistemologia das Virtudes), ou se não deve ter integrada na sua composição uma componente das virtudes epistémicas.

Por um lado, existem os epistemólogos que manifestam o pensamento de que uma Epistemologia Antisorte não necessita de ter integrada na sua composição estrutural fundamental um elemento da Epistemologia das Virtudes, tal como, por exemplo, é o caso de Pritchard durante a primeira fase do desenvolvimento da sua versão da condição antisorte fundamentada no princípio da segurança. Esta visão é derivada da conclusão retirada, por parte desses epistemólogos, de que a adição de uma componente teórica das virtudes à teoria do conhecimento antisorte baseada na segurança é um ato de redundância que reduz o valor do estatuto da Epistemologia das Virtudes a uma teoria obsoleta e insignificante para a estipulação da definição do conhecimento: sendo que isto sucede porque a Epistemologia das Virtudes sugere uma solução contra o Problema de Gettier que apresenta os mesmos contornos práticos da condição antisorte; e, para além disso, a Epistemologia Antisorte baseada na condição da segurança consegue formular uma definição do conhecimento anti-Gettier sem recorrer às virtudes epistémicas e às disposições cognitivas estáveis que formam o carácter cognitivo do agente conhecedor.

Contudo, ainda temos o outro lado da moeda nesta questão, pois existem epistemólogos (tais como Pritchard na segunda fase do desenvolvimento da sua versão da Epistemologia Antisorte, Linda Zagzebski e John Greco) que defendem que o acrescento de uma condição teórica das virtudes à Epistemologia Antisorte contribui para a realização de um reforço da robustez desta teoria do conhecimento para a resolução

da gettierização do conhecimento nos casos Gettier. Aliás, eu próprio pretendo defender a adoção desta posição como constituindo a melhor escolha a fazer se desejarmos formular uma teoria do conhecimento mais completa e eficaz para efetuar a resolução do Problema de Gettier sem deixar lacunas significativas por preencher.

Um dos motivos principais por detrás da minha defesa da integração da Epistemologia das Virtudes no quadro referencial da Epistemologia Antisorte está relacionado, sobretudo, com o facto de, por um lado, a realização de uma leitura teórica das virtudes de casos Gettier resolver o designado “Problema dos Processos Estranhos e Fugazes”. A solução para este problema epistemológico manifesta-se na aplicação da teoria do conhecimento do fiabilismo do agente nos processos de formação de crenças candidatas a conhecimento: neste sentido, esta teoria estipula que os processos de formação de crenças do agente conhecedor devem estar enraizados nas disposições estáveis e funcionais pertencentes ao seu próprio carácter cognitivo natural e permanente, ao invés de os mesmos processos de formação de crenças estarem fundamentados em características cognitivas que sejam instáveis e que representem anomalias do funcionamento normal do carácter cognitivo do agente (estes fenómenos correspondem, justamente, aos processos estranhos e fugazes que anulam o conhecimento em certos casos Gettier).

Por outro lado, o segundo motivo principal que me leva a defender a integração de uma componente teórica das virtudes na Epistemologia Antisorte tem a ver, nomeadamente, com a simples razão de o cumprimento da condição da habilidade, o requisito epistémico mais central da Epistemologia das Virtudes, conduzir à consequência epistemológica de o agente conhecedor ser “obrigado” a assumir um maior grau de responsabilidade cognitiva pela formação das suas crenças-alvo verdadeiras candidatas a conhecimento: isto sucede porque, efetivamente, as crenças verdadeiras formadas pelo agente são o produto direto do exercício das habilidades cognitivas pertencentes à sua agência cognitiva relevante, o que implica a condição de o agente dever assumir uma responsabilidade pelos seus próprios sucessos cognitivos, traduzindo-se isto, consequentemente, num feito cognitivo do agente conhecedor, na sua aceção mais autêntica.

A corrente epistemológica cunhada por Pritchard que junta a Epistemologia Antisorte com a Epistemologia das Virtudes é designada pelo nome de Epistemologia das Virtudes Antisorte, e é precisamente esta teoria do conhecimento que pretendo propor

como sendo a pedra basilar que cumprirá a função de construir e desenvolver todas as teorias epistemológicas que combaterão a gettierização do conhecimento em investigações futuras sobre a tarefa da resolução do Problema de Gettier.

Para além das vantagens enunciadas anteriormente sobre a junção da Epistemologia das Virtudes com a Epistemologia Antisorte para a criação da Epistemologia das Virtudes Antisorte, julgo que existem mais dois benefícios teóricos associados a esta corrente epistemológica. Porquanto, por um lado, o simples facto de o agente conhecedor assumir uma responsabilidade cognitiva sobre os seus sucessos cognitivos conduz à validação epistemológica do conhecimento anti-Gettier a um nível subjetivo, e não meramente a um nível objetivo que seja somente verificável no cumprimento da condição antisorte. Por outro lado, o enraizamento dos sucessos cognitivos anti-Gettier na agência cognitiva relevante do agente conhecedor possibilita o acrescento de uma dimensão interpretativa ética à dimensão interpretativa epistemológica da tarefa da resolução do Problema de Gettier, pois o carácter cognitivo do próprio agente conhecedor desempenha um papel ativo na realização do feito cognitivo de formular crenças verdadeiras que se mostrem capazes de combater a gettierização do conhecimento.

Com esta dissertação, espero ter concretizado o meu objetivo de apresentar a Epistemologia das Virtudes Antisorte como a resposta epistemológica mais eficaz para resolver o Problema de Gettier, bem como espero de igual modo que esta linha de investigação possa ser intercalada em projetos futuros com outros temas da área da Epistemologia que possam, de uma maneira ou de outra, estar relacionados com as problemáticas do Problema de Gettier, como, por exemplo, o ceticismo radical, a rivalidade entre o fundacionalismo e o coerentismo, o infalibilismo *versus* o falibilismo, entre outros.

Referências bibliográficas

BALLANTYNE, N. (2011) “Anti-Luck Epistemology, Pragmatic Encroachment, and True Belief”, *Canadian Journal of Philosophy*, 41, n.º 4, pp. 485-503.

CHISHOLM, R. M. (1977) *Theory of Knowledge*, 2nd edition (Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall).

_____ (1989) *Theory of Knowledge*, 3rd edition (Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall).

GETTIER, E. (1963) “Is Justified True Belief Knowledge?”, *Analysis*, 23, n.º 6, pp. 121-123.

GRECO, J. (1999) “Agent Reliabilism”, *Philosophical Perspectives*, 13, pp. 273-296.

HELLER, M. (1999) “The Proper Role for Contextualism in an Anti-Luck Epistemology”, *Philosophical Perspectives*, 13, pp. 115-129.

NOZICK, R. (1981) *Philosophical Explanations* (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press).

PLATÃO (2015) *Teeteto*, 4^a edição; tradução de Adriana Manuel Nogueira e Marcelo Boeri, prefácio de José Trindade Santos (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian).

PRITCHARD, D. (2003) “Virtue Epistemology and Epistemic Luck”, *Metaphilosophy*, 34, n.º 1/2, pp. 106-130.

_____ (2005) *Epistemic Luck* (Oxford: Clarendon Press).

_____ (2007) “Anti-Luck Epistemology”, *Synthese*, 158, n.º 3, pp. 277-297.

_____ (2012) “Anti-Luck Virtue Epistemology”, *The Journal of Philosophy*, 109, pp. 247-279; “Epistemologia da Virtude Anti-sorte”, trad. portuguesa de G. Gaboardy, *Intuitio*, 9, n.º 1 (2016), pp. 148-181.

_____ (2015) “Anti-Luck Epistemology and the Gettier Problem”, *Philosophical Studies*, 172, pp. 93-111.

_____ (2016) “Anti-Luck Virtue Epistemology and Epistemic Defeat”, *Synthese*, 195, n.º 7, pp. 3065-3077.

_____ (2017) “Knowledge, Luck, and Virtue: Resolving the Gettier Problem”, in R. Borges, C. de Almeida e P. D. Klein (eds.), *Explaining Knowledge: New Essays on the Gettier Problem* (Oxford: Oxford University Press), pp. 57-73.

_____ (2019) “The Gettier Problem and Epistemic Luck”, in S. Hetherington (ed.), *The Gettier Problem* (Cambridge: Cambridge University Press), pp. 96-107.

SOSA, E. (1999) “How to Defeat Opposition to Moore”, *Philosophical Perspectives*, 13, pp. 141-153.

ZAGZEBSKI, L. (1994) “The Inescapability of Gettier Problems”, *The Philosophical Quarterly*, 44, n.º 174, pp. 65-73.